



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

INCRA – SR 09/PR

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional no Paraná —
Região Sul

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPREINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ – SR(09)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70, da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010** e das **DNs TCU nº 154/2016 e 156/2016** que orientam a elaboração dos Relatórios de Gestão, Prestação de contas bem como a sua operacionalização do Sistema de Prestação de Contas – e-contas.

Área de Planejamento e Controle
Responsável pela elaboração do Relatório

CURITIBA/PR
MARÇO/2017



Superintendente Regional
Edson Wagner de Sousa Barroso

Superintendente Regional Substituto
Cléria Figueredo

Chefe da Procuradoria Regional
Josely Aparecida Trevisan Massuquetto

Chefe da Divisão de Administração
João Wagner Gomes da Silva

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Maria Cristina Medina Casagrande

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Walter Nerival Pozzobom

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Fabricio Melfi

Ouvidoria Agrária
Raul Cezar Bergold

Planejamento e Controle
Cléria Figueredo

Missão

Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.



Visão de Futuro

*Ser referência internacional de soluções de
inclusão social.*

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de Quadros

Quadro 1 - Identificação da UJ	13
Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1.....	15
Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2.....	15
Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3.....	16
Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4.....	17
Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5.....	17
Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6.....	18
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	22
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*	23
Quadro 10 - Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016	25
Quadro 11 - Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	34
Quadro 12 - Ações do macroprocesso Obtenção de Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*	35
Quadro 13 - Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência	39
Quadro 14 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso	44
Quadro 15 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*	45
Quadro 16 - Ação Terra Sol - Convênios vigentes	52
Quadro 17 - Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016.....	68
Quadro 18 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	71
Quadro 19 - Situação de atendimento das demandas do TCU	75
Quadro 20 - Recomendações da CGU	81

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Execução descentralizada com transferência de Recursos	19
Tabela 2 - Caracterização dos instrumentos de transferências realizadas - Convênios Vigente.	20
Tabela 3 - Monitoramento das Ações de Obtenção de Imóveis Rurais	36
Tabela 4 - Obras (convênios) concluídas em 2016	48
Tabela 5 - Obras (convênios) iniciadas em 2016	48
Tabela 6 - Obras (convênios) canceladas (sem execução) em 2016	48
Tabela 7 - Obras (convênios) em execução em 2016, iniciadas em anos anteriores	49
Tabela 8 - Convênios e Termos de Execução Descentralizada – Educação no Campo.....	54
Tabela 9 - Distribuição de Servidores - Quadro Atual X Quadro Ideal	66
Tabela 10 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	69
Tabela 11 - Despesas Fonte 0100.....	83
Tabela 12 - Despesas Fonte 0174.....	84
Tabela 13 - Despesas Fonte 0176.....	84

Sumário

<i>Ser referência internacional de soluções de inclusão social</i>	4
Lista de Quadros	8
1- APRESENTAÇÃO	11
2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	13
2.1- Identificação da unidade	13
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	14
3.1- Planejamento e resultados alcançados	14
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	19
3.3- Desempenho operacional	22
4- Governança Gestão de Riscos e controles internos	62
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	62
4.2- Gestão de riscos e controles internos	62
5- Áreas especiais da gestão	65
5.1- Gestão de pessoas	65
6 - Relacionamento com a sociedade	68
6.1- Canais de acesso do cidadão	68
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	70
7.1- Desempenho financeiro do exercício	70
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	71
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	72
8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	75
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	75
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	81
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	83
8.4- Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	83
9- Anexos e apêndices	85
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	85
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	86
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	88
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	90

1- APRESENTAÇÃO

O presente trabalho denominado Relatório de Gestão 2016 tem por objetivo principal atender as determinações do Tribunal de Contas da União-TCU, contidas em especial na Instrução Normativa TCU nº 63 de 01/09/2010 e Decisões Normativas TCU nº 154, de 19/10/2016, e nº 156, de 30 de novembro de 2016, e das demais orientações do Órgão de Controle Interno, bem como será demonstrada importância Social, econômica e ambiental que o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária desempenha no Estado do Paraná.

Também, devido ao seu caráter público, visa também dar conhecimento aos cidadãos sobre as ações empreendidas pela Superintendência Regional do INCRA no estado do Paraná durante o exercício de 2016 e as projeções para o exercício subsequente.

Os instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 13.249, de 13/01/2016, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019 refletem as políticas públicas e organizam a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, dentre esses alguns específicos, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

Programa 2012 – Agricultura Familiar

Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Programa 2120 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

A execução destes programas e suas ações afetos ao INCRA objetivam a promoção do desenvolvimento rural, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Os resultados alcançados tem origem na articulação de diversas ações finalísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, e seus principais contornos serão relatados no presente Relatório de Gestão, que tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da UI, ao longo do exercício de 2016, retratando as principais atividades realizadas no programa de reforma agrária e de ordenamento da estrutura fundiária, e ainda as dificuldades enfrentadas para a execução destas ações ao longo do exercício.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.255 de 14/01/2016, com o detalhamento do Caderno de Metas para o exercício de 2016 realizado em fevereiro/16 com proposta de Acordos de Gestão, que na nossa SR não prosperou, pois o Superintendente a época, Nilton Bezerra Guedes, não assinou o referido acordo. Considerando que em novembro de 2016 a Diretoria Central, fez a revisão e atualização do referido Caderno de Metas, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Paraná recebeu um montante de R\$ **10.671.603,52** (dez milhões, seiscentos e setenta um mil, seiscentos e três reais e cinquenta e dois centavos), dos quais R\$ **9.737.080,17** (Nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, oitenta reais e dezessete centavos) foram empenhados e R\$ **7.642.062,64** (Sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, sessenta e dois reais e sessenta quatro centavos) foram efetivamente pagos, resultando em **78,48%** de execução orçamentária/financeira em 2016.

Diante deste resultado, foi inscrito em restos à pagar (RAP) o montante de R\$ **2.034.901,24** (Dois milhões, trinta e quatro mil, novecentos e um reais e vinte quatro centavos) relativos a despesas empenhadas no exercício de 2016, e R\$ **11.121.946,85** (Onze milhões, cento e vinte um mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta cinco centavos), reinscrição de despesas empenhadas no exercício de 2013/14/15.

Embora alguns entraves tenham prejudicado consideravelmente a execução das ações no decorrer deste exercício, especialmente a escassez de recursos de custeio, a impossibilidade de contratação de serviços de Assistência Técnica para os assentamentos seguindo determinação do INCRA Sede, e as mudanças na gestão, esta Regional conseguiu realizar alguns trabalhos que refletiram nos resultados a seguir:

- a) Realização de vistorias em 6.409,2348ha em campo e 3.128,1200ha com laudo entregue;
- b) Requerimento ao Órgão Ambiental da regularização ambiental – CAR, para mais 04 Pa's, alcançando os 301 Projetos de Assentamento – fechando todos os PA's de responsabilidade da SR;
- c) Expedição de 222 documentos de titulação provisório e definitivo (CCU, CCDRU, TD), destinação de bens remanescentes;
- d) Supervisão ocupacional de Projetos de Assentamento em 219 parcelas;
- e) Decreto de Desapropriação de Território Quilombola – Invernada Paiol de Telha no município de Reserva do Iguaçu que atenderá 390 famílias;
- f) Gerenciamento de 55.119 imóveis rurais pelo Serviço Nacional de Cadastro Rural - SNCR;
- g) Emissão de 520.083 CCIR via web e Serviço de Cadastro Rural;
- h) Unidades Municipais de Cadastro - UMC'S implantadas – 10, totalizando 358 municípios;
- i) Capacitação de 82 servidores, dos 115 atualmente na Superintendência.
- j) Apoio a projetos de agroindústria para 4.700 famílias em 90 projetos de assentamento em execução de anos anteriores e a contratação de projeto para atender mais 2.977 famílias em 33 Pa's;
- k) A demarcação topográfica de parcelas e perímetro nos projetos de assentamento do que atendeu 668 famílias em 10 Pa's que estavam em execução de anos anteriores e 53 famílias em 01 PA's – execução direta de 2016;

O destaque foi para a publicação do RTID das comunidades Quilombolas Manoel Ciriaco dos Santos em Guaíra no DOU de 22/11/2016 e Varzeão em Doutor Ulisses e Sengés no DOU de 23/12/2016.

Quanto a elaboração do presente relatório, é bom destacar que os quadros com as informações de acórdãos do TCU, recomendações da CGU estão dispostos no item 8 e a descrição detalhada dos Indicadores lançados em cada Macro processo está disponibilizada na parte dos ANEXOS.

Dentre os itens recomendados para compor o relatório de Gestão, conforme Decisão Normativa TCU nº 154/2016, alguns itens e quadros não se aplicam à natureza da UJ ou nestes não houve nenhum registro no exercício de 2016 e, portanto, não constam informações neste Relatório. São eles:

Item 3.3.1 – subitem vii- Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal;

Item 3.3.2 – subitem x - Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício e subitem - v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Item 3.3.3 – subitem vii - Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência;

Item 3.3.3 – subitem – ix - Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor.

E a justificativa para tal está explícita no corpo do relatório, informação que o item pede, que se aplicam especificamente a outras regionais.

2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1- Identificação da unidade

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Paraná SR(09)		
Denominação abreviada: INCRA SR(09)/PR		
CNPJ: 00.375.972/0011-32		
Código SIORG: 4034	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 373067
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: 110-4 – Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(41)33606537 - (41) 33606584 e FAX(41) 3360-6543	
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua Dr Faivre, 1220, CEP: 80.060-140 – Curitiba/PR		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373067	37201	

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

As metas fixadas para o exercício alinham-se aos objetivos estratégicos pactuados no Caderno de Metas elaborado e aprovado em fevereiro de 2016, alterado através da Resolução nº 49, publicada no DOU em 30/11/2016. O Caderno de Metas foi elaborado pela direção central, sem discussão com as Superintendências. Não houve neste ano, encontro de planejamento, por isso as metas foram ajustadas através de memorandos endereçadas às diretorias com algumas propostas realizadas pela Superintendência, que levou em consideração a sua capacidade operacional para executar algumas ações.

As principais propostas de metas foram as que de alguma forma afetariam a avaliação de desempenho dos servidores. Tal situação forçosamente estabeleceu-se em função da falta de recursos, das mudanças no governo federal, na definição de prioridades que até o final do exercício, não ficou claro para as descentralizadas.

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes do plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no estado do Paraná - SR-09/PR têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2016-2019, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua operacionalização.

De posse do caderno das metas e distribuição dos limites orçamentários, a Superintendência Regional no Estado do Paraná - SR-09/PR procurou trabalhar atendendo tais limites, bem como efetuou corte de gastos, como o fechamento da Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul em meados de agosto/16, e o corte de terceirizados.

Em função de tantas mudanças e indefinições nos rumos dos trabalhos da Autarquia, do governo federal, o planejamento da Superintendência não ocorreu dentro dos moldes adequados, o que não se definiu metas de médio e longo prazo, encerrando o ciclo de planejamento plurianual que era de costume em anos anteriores, em 2016.

Mesmo assim, os fatores que interferiram no alcance das metas, os reflexos e limitações de empenho e movimentação financeira que concorreram, entre outros, em cada uma delas, serão detalhados e apresentados ao longo do presente relatório.

Também, não é excessivo destacar, que a distribuição de recursos não teve mudanças em sua distribuição, continuou sendo os maiores valores sempre nos últimos meses do exercício obrigando as Superintendências, no afã do alcance das metas e de melhores resultados, empenhar e inscrever em restos a pagar.

3.1.1- Nome do objetivo estratégico

i. Descrição

A seguir apresentamos em quadros as informações referentes ao planejamento e resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no âmbito da Superintendência Regional no Estado do Paraná - SR-09/PR.

Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	200	0
Número de famílias atendidas com assistência técnica	0	0
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	739	2.977
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	0	0
Número de créditos instalação supervisionados	480	147
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	6	0
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	4	4
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	143	219
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	1360	1360
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
O Objetivo 01 engloba atividades de desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. Das 11 (onze) ações, se observa o não estabelecimento de metas em 04 (quatro) dessas atividades. Também, a ação de Ater e das 03 ações do Pronera, não houve estabelecimento de novas metas, estas são ações de continuidade, ou seja, contratos em anos anteriores. No Terra sol, tivemos o convênio com a Prefeitura Municipal de Arapongas para aquisição de equipamentos para agroindústria da COPRAN, e a execução dos projetos em andamento de anos anteriores beneficiando 4.700 famílias. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório nos macroprocessos e seus itens específicos.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
A Agroindustrialização foi o resultado mais expressivo deste objetivo, pois conseguiu cumprir com andamento dos convênios que estavam em execução de anos anteriores. As limitações de orçamento, o contingenciamento, o Acórdão TCU 775/2016, impactaram negativamente no atendimento pleno do Objetivo.	Até final do exercício de 2016, não houve provocação da Direção Central, quanto o planejamento para 2017, ou seja, não há atualmente objetivos traçados no médio prazo.	Não há previsão de longo prazo.

Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	24.816	55.119
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	0

Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	0	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	1.038	1.389*
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	215	222
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	19	1
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 02 representa atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, condições prévias a documentação das parcelas em projetos de assentamentos. A Demarcação Topográfica teve a conclusão de 668 parcelas e 668 famílias atendidas com perímetro que estavam em execução de anos anteriores, e 53 parcelas executadas diretamente neste exercício. Das 09 (nove) atividades que englobam o Objetivo 02 somente 04 (quatro) apresentam metas estabelecidas e resultados alcançados. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Ordenamento Fundiário e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico e a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2016, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 2 teve avanços quanto a execução dos contratos de demarcação topográfica em andamento. A atualização cadastral realizada no SNCR, muito em virtude da capacitação oferecida aos UMC's, Nas demais atividades, as limitações de orçamento, o contingenciamento, a demora na aprovação de normativas, impactaram negativamente no atendimento pleno do Objetivo.	Como já dito, até 31/12/16, não houve provocação da Sede para elaboração do Planejamento para 2017, nem tampouco de médio e longo prazo. Também, não foi definida as diretrizes para as Superintendências trabalharem o próximo ano.	Não há planejamento de longo prazo instituído.

Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	4.505,00	2.661,00
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	6	11
Número de famílias assentadas	0	20
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	269	219

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 03 engloba atividades prévias à criação dos projetos de assentamento e supervisão de projetos de assentamentos que resultam no acompanhamento efetivo das parcelas, regularidade da família assentada ou a retomada do lote irregularmente ocupado. As atividades voltadas à aquisição ou desapropriação – criação de Projetos de Assentamentos não alcançaram patamares administrativos passíveis da efetivação. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso específico e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico na construção dos indicadores do Caderno de Metas 2015, os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 3 não tiveram avanços significativos, tanto em função do que já foi dito nos demais, as limitações de orçamento, o contingenciamento, a demora na aprovação de normativas, o Acórdão TCU 775/16 e 2451/16, impactaram negativamente no atendimento pleno do Objetivo	Há uma expectativa de avanços na meta de supervisão ocupacional, muito em função do dever de cumprir o acórdão TCU 2451/16, bem como a intenção do governo federal em executar a titulação dos PA'S.	Os efeitos dos trabalhos desenvolvidos neste objetivo, sempre são de longo prazo, porém não há definição pela direção central de objetivos de longo prazo.

Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	0	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 04 representa a priorização da mulher em políticas públicas da reforma agrária. A ação de concessão de crédito passa por reformulações e a assistência técnica não foi prestada pela superintendência neste exercício por determinação da direção central.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Não houve definição para 2016 em nenhuma das ações.	Não há definição de meta para esse objetivo.	Não há planejamento de longo prazo instituído.

Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu desenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	1.400,00	306,7595
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	7.653,0000	7.606,3448
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	0	2
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	0	0

Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	250,0000	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
O Objetivo 05 engloba as atividades a serem executadas em áreas de Comunidades remanescentes de quilombolas. A meta de vistoria foi definida pela sede, porém não há toda essa área a ser vistoriada. O realizado era a área definida pela SR para 2016. Houve depósito para indenização (em conta judicial) do território quilombola Paiol de Telha, porém não considerado meta cumprida, pois não houve pagamento a desapropriado, que tem o acordo extrajudicial em andamento e deverá ser finalizado no início de 2017. A análise destes resultados está disposta neste relatório nos macroprocessos e seus itens.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
A ação Quilombola trabalha seguindo as definições diretas da Diretoria Fundiária em Brasília. Os trabalhos realizados estão textualizados na análise do item 3.3.1 – subitem iii. Este objetivo apresenta avanços porque após muitos anos de trabalho a Superintendência terá adquirido o território Quilombola Paiol de Telha que esta com acordo em andamento e depósito de pagamento da área realizado em conta judicial, o que deverá ocorrer no início de 2017.	Poderemos avançar para outras áreas reconhecidas que estão sendo preparadas em médio prazo, porém esta é uma ação que depende de muitos fatores – financeiros – jurídicos e políticos.	Esta ação é especificamente de longo prazo. Ainda que tracemos metas, estas nunca serão executadas no prazo previsto, pois esta ação sofre influência de fatores diversos de esforços à simples execução.

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	5%	40%
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
As famílias assentados no exercício tiveram origem na atualização cadastral. Num total de 20, destas, 08 são jovens até 29 anos, sendo 11 mulheres - conforme dados do SIPRA. Não foi criado nenhum projeto de Assentamento novo em 2016.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2016	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados.		

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Tabela 1 - Execução descentralizada com transferência de Recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	13	Prestadas	Dentro do prazo	13
			Fora do prazo	-
Total de valores repassados	16.134.597,48	Não prestadas	Dentro do prazo	01
			Fora do prazo	01

Convênios Celebrados em 2016

Convênio	Vlr. Global	Conveniente	Início da Vigência	Final da Vigência
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0

Fonte: SICONV – Obs: não houve celebração de convênios em 2016.

Tendo como partida a data de 31/12/2015, a SR(09)/PR possuía 20 (vinte) instrumentos de Transferência Voluntária vigentes, e com pendência de análise de Prestação de Contas, 08 (oito) instrumentos: 625145 (SIAFI); 747898 (SICONV); 747936 (SICONV); 748006 (SICONV); 777207 (SICONV); 778754 (SICONV); 778792 (SICONV) ; 778934 (SICONV).

Em 31/12/2016 a situação dos instrumentos de Transferência Voluntária, pendentes de Análise era a seguinte: os 08 (oito) instrumentos tiveram sua prestação de contas aprovada e foram concluídos no decorrer do ano de 2016, conforme datas abaixo:

- 625145 – Prestação de Contas aprovada em 03/06/2016
- 747898 – Prestação de Contas aprovada em 12/04/2016
- 747936 – Prestação de Contas aprovada em 17/08/2016
- 748006 – Prestação de Contas aprovada em 19/07/2016
- 777207 – Prestação de Contas aprovada em 15/02/2016
- 778754 – Prestação de Contas aprovada em 30/08/2016
- 778792 – Prestação de Contas aprovada em 09/03/2016
- 778934 – Prestação de Contas aprovada em 13/04/2016

Dos 20 (vinte) instrumentos que estavam vigentes em 31/12/2015, 06 (seis) instrumentos entraram em processo de Prestação de contas e 01 (um) instrumento foi anulado: 806556 (SICONV), restando 13 (treze) vigentes, sendo que em 2016, não foram celebrados novos instrumentos de Transferência Voluntária pela SR(09)/PR.

Embora não tenham sido celebrados novos convênios no ano de 2016, a SR(09)/PR possui 02 (dois) Pré-Convênios (Instrumento Empenhado, mas não Assinado e Publicado):

Nº Convênio	Pré-Data Início da Execução	Data Final da Execução	Conveniente	Número do empenho	Valor Empenhado
842179/2016	31/12/2016	31/12/2018	Pref. Municipal da Lapa	2016NE800859	R\$ 500.000,00
842200/2016	31/12/2016	31/12/2018	Pref. Municipal de Florestópolis	2016NE800860	R\$ 500.000,00

Fonte: SICONV

Os instrumentos que entraram em processo de Prestação de Contas durante o ano de 2016 foram os seguintes: 778202 (SICONV); 778246 (SICONV); 788205 (SICONV); 794799 (SICONV); 796012 (SICONV); 796153 (SICONV).

Em 31/12/2016, a situação dos instrumentos que entraram em processo de Prestação de Contas era o seguinte:

- 778202 – Prestação de Contas em análise.
- 778246 – O Conveniente não havia enviado a Prestação de Contas até 31/12/2016 (O prazo para o envio era até 30/12/2016).
- 788205 – Prestação de Contas em análise.
- 794799 – Aguardando Prestação de Contas (Prazo final até 01/02/2017)
- 796012 – Prestação de Contas aprovada em 21/09/2016.
- 796012 – Prestação de Contas aprovada em 22/12/2016.

Tabela 2 - Caracterização dos instrumentos de transferências realizadas - Convênios Vigentes

Posição 31/12/2016 - Valores em R\$1,00

Posição 31/12/2016 - Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional no Estado Paraná - SR-09/PR									
CNPJ: 00.375.972/0011-32				UG/GESTÃO: 373067					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Convênio	763164	75.740.811/0001-28	1.296.833,85	25.936,681	-	1.270.897,17	28/12/2011	30/06/2017	Vigente
Convênio	777030	79.151.312/0001-56	881.673,20	10.058,00	198.004,80	676.840,40	10/12/2012	12/12/2017	Vigente
Convênio	777222	78.680.337/0001-84	897.011,20	11.211,20	203.600,00	885.800,00	31/12/2012	30/01/2018	Vigente
Convênio	777329	78.680.337/0001-84	679.000,00	7.000,00	-	671.999,73	15/12/2012	04/01/2017	Vigente
Convênio	796117	76.416.957/0001-85	4.148.680,00	48.680,00	-	2.406.420,00	31/12/2013	18/03/2017	Vigente
Convênio	806553	75.771.477/0001-70	3.339.666,00	33.066,00	-	308.772,00	31/12/2014	31/12/2018	Vigente
Convênio	806555	76.175.926/0001-80	1.829.498,00	18.297,00	-	152.538,78	31/12/2014	31/03/2017	Vigente
Convênio	806558	75.825.828/0001-88	618.100,00	6.190,00	-	52.312,87	31/12/2014	31/05/2017	Vigente
Convênio	808497	95.587.770/0001-99	309.882,73	9.882,73	300.000,00	300.000,00	31/12/2014	31/07/2017	Vigente
Convênio	814308	77.721.363/0001-40	595.000,00	23.800,00	176.640,00	176.640,00	30/12/2014	28/07/2017	Vigente
Convênio	814317	76.020.452/0001-05	252.530,00	2.530,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2014	31/03/2017	Vigente
Convênio	822243	75.741.363/0001-87	853.000,00	1.000,00	-	-	10/12/2015	31/03/2017	Vigente
Convênio	823852	76.958.966/0001-06	431.569,00	34.525,52	397.043,48	397.043,48	10/12/2015	10/05/2017	Vigente
			16.134.597,48	234.330,63	1.525.288,28	7.767.184,43			

Fonte:

SICONV

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Levando em conta os instrumentos de Transferência voluntária com análise de Prestação de contas em atraso, a estimativa para conclusão das Análises Financeiras é a seguinte:

Nº Convênio/parceria	Instrumento	Previsão Conclusão análise
778202	Convênio	Janeiro/2017
778246	Termo de Parceria	Julho/2017
788205	Convênio	Janeiro/2017
794799	Convênio	Junho/2017

Fonte: Contabilidade

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligada ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência Regional do Paraná.

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Descrição		Execução Física			Execução Orçamentária			Execução Financeira		
Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Prod/Unidade)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	24.816	52.108	55.000,00	69.143,48	55522,19	42.144,42	42.144,42	13.377,70
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	*0	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	19	0	49.500,00	199.576,00	144.129,17	123.500,67	123.500,67	20.628,50
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	71.868,00	76.431,65	43.510,72	39.283,79	39.283,79	4.226,93
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	58.480,50	68.680,50	53.476,65	38.125,67	37.912,17	15.350,08
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0**	0	3.648.164,34	3.448.258,75	2.736.500,50	2.736.500,50	2.736.500,50	700.045,62

Fonte: Siafi – Monitoramento – *centralizado na sede – **o valor aparece como pago, porém foi efetuado depósito judicial, e somente será considerado meta de imóvel indenizado executada, quando da homologação judicial e transferência de domínio ao INCRA.

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP bloqueados	RAP Pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	68.167,03	57.932,78	0	7.380,36	2.853,89
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	1	10.818,16	0	0	10.818,16	0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	15.697,27	12.036,20	0	3.615,67	45,40
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	730,67	730,67	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	7.606	6.399,07	405,10	0	3.993,97	2.000,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0***	6.500.000,00	0	0	6.500.000,00	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício. * o valor aparece como pago, porém foi efetuado depósito judicial, e somente será considerada meta de imóvel indenizado executada, quando da homologação judicial e transferência de domínio ao INCRA.

Análise

Com base no Regimento Interno, PPA-2016/19 e LOA/2016, cabe a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, coordenar e supervisionar a execução das atividades da Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e da Ação 210U - Organização da Estrutura Fundiária, com seus planos orçamentários voltados a, Regularização Fundiária, Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional – Cartografia, a Gestão de Terras Públicas e a Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas com seus planos orçamentários de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O orçamento utilizado nas ações de responsabilidade da Divisão será descrito em cada uma delas, que são distribuídas a 04(quatro) Serviços sendo:

a) Serviço de Cadastro Rural – SR(09)-F1 – Ação 2105 – PO - 2105

Resultados da Ação do Cadastro de Imóveis Rurais:

Apesar da meta física da ação contabilizada ser “Imóvel gerenciado por meio do Sistema Nacional do Cadastro Rural - SNCR” e UMC implantada/mantida, as qual foram cumpridas com êxito no exercício, outras tarefas também são desenvolvidas no Serviço

Dentro da Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, alinhado ao Planejamento Estratégico da Autarquia, foram definidas as seguintes tarefas:

Tarefa 01: A expansão da rede nacional de cadastro rural de 345 para 358 municípios:

O setor de Cadastro trabalhou e conseguiu implantar 13 novas UMC's, Renovar 07 UMC's sendo que a Superintendência conseguiu um estoque 358 UMC's em 2016, um pouco abaixo da meta, que depende da negociação com os municípios.

Tarefa 02: Capacitar 38 servidores das UMC's: Foram treinados 38 servidores das UMC's em 2016, resultado negativo em relação a meta, devido a falta de recursos financeiros e de pessoal.

Queremos continuar destacando como em todos os Relatórios de Gestão da última década, que na década de 80/90, a área de Cadastro Rural contava com aproximadamente 50 servidores para atender uma demanda menos complexa que a atual. O serviço estava distribuído em setores, e em cada setor uma equipe destinada para execução daqueles serviços, tais como: a) Cancelamento/parcelamento, b) Atualização cadastral, c) Certificação de imóveis Rurais, d) Emissão de Certidão para aposentadoria, e assim por diante. Atualmente, devido às várias aposentadorias e nenhuma contratação de novos servidores para o setor, acumula-se as funções e atribuições que, antes eram feitas por 3 servidores, agora são feitas por 1, gerando um desgaste desproporcional para a execução da demanda.

Os principais serviços executados pelo Serviço de Cadastro são:

- a) Análise dos formulários Estrutura, Uso e Pessoa, encaminhados pelos 399 municípios paranaenses, mais a demanda recepcionada na Sala da Cidadania;
- b) Cancelamento de Cadastro por duplicidade do mesmo.
- c) Cadastro Informação.
- d) Relatórios e demandas da Superintendência e Brasília.
- e) Atendimento às Unidades Municipais de Cadastramento - UMC's.
- f) Atendimento ao público em geral.
- g) Emissão de Certidões de Aposentadoria Rural.
- h) Termo de Cooperação Técnica – TCT com Prefeituras para instalação UMC's;
- i) Respostas de Ofícios e demandas judiciais diversas, além de demandas dos Órgãos de Controle.
- j) Cursos de capacitação a rede de UMC's.
- k) Supervisão das redes de UMC's.
- l) Consultas ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SIR.

- m) Correções de Inconsistências nas Declarações de Cadastro no SNCR.
- n) Correções de Inconsistências nos Cadastros de Imóveis que hoje são PA. Do INCRA.

Nestes últimos anos somaram-se a estes outras atividades que não faziam parte do rol de serviços deste cadastro, como:

- a) Certificação de Imóveis Rurais, cuja atualização cadastral é atribuição nossa.
 - b) Processos Instruídos pela IN-17-b.
 - c) Descaracterização de imóvel rural. (Cujas demandas tem sido altíssima em razão dos projetos envolvendo o Minha Casa Minha Vida);
 - d) Loteamento em área rural.
 - e) Loteamento com finalidade agrícola.
 - f) Desmembramentos regidos pelo Decreto 62504/68 - fins não agrícolas abaixo da FMP (Fração Mínima de Parcelamento).
 - g) Aquisição de Imóveis Rurais por estrangeiros.
 - h) Classificação de Imóveis Rurais para fins de criação de projetos de assentamento;
 - i) Denúncias de Trabalho Escravo.
 - j) Processos Administrativos de Fiscalização abertos em função de inconsistências encontradas nas declarações de cadastro de imóveis rurais.
- b) **Serviço de Cartografia - SR(09)-F2 – Ação 210U – PO 000A - Ação 210U - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional**

No estado do Paraná o Serviço de Cartografia da superintendência do INCRA atua na análise de requerimentos de certificação de imóveis rurais de particulares, na demarcação topográfica dos PA's, no levantamento e/ou aprovação de medições de áreas objeto de cessão de uso em projetos de assentamento, no atendimento a demandas externas como solicitações de reconhecimento de limites e demandas judiciais ou ainda de outros órgãos das esferas federal, estadual ou municipal.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Quadro 10 - Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016

Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016	4809	
Processos protocolados em 2016	+	0
Processos analisados em 2016	-	22
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	0
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	27	
Processos analisados em 2016	+	22
Processos arquivados em 2016 (a)	-	15
Processos certificados em 2016 (b)	-	7
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	5
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	15
Processos certificados em 2016 (b)	+	7
Total de processos concluídos (a + b)		22

Fonte: Serviço de Cartografia – SR(09)/PR

Análise

Quanto ao passivo de processos de certificação de imóveis rurais, modelo previsto até a 2ª edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, e que foi substituído pelo SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), atualmente a SR(09) conta com 13 (treze) processos aguardando análise, sendo que 4 (quatro) deles são processos referentes a Projetos de Assentamento, de propriedade da própria autarquia.

Durante o ano de 2016 foram executadas análises, certificações e, principalmente, cancelamentos de processos, por motivo de lançamento de imóveis no SIGEF. Percebe-se uma tendência de migração natural por parte dos proprietários de imóveis rurais em migrar do processo físico para o SIGEF. Esta situação, aliada ao fato do número de processos no passivo ter se tornado inexpressivo, comparado ao total de processos que haviam sido protocolados naquele modelo, torna inócua a discussão sobre a elaboração de planejamento e/ou estratégias para melhorar o rendimento de análise destes processos, tendo em vista que boa parte deles se encontram em outros setores da autarquia aguardando algum tipo de esclarecimento.

No período houve várias solicitações de arquivamento de processos físicos e também de cancelamento de certificações emitidas via SNCI (2ª Edição da Norma), para novas certificações via SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária). Após o término dos processos físicos de georreferenciamento, a rotina de análise deste tipo de demanda se dará apenas via SIGEF, que possui ferramentas de acompanhamento de análise. Os tipos de requerimentos analisados no SIGEF compreendem: cancelamentos, desmembramentos, remembramentos, retificação, informação de registro de imóveis já certificados, assim como análise de sobreposição com imóveis da base de dados do INCRA (Assentamentos, Territórios Quilombolas e imóveis certificados anteriormente ao SIGEF). Estas análises estão em uma crescente demanda, sendo que o volume de certificações aumentou muito nos últimos anos e, em decorrência disto, aumentam também os requerimentos que necessitam de análise do Comitê Regional de Certificação, que em 2016 foi de 4410 (quatro mil, quatrocentas e dez) análises.

Em 2016, é válido destacar o trabalho dos Engenheiros Cartógrafos deste Serviço que, mais uma vez, colaboraram com a UFPR ministrando palestra no encerramento da disciplina Topografia III, sobre as funcionalidades do SIGEF, e também na disciplina de Levantamentos Topográficos I, sobre o INCRA e o georreferenciamento de imóveis rurais, recebendo novamente elogios por parte daquela instituição.

A divulgação do SIGEF e o contato com Cartórios de Registro de Imóveis e órgãos externos teve uma mudança de patamar em 2016. O Comitê Regional de Certificação fez contatos com o CREA-PR, para definir procedimentos de informação de desvios de conduta por parte de profissionais credenciados no âmbito do georreferenciamento de imóveis rurais. Ficou definido que o INCRA informará o CREA-PR sobre os profissionais que sofreram sanções dentro do sistema SIGEF para que aquela autarquia encaminhe estes casos à Comissão de Ética para análise e eventuais medidas que se fizerem necessárias.

Outro contato, e provavelmente o mais importante, foi com a Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, em que o Comitê Regional de Certificação demonstrou como se dá o trabalho do INCRA na análise dos requerimentos e na orientação aos cartórios de registro de imóveis. Nesta reunião, nos foi dada a oportunidade de contribuir no capítulo sobre georreferenciamento de imóveis rurais no Caderno de Normas da instituição. Este documento serve como referência aos cartórios de registro de imóveis, para tomadas de decisão e atuação profissional. A participação do INCRA neste documento demonstra a seriedade como é tratado o tema, assim como a valorização do trabalho desta autarquia na execução dos trabalhos inerentes à lei 10.267/2001.

Um tema recorrente nos relatórios de gestão, a internet da Superintendência, continua com problemas. Mesmo com a separação da rede com um novo link de internet banda larga, a atuação dos servidores nos sistemas web oficiais (SIGEF, SNCR, SCDP, etc) continua enfrentando dificuldades, tendo em vista que estes sistemas permaneceram com acesso por internet via rádio de baixa qualidade. Além disto, todos os anos os perfis dos servidores são “*resetados*” e, é necessário

entrar em contato com o serviço de TI para que seja possível efetuar análises no SIGEF, pois tendo um perfil de rede em nível menor, o sistema não opera corretamente.

Quanto à obrigatoriedade em execução de georreferenciamento de imóveis rurais abaixo dos 4 (quatro) módulos fiscais, passamos o ano sem nenhum pedido e, em novembro, foi publicado o Mem. Circular nº03/2016/DFG/INCRA que tem como assunto “*Orientação para recepção de pedidos de georreferenciamento de imóveis rurais até 4 módulos Fiscais*”, que começará a ser adotado no ano de 2017.

No quesito demarcação topográfica indireta (contratada), o ano de 2016 foi de verificações e indicação de correções para as 3 (três) empresas vencedoras do último pregão, sendo que o último termo de recebimento definitivo foi emitido em fevereiro de 2017. O pagamento seguiu ritmo lento, e as empresas fizeram vários contatos para saber quando seriam pagas as notas que estavam em aberto.

Não foram efetuados novos contratos de demarcação topográfica, por ausência de recursos.

No quesito demarcação topográfica direta (executada pelo INCRA), o planejamento para escolha dos projetos de assentamento a serem demarcados no ano vinha sendo executado seguindo-se os critérios de ano de criação (mais novos para os mais antigos). O planejamento para 2016 já foi alterado, por causa do CAR (Cadastro Ambiental Rural). Seria mais prudente aguardar a análise do CAR, para evitar gastos extras com alterações oriundas da análise do órgão ambiental, como aumento de reservas legais, inclusão ou exclusão de lotes, etc.

O planejamento foi executado de acordo com a capacidade de execução da nossa mão de obra disponível, dos equipamentos à disposição e respeitando-se um quesito de proximidade, com o intuito de baratear os levantamentos, atuando-se numa região próxima à Unidade Avançada do Iguaçu, localizada no sudoeste do Estado. Com os frequentes cortes orçamentários do ano de 2016, não foi executada a demarcação de nenhum projeto previsto.

O que foi executado deste quesito foram apenas demarcações de PAs para atendimento a ações judiciais de titulação de lotes da reforma agrária, como o PA Mãe de Deus, e o PA Nhundiaquara. Os recursos orçamentários e de mão de obra foram empregados para a execução destes trabalhos.

Como demarcação para fins de diminuição de passivo podemos citar a conclusão do perímetro do PA Elias Gonçalves de Meura, que foi concluída, mas a demarcação dos lotes foi suspensa devido a uma questão ambiental que impedia o projeto de parcelamento. Com esta questão superada, o parcelamento será concluído em 2017.

Para o ano de 2017 serão novamente previstos levantamentos topográficos de demarcação, para darmos continuidade à execução do passivo, mas existem dificuldades na elaboração de qualquer planejamento ou estratégia para esta atividade, como a indefinição sobre as prioridades da autarquia, que impacta diretamente no descentralização de recursos orçamentários.

Com relação à malha fundiária do estado e a base de dados da Superintendência, continuou-se o trabalho do grupo instituído pela Ordem de Serviço nº03, de 02/02/2015, para a criação de um banco de dados geográfico. Este trabalho sofreu uma grande baixa, devido a um problema de rede, o banco teve que ser formatado e perdemos boa parte das configurações já definidas. Após este problema surgiram outros, também de ordem técnica, que até agora não foram resolvidos por completo. Diante deste cenário foi dada importância na preparação dos arquivos para lançamento no banco de dados, que hoje já conta com 20 (vinte) projetos de assentamento (em 2015 eram apenas dois).

Finalizando, mais um problema que persistiu em 2016 foi a burocratização do sistema de diárias e passagens (SCDP). Nada foi alterado dos anos anteriores, sendo necessário, ainda, ficarmos digitalizando documentos que poderiam estar sendo citados diretamente no sistema. Tal problema pode não ser tão grave em outros setores, mas no Serviço de Cartografia, que temos servidores viajando a maior parte do ano, perde-se muito tempo no sistema, desde o lançamento da diária e, principalmente, na prestação de contas.

c) Serviço de Regularização Fundiária da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(09)F-3 - Ação 210U PO 0009 e Ação 210U 000B

Tem como responsabilidade os planos de Regularização Fundiária e a Gestão de Terras Públicas, das terras situadas na Faixa de Fronteira Internacional, situada no Estado do Paraná, com largura de 150 km (cento e cinquenta quilômetros), que abrange total ou parcialmente 139 municípios.

A regularização fundiária constitui-se na alienação onerosa das terras a possuidores que comprovem o cumprimento de requisitos fixados na legislação, o reconhecimento de títulos concedidos pelo Estado do Paraná, a destinação de terras vagas ou ocupadas irregularmente para constituição de projetos de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra e a transferência ao Serviço de Patrimônio da União - SPU para destinação das terras a serem empregadas em outros usos que não a exploração agrícola.

De modo simplificado pode-se categorizar a regularização fundiária em cinco situações específicas cujo enfrentamento exige medidas próprias, a destacar:

- Remanescentes de terras incorporadas ao patrimônio do IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e, portanto transferidas ao INCRA quando da sua criação;
- Remanescentes de terras desapropriadas com a finalidade de “regularização fundiária”;
- Discriminação e arrecadação de terras devolutas e, em sequência a legitimação das posses nelas existentes;
- Ratificação das concessões e alienações efetuadas pelo Estado, “*a non domino*”;
- Regularização das terras incorporadas ao patrimônio público em decorrência da AC-9621 (Questão Braviaco).

Os serviços de regularização fundiária da faixa da fronteira paranaense vêm sendo realizados desde o ano de 1967, na cidade de Cascavel com o Serviço de Regularização Fundiária lá sediado desde o ano de 2008, prossegue com a administração dos procedimentos decorrentes das titulações efetuadas ao longo desses anos, tais como o recebimento dos valores cobrados pelos títulos concedidos, liberação das cláusulas resolutivas cumpridas pelos titulados, a concessão de cartas de anuência a ocupantes ainda não regularizados etc.

Ao longo do exercício de 2016, a Diretoria de Ordenamento, através da Coordenação Geral de Regularização Fundiária, decidiu iniciar os trabalhos de Regularização Fundiária no Paraná, o que, visando atender uma solicitação antiga dos posseiros, fizemos a programação e execução em campo, na Colônia São João do Sul. Sendo que já foram demarcados 204 lotes, 816 marcos implantados e 194 lotes já medidos.

O término do trabalho deverá acontecer até o final do primeiro semestre de 2017, o que poderá culminar na emissão de títulos àquela comunidade.

A Gestão de Terras Públicas caracteriza-se por “localizar, identificar, demarcar, arrecadar e destinar terras públicas devolutas, por meio da gestão das terras públicas federais e apoio na gestão das estaduais, promovendo mediante processo discriminatório ou de arrecadação sumária, a demarcação topográfica, a incorporação e posterior destinação de terras públicas federais, para fins de regularização fundiária, reforma agrária, doação para municípios, concessão de direito real de uso para unidades de conservação, dentre outras” (LOA, 2013).

d) Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – Ação 210Z – PO FF03 e 0004

Encontra-se descrito a seguir no item iii.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Com relação aos objetivos e metas institucionais para esta ação no exercício de 2016, foi previsto no Plano de Ação do INCRA: a publicação de 00 RTIDs, a publicação de 02 Portarias de Reconhecimento, 250 ha de área indenizada, 1400 ha de área avaliada e com conjunto avaliação encaminhado à Sede.

Vale destacar que, para atingir a titulação de territórios quilombolas, é necessário percorrer todos os passos da legislação pertinente, o que implica em cinco grandes etapas:

- 1) Elaboração e publicação do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação);
- 2) Análise em primeira e segunda instâncias de contestações;
- 3) Emissão da Portaria de Reconhecimento;
- 4) Emissão de Decreto de Desapropriação e procedimentos relacionados;
- 5) Emissão de Título.

Cada uma destas etapas envolve diferentes graus de complexidade e demandam tempos específicos, comumente ultrapassando um ou até mais exercícios, e extrapolam a gestão deste Serviço ou da Superintendência Regional. O processo envolve não só a realização de trabalhos técnicos pelo Serviço, mas também depende da atuação e do tempo de resposta tanto de outros setores do INCRA Regional (especialmente Cartografia, Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA-PR e Divisão de Obtenção) quanto da análise e tomada de decisões do INCRA Nacional (em suas diversas instâncias hierárquicas), bem como de outros setores fora da autarquia, tais como órgãos federais, estaduais e municipais que são consultados em diversos momentos.

De fato, o principal trabalho técnico executado pelo Serviço é a confecção de peças técnicas que compõem o RTID, quais sejam, relatório antropológico e levantamento agrônomo-ambiental, planta e memorial descritivo, levantamento fundiário, levantamento de sobreposições e parecer conclusivo da área técnica (Também compõe o RTID o parecer conclusivo do setor jurídico que é elaborado pela Procuradoria Federal.).

Grande parte do trabalho descrito acima depende da disponibilidade de recursos orçamentários, uma vez que envolve deslocamentos dos servidores e ainda para o pagamento de publicações. Sobre esta questão, vale ressaltar que, no ano de 2016, foi disponibilizado valor bastante reduzido em comparação aos exercícios anteriores, o que limitou as atividades planejadas. Neste contexto, é importante reconhecer que os resultados atingidos em 2016 são frutos de um ciclo de trabalho que abrangeu vários exercícios.

Feitas estas observações, começamos a análise dos resultados pelo item **Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID)**. Três **RTIDs** foram finalizados e seus respectivos pedidos de autorização para publicação foram encaminhados para a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária no INCRA Nacional. Tratam-se das Comunidades Quilombolas Manoel Ciriaco dos Santos, Varzeão e Serra do Apon. Destes, dois RTIDs – Manoel Ciriaco dos Santos e Varzeão – não tiveram óbice e sua **publicação** foi efetuada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Imprensa do Estado. As notificações pós-publicação do RTID de Manoel Ciriaco dos Santos também foram iniciadas em dezembro de 2016.

Cabe destacar que houve andamento na confecção de **peças técnicas** referentes a outros territórios, mas sem conclusão de seus RTIDs, englobando 04 comunidades (Córrego do Franco, Mamãs, Adelaide Maria Trindade Batista e São João). Veja a relação das peças abaixo:

- a) Peças Iniciadas: 01 cadastro de famílias quilombolas; 01 levantamento fundiário; 01 parecer conclusivo da área técnica.
- b) Peças Finalizadas: 02 cadastros de famílias quilombolas; 03 levantamentos fundiários; 02 plantas e memoriais descritivos; 02 levantamentos de sobreposições; 01 parecer conclusivo da área técnica.

É relevante lembrar as dificuldades para concluir o RTID de Adelaide Maria Trindade Batista, situada no município de Palmas/PR. Este território constitui um desafio em função das complexas situações fundiárias e de sobreposições constatadas nos estudos realizados até o momento. Em decorrência disso, a proposta do território tem requerido intensa discussão com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária e com a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Outra atividade desenvolvida pelo Serviço foi a realização de visitas técnicas a três comunidades para análise de viabilidade de início de novos RTIDs. Tratam-se de Batuva, Rio Verde e Sutil. Destas, apenas Batuva apresentou condições favoráveis ao início dos trabalhos.

Em 2016, também foram publicadas as **Portarias de Reconhecimento** de dois territórios quilombolas no Diário Oficial da Imprensa do Estado. Tratam-se dos territórios de Água Morna e João Surá que totalizam 7606,3448 ha. Isso foi possível, pois o Conselho Diretor do INCRA Nacional (CD) finalmente julgou os recursos apresentados em função de seus RTIDs.

Sobre a meta **Área Avaliada**, convém fazer um breve histórico da vistoria e avaliação da área decretada no total de 1460,4374 ha do território Invernada Paiol de Telha, feita em conjunto com a Divisão de Obtenção. Em 2015, a referida área foi avaliada, porém o Serviço não encaminhou os Conjuntos-Avaliação para a Sede em Brasília, pois a Divisão de Obtenção pediu os processos de avaliação de volta para revisão e aprovação na Câmara Técnica. Em 2016, em função dos limites dos recursos financeiros para pagamento de indenização, o processo administrativo de Vistoria e Avaliação referente ao imóvel maior, que abrangia algumas áreas contínuas com matrículas diferentes, foi desmembrado em processos individualizados por matrícula. Isto implicou em nova avaliação das áreas pela Divisão de Obtenção. Em síntese, em 2016, foi concluída a avaliação (incluindo as revisões) de 699,6329 ha. E, em 2017, deve ser concluída a avaliação de 759,6343 há - As pequenas diferenças que ocorrem entre o total da área decretada e o somatório das áreas avaliadas, se devem às diferenças entre área registrada do imóvel e área medida pelo INCRA no ato da vistoria de avaliação.

Os processos administrativos de avaliação concluídos foram encaminhados para o INCRA/Sede, a pedido da Presidência do INCRA. Foram publicadas duas portarias que autorizaram esta Superintendência do INCRA a realizar Acordo Extrajudicial em relação a três imóveis decretados que totalizam 306,2839 ha. Porém os recursos disponíveis eram suficientes para somente dois imóveis com área total de 225,2805 ha. Como parte do processo do Acordo, foi depositado em conta judicial bloqueada em nome dos expropriados o valor de 9.236.500,50 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos reais e cinquenta centavos).

Vale dizer que, apesar dos trâmites acima, os dados da ação **Pagamento de Indenização de Imóveis** aparecem zerados, uma vez que, para o cômputo da meta, considera-se apenas imóveis cuja transferência de domínio para o INCRA foi concluída. Atualmente o Acordo encontra-se na fase de revisão de sua minuta e elaboração de parecer circunstanciado do setor jurídico.

Os trabalhos que se pretende realizar no ano de 2017 são: a) finalização de 03 RTIDs para análise do setor jurídico (São João, Córrego do Franco e Adelaide Maria Trindade Batista); b) publicação e as notificações subsequentes de 02 RTIDs (Serra do Apon e Mamãs); c) notificações referentes à publicação do RTID de Varzeão em 2016; d) análise de possíveis contestações apresentadas aos RTIDs publicados; e) finalizar a avaliação de 759,6343 ha e envio para o INCRA Sede de Conjunto Avaliação (Paiol de Telha); f) envio para o INCRA Sede de 02 Kits Decreto (João Surá e Água Morna).

Entre os principais desafios a serem enfrentados em 2017 estão: a) a redução de recursos financeiros disponibilizados para a ação podem inviabilizar os trabalhos pretendidos; b) a complexidade de alguns processos demanda análise e discussão tanto com instâncias superiores do INCRA quanto com as comunidades; c) tempo elevado de resposta de outros setores do INCRA e de demais órgãos às demandas do Serviço Quilombola; d) grande quantidade de notificações referentes à publicação do RTID de Varzeão em 2016 e daquelas que deverão ser executadas em função de possível publicação dos RTIDs de Mamãs e Serra do Apon.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária procura atuar em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do INCRA, especialmente pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF.

O controle das ações da Divisão ocorre tanto por meio de sistemas próprios – Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que dá contas das informações dos imóveis rurais; Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF que permite ao INCRA, conhecer a malha fundiária brasileira com maior precisão, e que dá maior confiabilidade nos dados ali disponibilizados; bem como em planilhas próprias, além do Banco de informações, por ação que é alimentado mensalmente com vistas ao acompanhamento da execução das ações pelo setor de planejamento, que faz uso destas informações tanto para o Módulo Monitoramento quanto para postagem de informações do detalhamento das ações na *wiki.incra*, e ainda temos controle por meio de planilhas específicas para acompanhamento de cada uma das atividades inerentes a Divisão.

Vale lembrar que para cada sistema, tem um gestor, e este controla todo o acesso que só é liberado aos servidores envolvidos na atividade.

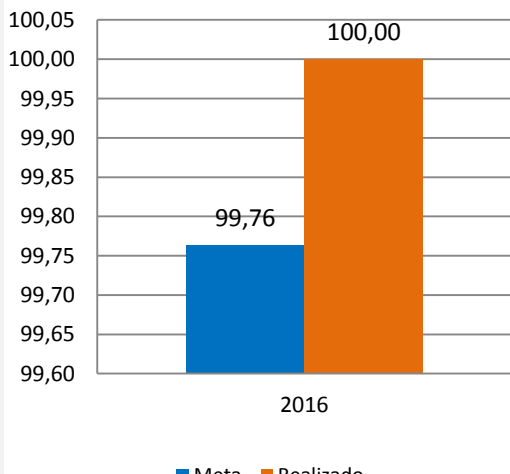
Com relação à malha fundiária do estado e a base de dados da Superintendência, continuou-se o trabalho do grupo instituído pela Ordem de Serviço nº03, de 02/02/2015, para a criação de um banco de dados geográfico. Este trabalho sofreu uma grande baixa, devido a um problema de rede, o banco teve que ser formatado e perdemos boa parte das configurações já definidas. Após este problema surgiram outros, também de ordem técnica, que até agora não foram resolvidos por completo. Diante deste cenário foi dada importância na preparação dos arquivos para lançamento no banco de dados, que hoje já conta com 20 (vinte) projetos de assentamento (em 2015 eram apenas dois).

Outro problema enfrentado pela equipe foi a baixa adesão de outros setores da superintendência. Para funcionar a contento, um banco de dados precisa conter dados reais e atualizados. Sentimos uma falta de interesse por parte dos outros setores no sentido de ajudar na alimentação do banco. Mesmo com reuniões e solicitações diretas não houve esse retorno. De qualquer forma continua o trabalho, focando-se agora nas necessidades da Cartografia e na solução dos problemas de ordem técnica, para depois voltarmos aos esforços de conscientização.

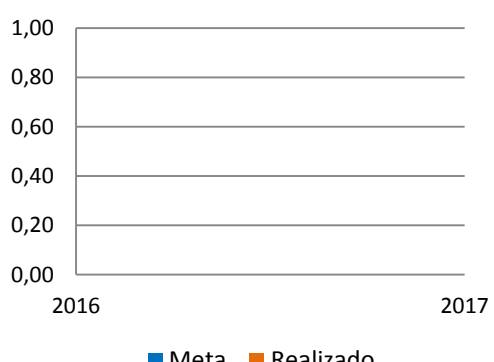
v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

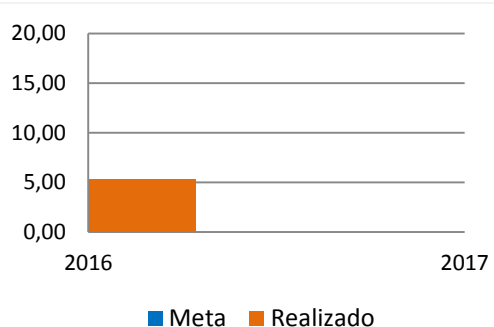
Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <p>Gráfico de barras comparando a meta e o realizado para o índice de cadastramento de imóveis rurais em 2016. O eixo Y varia de 99,60 a 100,05. A barra azul (Meta) está em 99,76 e a barra laranja (Realizado) está em 100,00.</p> <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr><tr><td>2016</td><td>99,76</td><td>100,00</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	99,76	100,00	<p>Não há meta definida para 2016, o gráfico disponibiliza uma meta através da média de execução dos últimos 05 anos. Porém a estratégia é manter as tarefas como, UMC capacitados, para que o cadastro fique sempre atualizado.</p>
Ano	Meta	Realizado					
2016	99,76	100,00					

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	<p>Não há uma meta definida em planejamento. Importante destacar que o SIGEF é mantido atualizado e é a ferramenta principal para que esse indicador tenha resultado positivo, porém a medição é diferente, o que deverá, para os próximos relatórios a sede negociar outro modelo de indicador para esta atividade.</p>

Índice de regularização fundiária

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	<p>Esta ação, não teve resultado positivo, em função dos recursos, Humanos, Orçamentários e Financeiros. A perspectiva que a ação que se iniciou em outubro de 2016 termine com a titulação da Colônia São João até meados de 2017.</p>

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais, não incluído no Programa Terra Legal.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal		
Estoque inicial de processos protocolados em 2016		*35.004
Processos protocolados em 2015	+	147
Analisados em 2015	-	94
Estoque final	=	35.151
Planejados para atuação em 2017		300

Análise

As ações de Regularização Fundiária e Gestão de Terras Públicas estão regulamentadas por meio da Instrução Normativa nº 80/2014 e pelo Decreto-Lei nº 1942/82. A primeira atende os procedimentos de legitimação de posses de até 100 hectares, localizadas nas terras públicas da União, advindas da arrecadação de terras devolutas, de desapropriação por interesse social e de anulação de titulação espúria. O Decreto-Lei atende a regularização dos imóveis abrangidos pela decisão judicial referente à Apelação Cível 9621-1. A Gestão de Terras Públicas inclui a

arrecadação de terras devolutas e a retomada de terras públicas detidas por particulares por meio de titulação espúria.

Também compunha as ações de regularização fundiária a atividade de ratificação das alienações e concessões de terras efetuadas pelos Estados na Faixa de Fronteira Internacional. Porém, a Lei Federal nº 13.178/15, sancionada em outubro de 20156 pela Presidenta da República, revogou o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei Federal nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, eximindo o INCRA de realizar a ratificação, transferindo ao detentor de imóveis, titulados "a non domino" pelos Estados, a iniciativa de obter a ratificação dos seus títulos diretamente junto aos Cartórios de Registro de Imóveis. Por óbvio, a IN-63 perdeu o objeto, pois ao INCRA restou tão somente a incumbência de proceder, a requerimento, a certificação do georreferenciamento e a atualização cadastral do imóvel ratificando. Fica para esta Superintendência Regional decidir o destino de aproximadamente 35.000 processos administrativos instaurados a partir de requerimentos de ratificações de títulos.

De outra parte, o processo de regularização fundiária das terras federais situadas na faixa de fronteira internacional do Estado do Paraná vem se desenrolando ao longo dos últimos 45 anos. Após a emissão de cerca de 50 mil títulos, de propriedade e de ratificação, estima-se existirem aproximadamente 2.500 posses a regularizar.

Persistem, em consequência, as tarefas de cobrança, recebimento de valores e liberação de cláusulas resolutivas referentes a cerca de 10 mil títulos expedidos. Acrescente-se também, o permanente suporte técnico prestado à área jurídica no que tange às ações de desapropriação por interesse social promovidas, com o fito de regularização fundiária, ao longo das décadas de 1970 e 1980, as quais importam estimativamente em 20 bilhões de reais.

Há que se referir ainda à arrecadação de terras, devolutas ou cuja titulação é comprovadamente nula, atividade continuamente demandada face, principalmente, à quantidade expressiva de ações judiciais em curso ou mesmo que vêm sendo impetradas por particulares (ações de usucapião sobre terras federais).

Ao longo do exercício de 2016, a Diretoria de Ordenamento, através da Coordenação Geral de Regularização Fundiária, decidiu iniciar os trabalhos de Regularização Fundiária no Paraná, o que, visando atender uma solicitação antiga dos posseiros, fizemos a programação e execução em campo, na Colônia São João do Sul. Sendo que já foram demarcados 204 lotes, 816 marcos implantados e 194 lotes já medidos.

O término do trabalho deverá acontecer até o final do primeiro semestre de 2017, o que poderá culminar na emissão de títulos àquela comunidade.

Discute-se a forma de estabelecimento do preço final dos títulos a emitir bem como a forma de cobrança desses valores.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Não se aplica.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 11 - Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Descrição		Execução Física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	4.505	2.660,7034	130.000,00	151.132,90	114.106,91	103.138,15	103.138,15	10.968,76
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	20	10.000,00	*53.760,00	783,16	783,16	783,16	0
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	99,69	0	0	0	0
211A	PO – 02 Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0	55.000,00	55.000,00	0	0	0	0
211A	PO-05 – Regularização Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária	Licença(CAR) protocolada	0	0	29.025,00	31.025,00	6.752,12	6.752,12	6.752,12	0

*Orçamento descentralizado pela sede no mês de dezembro com intuito de adiantar os trabalhos do Acórdão 2451/2016 quando já não havia mais tempo para os trabalhos em campo.

Quadro 12 - Ações do macroprocesso Obtenção de Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP bloqueado	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	297,6749	37.016,21	0	0	35.852,61	1.163,60
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	0	0	0	0	0
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0	0
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0	0	0	0	0
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	0	0	0	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

Análise

O ano de 2016 foi bastante difícil. Enfrentamos uma crise muito séria, tivemos muitas mudanças na gestão o que reflete nos resultados acima. Mesmo assim, os resultados alcançados foram satisfatórios, naquilo que a Superintendência se propôs, como por exemplo, a construção do Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT.

O RAMT foi instituído pela Norma de Execução nº 112, sendo a Planilha de Preços Referenciais – PPR para o estado do Paraná, parte integrante do mesmo. Durante 2016 foram envidados esforços no sentido de fazermos a coleta de preços de imóveis rurais com ofertas ou efetivamente negociados em todo o estado. Para tanto, dividimos o estado em oito mesorregiões e os técnicos se deslocaram em equipes cada qual em sua região com o intuito de realizar as pesquisas de mercado. Após os trabalhos de campo essa pesquisa foi tabulada e dividida por tipologias de uso até o 2º nível categórico. Esses valores foram consolidados em uma planilha, a qual foi apresentada e aprovada em reunião extraordinária da Câmara Técnica realizada em 10 de outubro de 2016. Conforme estabelece o art. 3º da citada Norma, a PPR foi submetida ao CDR regional, que também a aprovou através da Ata nº 298 de 04 de novembro de 2016.

Como próximos procedimentos envolvendo o RAMT e, seguindo orientações expressas na Norma de Execução, uma versão prévia do citado Relatório já em fase bem avançada de elaboração, construída em sucessivas reuniões da Câmara Técnica no final do ano de 2016. Falta levar esse relatório prévio para análise e aprovação final do grupo, após feitos os ajustes de ordem técnica dos índices e tabelas ali existentes. Como procedimento final, todo o processo instruído com a documentação, de nº 54200.002381/2015-29, será enviado ao INCRA/Sede para a devida aprovação pelo Conselho Diretor - CD. Estimamos estar com tudo concretizado até o final do primeiro semestre de 2017.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

O Serviço de Obtenção - T1 é responsável pelas atividades desde as vistorias e avaliações de Imóveis Rurais até a implantação de Projetos de Assentamento. Em 2015 executou vistorias iniciadas no exercício bem como zerou aquelas em execução de anos anteriores. Não houve pagamento descentralizado para SR de indenizações e TDAs, de imóveis desapropriados. Também como elaborou cadeias dominiais, conforme o Tabela I abaixo:

Tabela 3 - Monitoramento das Ações de Obtenção de Imóveis Rurais

PROGRAMAS / AÇÕES		TOTAL ANUAL		
	Unidade	iniciadas no ano	concluídas no ano	em execução
PROGRAMA 2066				
Ação 211A - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais				
Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar) 1 fase campo	hectare	0,0000	0,0000	0,0000
	imóvel	0	0	0
Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar) 2 fase escritório	hectare	0,0000	0,0000	0,0000
	imóvel	0	0	0
Vistoria para Avaliação 1 fase campo	hectare	1.428,4214	1.428,4214	0,0000
	imóvel	5	5	0
Vistoria para Avaliação 2 fase escritório	hectare	1.564,3848	961,0034	603,3814
	imóvel	5,0000	2	3
Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto 1 fase campo	hectare	0,0000	0,0000	0,0000
	imóvel	0	0	0
Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto 2 fase escritório	hectare	0,0000	0,0000	0,0000
	imóvel	0	0	0
Outras vistorias (QUE CONTAM PARA META) 1 fase campo	hectare	2.804,9005	1.699,7000	1.105,2005
	imóvel	7	2	5
Outras vistorias (QUE CONTAM PARA META) 2 fase escritório	hectare	1.699,7000	1.699,7000	0,0000
	imóvel	2	2	0
Outras vistorias (QUE NÃO CONTAM PARA META)	hectare	620,4100	620,4100	0,0000
	imóvel	5	5	0
Perícias Judiciais	hectare	0,0000	15,3971	-
	imóvel	0	1	-
Cadeia Dominial	imóvel	4	4	-

Fonte: Módulo Monitoramento

No ano de 2016 foi executadas vistorias em campo de 09 imóveis (4.853,7319) hectares. Deste quantitativo, 706,6400 hectares refere-se a vistoria para fins de fiscalização da função social de imóveis rurais, 1.603,9234 hectares foram vistoriados somente para fins de avaliação de imóveis rurais e 2.543,1685 hectares foram para avaliação e Estudo de Capacidade de Geração de Renda – ECGR.

Foram concluídos os laudos das de 01 imóvel – Fazenda Agua do Bugre - 297,6749 há, de exercícios anteriores.

Já com relação a elaboração de Laudos, foi iniciado e finalizado neste exercício 04 Laudos Agrônômicos de Fiscalização.

Estão em execução os Laudos de Vistoria e Avaliação e/ou ECGR de 06 áreas (denominados de Fazenda Retiro, Fazenda Jeca Martins, Fazenda Taboãozinho, Lote Rural 6-A-6 – Gleba 2, Lote Rural 6-A-4 – Gleba 2e Fazenda Perdígão.

Também foram iniciadas 04 e concluídas 04 Cadeias Sucessórias de imóveis rurais com previsão de aquisição,.

No exercício não houve aquisição, nem tampouco Decreto de desapropriação de áreas e ou pagamento de TDA'S e benfeitorias pela Superintendência.

Não tivemos custos com implantação de novos assentamentos, pois em 2016 não foi criado nenhum Projeto de Assentamento.

Como apresentado no Quadro 11 – a meta de 4.505,00ha para vistoria não foi cumprida, muito em função das mudanças ocorridas no Órgão que paralisou muitas atividades, bem como em função dos técnicos da divisão, estarem concentrados na elaboração do Relatório de Análise de Mercado de Terras - RAMT e atualização da Planilha Referencial de Preços de Terras - PPR.

Para 2017, em que pese a falta de informação sobre o novo PPA-2016/19 e da LOA, bem como sem nenhuma provocação da Sede para o Planejamento anual, é intenção da Superintendência, que já tem no escopo de demandas, no mínimo a mesma meta de 2016 em hectares.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referente a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatada.

No ano de 2016 foram avaliados 3 (três) imóveis rurais. No imóvel rural denominado de “Fazenda Doralúcia”, de propriedade de Jofran Agropecuária e outros, localizado nos Municípios de Cruzeiro do Sul e Paranacity/PR, conforme consta no Processo Administrativo INCRA/SR-09 PR/nº 54200.001185/97-49, com área registrada de 706,6400 hectares e área medida de 842,6034 hectares; foi descontado a título de Passivo Ambiental, o valor de R\$ 226.851,87 (duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um Reais e oitenta e sete centavos) referentes a 102,6398 hectares de áreas degradadas, sendo 39,8934 hectares de Área de Preservação Permanente degradadas, e 57,3272 hectares que faltam de áreas com vegetação nativa, para a formação da Reserva Legal. O custo de recomposição para cada hectare degradado foi dimensionado em R\$ 2.210,17 (Dois mil duzentos e dez Reais e dezessete centavos).

No imóvel rural denominado de “Fazenda Pinhalzinho” - Lote 57-B – 1ª Parte do imóvel Colônia Tormenta, localizado no perímetro rural do Distrito Rio do Salto, município de Cascavel / PR, objeto da Matrícula de nº 21.656 do 3º Ofício de Cascavel / PR, com área registrada total de 118,4000 hectares, conforme o Processo Administrativo INCRA/SR-09 PR/nº 54200.002842/2014-82, avaliação solicitada pela Justiça Federal – 1º Vara Federal de Cascavel; foi descontado a título de Passivo Ambiental, o valor de R\$ 27.030,64 (Vinte e sete mil, trinta Reais e sessenta e quatro centavos), referentes a 18,4400 hectares de áreas degradadas, sendo este quantitativo que falta de áreas com vegetação nativa, para a formação da Reserva Legal. O custo de recomposição para cada hectare degradado foi dimensionado em R\$ 1.465,87 (Um mil, quatrocentos e sessenta e cinco Reais e oitenta e sete centavos).

No imóvel rural denominado de “Paiol de Telha ou Fundão”, localizado no município de Reserva do Iguaçu / PR, objeto das Matrículas n.º 2385, 2740, 3682 e 2388, todas do Cartório de

Registro de Imóveis da Comarca de Pinhão/PR, com área registrada de 1.118,6539 hectares, e área medida de 1.067,0884 hectares, de propriedade da Cooperativa Agrária Agroindustrial, objeto do Processo Administrativo INCRA/SR-09 PR/nº 54200.002117/2015-95; não foi identificado Passivo Ambiental.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional.

A Resolução Conama Nº 458 de 16 de julho de 2013, que revogou a Resolução Conama Nº 387 de 27 de dezembro de 2006, trata do licenciamento de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura em projetos de assentamento da reforma agrária.

O Cadastro Ambiental Rural - CAR, estabelecido pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, passou a ser o novo mecanismo de licenciamento dos imóveis rurais, alterando o termo e a metodologia de licenciamento para regularização ambiental; este, por sua vez, é feito através da inclusão do imóvel no Sistema de Informações de Cadastro Ambiental Rural do Paraná.- SICAR/PR.

a) situação de *déficit* de licenciamento em assentamentos da reforma agrária;

Encontram-se cadastrados no SICAR atualmente, 315 PA's; desses, 06 PA'S compostas por várias glebas, das quais 13 glebas foram cadastradas separadamente de maneira equivocada; ainda, 01 PA apresentou cadastro duplicado, 01 PC que deverá ser excluído do CAR totalizando, assim, 302 PA's.

Aguarda-se a análise dos Projetos Cadastrados no CAR, pelo órgão ambiental estadual Instituto Ambiental do Paraná – IAP no CAR. Dos 327 Projetos de Assentamento que constam no SIPRA, somente 301 serão cadastrados no CAR, os demais são projetos de reassentamento de barragem, projetos do Estado do Paraná, que não está sob a responsabilidade do INCRA. Os titulados são de responsabilidade do proprietário.

b) licenciamento das áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária e dos projetos de assentamento criados;

Nas áreas em processo da obtenção, na modalidade compra é verificado se o proprietário está cadastrado no CAR; caso contrário, ele deve realizar o cadastramento para poder comercializar o imóvel.

c) recuperação ambiental de assentamentos:

Durante o exercício de 2016, não foram realizadas práticas relacionadas com a recuperação ambiental por parte do Serviço de Assistência Técnica - ATER, ação esta de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, tendo em vista que não houve a contratação dos serviços de assistência técnica pela Superintendência Regional do Paraná.

d) ações de educação ambiental e gestão ambiental dos assentamentos.

Em virtude da não contratação dos serviços de assistência técnica conforme acima exposto, todos os Projetos de Assentamento ficaram sem o atendimento pelo programa ATER; consequentemente, não foram contemplados com ações voltadas à educação ambiental e gestão dos recursos naturais, incluindo a realização de eventos e divulgação de materiais informativos de caráter ambiental, nem tampouco com a realização de eventos de capacitação para os assentados e técnicos de ATER.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Quadro 13 - Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992		
Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
123210424	IMÓVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFORMA AGRÁRIA	360.327.744,98

Fonte: SIAFI

O registro contábil dos imóveis rurais consiste em levantar os valores pagos de TDAs, benfeitorias, sobras de TDAs e TDAs complementares. Após este levantamento, preencher planilhas conforme definida juntamente com a CGU e indicação também no SIAFI. Esta atividade foi determinada para cumprimento do Acórdão TCU nº 557/2004.

A atividade teve início em meados de 2014 e a fonte de informações são os processos administrativos de vistoria, compra, emissão de TDAs e Emissão de TDAs complementares.

A Superintendência havia acordado com a CGU um cronograma de lançamento que se encerraria em julho/2015, sendo o lançamento feito somente no SIAFI.

Ocorre que em dezembro de 2014, a Direção Central teve que mudar os procedimentos incluindo o Sistema SPIUnet da Secretaria do Patrimônio da União.

No momento a ação para finalizar esta atividade está paralisada. Tal fato é em função da rotina estabelecida em 05/10/2015 através da Orientação Técnica Nº 01/15/DAC/DA. Nesta rotina deveria ser lançado os dados dos imóveis no SPIUnet, o que esta Superintendência não conseguiu fazer, pois o Sistema não está preparado para receber as informações necessários ao registro contábil dos imóveis.

Assim sendo, formalizamos o processo 54200.000642/2016-57, onde encaminhamos todos os questionamentos a Coordenação Geral de Contabilidade, para que se posicionasse quanto a solução do problema.

A resposta daquela coordenação veio conforme abaixo:

Já está agendada reunião no dia 02/08/2016 com a STN (Subsecretaria de Contabilidade Pública), SPU (Secretaria do Patrimônio da União), INCRA e Setorial Contábil da Casa Civil para tratar deste assunto, inclusive em decorrência dos Acórdãos TCU 627/2015 e 1587/2016. Em seguida, após os desdobramentos da reunião, será realizada nova reunião, desta vez com a CGU e o TCU, para nivelar o assunto e encaminhamentos subsequentes, o que deve ocorrer ainda na primeira quinzena de agosto. Quanto ao processo que deixou na Sede já foi restituído à SR, salvo engano no início da semana.

Os Acórdãos TCU Plenário 627/2015 e 1587/2016, trazem a seguinte recomendação: 9.2. Recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, à Secretaria do Patrimônio da União e à Secretaria do Tesouro Nacional que avaliem a forma adequada e conforme a legislação de realizar a contabilização dos imóveis e dos pagamentos relacionados ao Programa Terra Legal;

Pelo disposto acima os acórdãos atribuem também a SPU que avalie a forma adequada para a realização dos registros, portanto, se o SPIUNET não atende aos requisitos, temos duas saídas: 1) Deixar de usá-lo e justificar a situação, propondo a criação de um sistema próprio 2) Solicitar que ajustem o Sistema à realidade do INCRA, bem assim, gerando o reflexo contábil nas contas corretas, em face de natureza da utilização do imóvel (especial ou dominical), conforme o caso.

De todo modo, o registro deste imóvel no SPIUNET ou outro Sistema de Controle Patrimonial, inclusive os investimentos realizados nos mesmos, não é de responsabilidade da Área Contábil e sim da área de Patrimônio ou Finalística (Diretorias de Obtenção, Desenvolvimento, etc) conforme restar definido. O registro no SIAFI (Balanço Patrimonial) somente pode ser feito pela Contabilidade a partir do recebimento de todas as informações necessárias.

Diante do exposto e consoante nossas tratativas na reunião realizada quando de sua estada em Brasília, nota-se que estamos tomando todas as medidas para resolver a situação, contudo, precisamos preliminarmente fechar um entendimento com todos os atores envolvidos (INCRA, CASA CIVIL, STN, SPU, CGU e TCU) para em seguida adotarmos os procedimentos necessários ao controle patrimonial e respectivo registro no SIAFI. Assim que tivermos uma posição atualizada e definitiva, repassaremos a todas as Superintendências Regionais.

Agora, temos como informação da Diretoria de Gestão Administrativa o ofício 301/2016-(DA) de 17/10/2016 (ANEXO I), que veio através de mensagem eletrônica, dizendo que:

2) Apesar de todo os esforço da Autarquia, estamos enfrentando uma série de dificuldades decorrentes das inconsistências no SPIUnet, as quais já foram objeto de inúmeras reuniões com a STN, SPU, CGU e TCU, contudo sem solução até o momento. No final de agosto de 2016, a pedido do INCRA foi realizada reunião no TCU, a qual contou inclusive com a presença da CGU. Após várias tratativas, restou acordado que o INCRA encaminharia ao TCU um relato circunstanciado dos problemas enfrentados, o que culminou com envio do Ofício 301/DA de 17/10/2016 (anexo) ao Tribunal, contudo mesmo após várias ligações e e-mails solicitando uma posição da Corte de Contas, até o momento não obtivemos nenhuma resposta. Diante desta situação, as Regionais que tiveram problemas na utilização do SPIUnet foram orientadas a continuar montando os Kits com as documentações necessárias aos registros no SPIUnet, cujas informações são de responsabilidade das Divisões de Obtenção nas SRs, até que tenhamos uma posição definitiva sobre o assunto pela SPU e TCU.

Diante disso, a Superintendência, está providenciando a montagem dos Kits dos imóveis adquiridos, o que já está com 98% concluído, e fazendo o lançamento das informações no SIPRA e numa planilha solicitada pela CGU em 2014, que contem também as inversões financeiras, até que seja encontrada a forma de lançamento que os Sistemas que devem ser alimentados aceitem.

O prazo acordado para finalização dos trabalhos passou para 31/12/2018 conforme estabelecido no cronograma inicial encaminhado pela Sede em Brasília, ao Tribunal de Contas da União – TCU.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Conforme já demonstrado, a Superintendência Regional do Paraná, obteve êxito parcial na meta de assentamento de famílias neste exercício. Os fatores que contribuíram para o não cumprimento total da meta e, conseqüentemente, a diminuição do passivo de famílias que aguardam assentamento, foram a demora no andamento dos processos de obtenção de terras que estão na justiça, além do reduzido quadro de servidores e corte no orçamento para a Reforma Agrária.

Temos vários Processos Administrativos de imóveis rurais aguardando vistoria, não sendo possível a execução por falta de recursos e de pessoal.

Outro grande entrave é a falta de Procuradores Federais Especializados em atividade na Superintendência Regional do Paraná. Após toda instrução processual na Divisão de Obtenção de Terras, o Processo Administrativo segue para a Procuradoria Federal Especializada (PFE) para fins de elaboração do Parecer Jurídico. O tempo médio estimado é de 6 (seis) meses para iniciar a análise e de 30 (trinta) dias para o Parecer ficar pronto após seu início, há casos de Processos que foram encaminhados à PFE e após mais de um ano, ainda não tinha sido analisado. Atualmente está na PFE para análise jurídica os Processos Administrativos do imóvel rural Fazenda Lupus I, II e III.

Atualmente o INCRA/PR conta com 9.472 (nove mil, quatrocentas e setenta e duas) famílias ainda não contempladas pela Reforma Agrária, e que se encontram acampadas em 120 (cento e vinte) acampamentos. Para o atendimento de todas estas famílias o custo estimado é de aproximadamente R\$ 1.326.080.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões e oitenta mil Reais) para o pagamento da terra nua e benfeitorias, considerando um custo médio por família de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil Reais), considerando que em caso de obtenção de terras através de adjudicação ou nulidade de títulos de domínio, este valor poderá ser reduzido.

Além dos custos de obtenção de terras, há outros relacionados aos créditos para implantação e consolidação dos Projetos de Assentamentos: R\$ 22.732.800,00 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta e dois mil e oitocentos Reais) referente a aplicação de crédito Apoio Inicial I com valor definido atualmente em R\$ 2,4 mil por família, R\$ 26.521.600,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil e seiscentos Reais) referente a aplicação de crédito Apoio Inicial II com valor definido atualmente em R\$ 2,8 mil por família, R\$ 60.620.800,00 (sessenta milhões, seiscentos e vinte mil e oitocentos Reais) referente a aplicação de crédito Fomento com valor definido atualmente em R\$ 6,4 mil por família, R\$ 28.416.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos e dezesseis mil Reais) referente a aplicação de crédito Fomento Mulher com valor definido atualmente em R\$ 3 mil por família, R\$ 113.664.000,00 (cento e treze milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil Reais) referente a aplicação de crédito Microcrédito com valor definido

atualmente em R\$ 12 mil por família, R\$ 236.800.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões e oitocentos mil Reais) referente a aplicação de crédito Mais Alimentos Reforma Agrária com valor definido atualmente em R\$ 25 mil por família. Lembrando que o crédito Habitação, não é mais operacionalizado pelo INCRA, está sendo realizado pelo Ministério das Cidades, existirá a demanda, mas o orçamento fica a cargo de outro Ministério.

Para assentar as 9.472 famílias acampadas, o custo total estimado é de R\$ 1.814.835.200,00 (Um bilhão, oitocentos e quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e duzentos Reais), resultando em um valor médio por família de R\$ 191.600,00 (Cento e noventa e um mil e seiscentos Reais), não incluídos outros custos como abertura e manutenção de estradas, construções de pontes e demais obras de arte, perfuração de poços, implantação de sistema de condução e armazenamento de água para consumo das famílias, implantação de sistema de irrigação, demarcações topográficas e/ou georreferenciamento, assistência técnica e demais programas voltados para a reforma agrária.

No exercício de 2016, houve a criação de 2 (dois) Projetos de Assentamentos: Irene Coelho de Souza Lobo, com capacidade para o assentamento de duas famílias, e Leonir Orbach, com capacidade para o assentamento de 100 (cem) famílias. Os dois novos Projetos foram criados sobre áreas arrecadadas sem custo financeiro para a Instituição. Para o exercício de 2017, ainda não houve orientação da LOA para que a Superintendência faça a programação e planejamento. A intenção é criar novos Projetos nas áreas encaminhadas para a Diretoria, bem como naquelas que foram feitas vistoria e avaliação em 2016.

A publicidade da Ação de Titulação, é feita em Boletim de Serviço, e após é divulgado, no site da Autarquia no www.incra.gov.br em Ações e Programas – Titulação, clica no estado que se quer e ali estão todos as pessoas tituladas.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macrop processo

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do INCRA, notadamente pela Diretoria de Desenvolvimento de Obtenção de Terras – DT, a Divisão de Obtenção de Terras executa suas ações.

As formas de verificação dos processos se estão dentro das normas, leis ocorre com auxílio da PFE, ao submeter a apreciação para prosseguimento. O alinhamento da estrutura operacional ocorre ao cumprir as Normas, Leis, Memos, Circulares, Portarias, e Notas Técnicas da Diretoria de Obtenção – DT.

O controle das ações da Divisão ocorre tanto por meio de sistemas próprios – SIPRA, Banco de dados geográficos desenvolvido pelo Serviço de Obtenção T1, bem como em planilhas próprias, além do Banco de informações, por ação que é alimentado mensalmente com vistas ao acompanhamento da execução das ações pelo setor de planejamento, que faz uso destas informações tanto para o Módulo Monitoramento quanto para postagem de informações do detalhamento das ações na wiki.incra, e ainda temos controle por meio de planilhas específicas para acompanhamento de cada uma das atividades inerentes ao desenvolvimento dos projetos de assentamento.

O maior sistema que agrega informações das famílias assentadas, o SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), é o principal sistema de informações das famílias assentadas e, há muito carece de ajustes. Pelo SIPRA podem ainda ser acessadas informações sobre investimentos em infraestrutura nos projetos de assentamento promovidos pela Superintendência Regional em parceria com Municípios e Estado, dados de assistência técnica e outras informações relevantes dos assentamentos e das famílias que estejam efetivamente homologadas.

Também fazemos uso do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, somente para consultas das informações cadastrais dos imóveis rurais com processos para vistoria ou em tramite e dos projetos de assentamento.

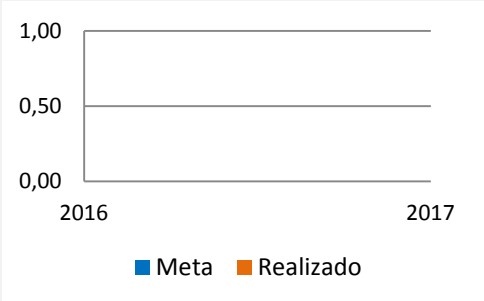
O Cadastro Ambiental Rural – CAR, implantado recentemente é utilizado pelos técnicos da área ambiental, é muito utilizado e não apresenta problema.

Para cada sistema tem um gestor, e este controla todo o acesso que só são liberados aos servidores envolvidos na atividade.

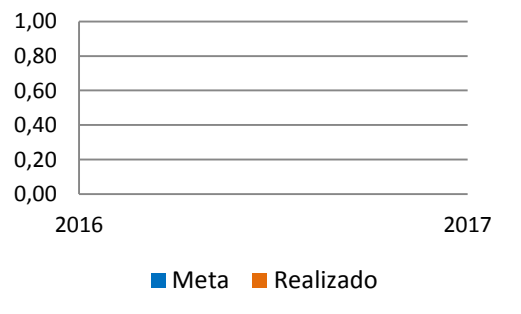
ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

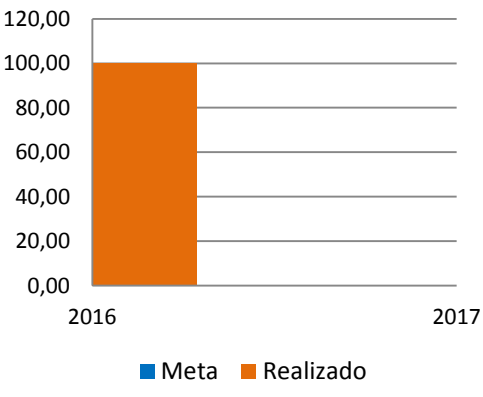
Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Não houve decretos de desapropriação em 2016 e ainda não foi definido o planejamento para 2017. Porém, as áreas já vistoriadas terão a médio e longo prazo resultados neste indicador.

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Esse indicador não se aplica a SR(09)

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Este indicador tem resultado positivo, pois a SR já tingiu todos os PA's, com pedido de CAR protocolado no IAP. Agora é aguardar a liberação daquele órgão. Dos 327 Projetos de Assentamentos que constam no SIPRA, somente 301 serão cadastrados no CAR, os demais são projetos de reassentamento de barragem, projetos do Estado do Paraná, que não está sob a responsabilidade do INCRA..

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não se aplica.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

A seguir apresentamos a demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas:

Quadro 14 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso

Descrição		Execução Física			Execução Orçamentária			Execução Financeira		
Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	4.223.155,00	176.729,07	142.7013,17	126.986,20	126.986,20	15.726,87
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	200	0	*480.000,00	*0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	0	34.000,00	69.000,00	28.451,78	27.639,64	27.639,64	812,14
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Proj de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	739	2.977	406.178,79	1.406.178,79	1.393.805,84	391.305,84	391.305,84	1.000.000,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	480	147	50.000,00	50.000,00	26.444,88	23.247,98	23.247,98	3.196,90
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	269	219	53.000,00	198.000,00	77.391,73	49.724,29	49.724,29	27.667,44
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	53	34.000,00	84.000,00	41.028,76	30.028,76	30.028,76	11.000,00

211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	215	222	1.500,00	91.500,00	6.500,00	728,88	728,88	5.771,12
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0	3.379,70	2.500,00	1.015,57	1.015,57	1.484,43
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	184	0	1.175.271,00	410.279,80	208.341,86	208.341,86	208.341,86	0
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	0	0	0	0	0	0

* Descentralização de recursos do Crédito Instalação direto pela instituição financeira – não descentralizado a Superintendência.

Quadro 15 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Bloqueados	RAP Pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	5.503.810,63	545.559,80	0	3.536.691,91	1.421.558,92
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	8.368.030,51	3.029,14	0	697.293,63	7.667.707,74
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	4.700	2.155.175,93	2.00	0	397.293,63	1.757.880,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	1.422,79	0	0	1.422,79	0
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	103,04	103,04	0	0	0

211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	668	669.158,79	0	0	595.290,19	73.868,60
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	33.893,20	30.685,46	0	3.207,74	0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	***1360	880.000,00	0	0	880.000,00	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	40	410.246,80	592,00	0	409.554,80	100,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	***54	0	0	0	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício. Na Ação do Terra sol, temos em execução (anos anteriores), obras que vão atender 453 famílias.

***Convênios com Universidades com cronograma em andamento. Ação que tem sua execução que ultrapassa o exercício.

Na ação de demarcação, iniciamos o ano com 1.144 parcelas em execução de anos anteriores e estamos fechando 2016 com 476, em execução.

Análise:

É bom destacar, que algumas metas tiveram seus indicadores lançados pelas diretorias em Brasília, sem nenhum contato com as Superintendências, visto que não algumas também não foram executadas pela SR(09), tais como; Crédito Disponibilizado, Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização, Crédito Supervisionado, Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada e Profissional de Nível Médio ou Superior Formado. Algumas ações que compõe o ciclo de Avaliação de Desempenho foram negociadas com a SR, as demais foi definido no Caderno de Metas pela direção central. Como pode ser observada, a meta orçamentária de Ates é alta, porém a descentralização não ocorreu. A Superintendência tinha realizado a chamada pública em 2015 para contratação em 2016, porém, a direção central suspendeu qualquer contratação (Memo Circular nº183/2016-DD de 14/06/2016, bem como Decretos Presidenciais 8.670 de fevereiro 2016 e 8700 de 30 de março de 2016), o que resultou também no cancelamento de parte dos RP's da ação.

O aprofundamento da análise destas ações está distribuído no corpo do relatório, em seus itens específicos.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

De acordo com a Norma de Execução INCRA/DD/DA/nº 114, de 26 de setembro de 2014, as obras de engenharia que compõem a infraestrutura básica de um projeto de assentamento compreendem: estradas vicinais de acesso e comunicação interna de lotes; sistemas de abastecimento de água que visam suprir, exclusivamente, carência porventura existente para o consumo humano; redes de energia elétrica; outras obras que venham ser consideradas indispensáveis para a estruturação e sustentabilidade dos assentamentos.

Os dados que indicam o déficit de infraestrutura nos assentamentos são dinâmicos, haja vista que tais obras, por muitas vezes, acabam sendo realizadas pela esfera pública municipal, estadual, ou pelas próprias famílias do local, sem a necessidade de supervisão do INCRA. Além disso, as condições de uso de estradas vicinais (estradas de terra) variam significativamente ao longo do tempo, pela natureza primária deste tipo de investimento e pelas práticas de manutenção executadas no local, de responsabilidade das famílias atendidas e do poder público municipal. Até 2015, o diagnóstico de infraestrutura vinha sendo alimentado pela assistência técnica contratada pelo INCRA, por meio de um questionário padrão com respostas objetivas, relatando as necessidades das famílias. Tal diagnóstico caracterizava-se por ser um levantamento bruto preliminar, com informações que forneciam uma diretriz de planejamento que posteriormente seria aferida por técnicos do INCRA quando da definição das prioridades de atendimento. Vale ressaltar que com o término dos contratos de assistência técnica, o levantamento diagnóstico dos assentamentos ficou prejudicado, uma vez que esta Superintendência não dispõe de pessoal para as ações de campo que são necessárias para este tipo de levantamento.

Atualmente, as prioridades de atendimento são definidas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Norma de Execução INCRA nº 111, de 19 de março de 2014. Esta norma estabelece que, no processo de seleção dos assentamentos, deverão ser priorizados aqueles que se encontram em situação emergencial, sendo esta entendida como o estado de calamidade pública decretada oficialmente na região; assentamentos atendidos pelo Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade construção; assentamentos enquadrados no Programa Brasil Sem Miséria; assentamentos localizados em Territórios da Cidadania.

Nos primeiros meses do ano, a Superintendência Regional possuía apenas um servidor habilitado tecnicamente para as ações de implantação das obras (estradas, pontes, sistemas de abastecimento de água, etc.) em projetos de assentamento. Ao considerar esta baixa capacidade operacional em conjunto com os cortes orçamentários em relação a anos anteriores, a gestão da Superintendência decidiu por não contratar nenhuma nova obra no exercício, mantendo-se em execução apenas aquelas que já estavam em andamento, totalizando 27 obras que beneficiavam um total de 1.789 famílias.

Os convênios em execução apresentaram diversos problemas ao longo do exercício. Dois convênios acabaram sendo rescindidos antes mesmo do repasse de recursos. O convênio nº 806556/2014 foi anulado pelo fato do conveniente não apresentar o projeto básico no prazo estabelecido. O convênio nº 806562 foi anulado pela reprovação técnica do projeto básico, o qual não atendia às regulamentações vigentes. Das obras que deveriam ser concluídas ao longo do exercício, conforme planejamento inicial, o convênio nº 763164 foi paralisado com cerca de 71,6 % de execução, haja vista a constatação de diversas irregularidades na obra que culminaram com a solicitação de abertura do processo de Tomada de Contas Especial em desfavor do conveniente. O convênio nº 808497 encontra-se com o cronograma em atraso por imprevistos durante a construção (problemas de extração do material proveniente de jazida de revestimento primário) e por uma mobilização inadequada da empresa contratada. O INCRA tem cobrado do conveniente a aplicação das penalidades previstas em contrato pelo atraso na conclusão da obra. Já o convênio nº 814308/2014 teve problemas de atraso no repasse de recursos e nos trâmites administrativos dos processos licitatórios. Em uma das licitações, houve a desistência de uma empresa que havia vencido o certame, antes mesmo do início da obra. Tal desistência resultou na abertura de um novo procedimento licitatório, o qual resultou deserto. Atualmente, o orçamento do Projeto de

Assentamento Padre Josino está em revisão, visando a abertura de um novo procedimento licitatório, enquanto os outros dois projetos encontram-se em desenvolvimento. Os convênios nº 806555 e 806558 estão em atraso pela demanda de correções de vícios sanáveis constatados nos projetos protocolados pelos convenientes. Os convênios nº 806553 e 814317 tiveram um significativo atraso ao longo dos trâmites administrativos dos processos licitatórios, mas encontram-se em andamento, com as empresas devidamente contratadas. O convênio nº 822243 aguarda a descentralização da primeira parcela de recursos para iniciar a execução do plano de trabalho.

A Superintendência disponibilizou um servidor para auxiliar a Sede na construção de um sistema gerencial que padronizará os critérios de seleção e priorização de assentamentos, bem como a gestão de obras em assentamentos. O sistema está em desenvolvimento, com previsão de homologação para o primeiro semestre de 2017.

Tabela 4 - Obras (convênios) concluídas em 2016

Convênio	Conveniente	Objeto	Famílias	Valor de Repasse Incra (R\$)	Valor de Contrapartida Conveniente (R\$)	Valor Total do Convênio (R\$)	Data de Recebimento da Obra
-	-	-	-	-	-	-	-
Total			0	0	0	0	0

Fonte: Infraestrutura – Divisão de Desenvolvimento

Tabela 5 - Obras (convênios) iniciadas em 2016

Convênio	Conveniente	Objeto	Fam.	Valor de Repasse Incra (R\$)	Valor de Contrapartida Conveniente (R\$)	Data de Publicação no DOU	Parcelas Liberadas (R\$) / RP (R\$)
-	-	-	-	-	-	-	-
Total			0	0	0	0	0

Fonte: Infraestrutura – Divisão de Desenvolvimento

Tabela 6 - Obras (convênios) canceladas (sem execução) em 2016

Convênio	Conveniente	Objeto	Fam.	Valor de Repasse Incra (R\$) / RP Cancelados	Valor de Contrapartida Conveniente (R\$)	Data de Anulação	Motivo
806562	Município de Jundiá do Sul/PR	Implantação de 19,3 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Ely Moutinho	25	540.459,00	541,00	20/01/2016	O projeto básico não foi aprovado.
		Implantação de 6,80 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Nango Vive	57				
806556	Município de Quedas do Iguaçu/PR	Recuperação de 60 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Celso Furtado	120	713.585,00	715,00	20/01/2016	O projeto básico não foi apresentado no prazo estabelecido.
Total			202	1.254.044,00	1.256,00		

Fonte: Infraestrutura – Divisão de Desenvolvimento

Tabela 7 - Obras (convênios) em execução em 2016, iniciadas em anos anteriores

Convênio	Conveniente	Objeto	Fam.	Valor de Repasse Incra (R\$)	Valor de Contrapartida Conveniente (R\$)	Valor Total do Convênio (R\$)	Data de Publicação no DOU
763164	Município de Manoel Ribas/PR	Implantação de 44,7 km de estradas vicinais no PA Nova Itaúna	119	1.270.897,17	25.936,68	1.296.833,85	30/12/2011
806555	Município de Cândido de Abreu/PR	Implantação de 11,9 km de estradas vicinais no PA 19 de Junho, 16,0 km no PA Ilha das Flores e 20,1 km no PA Terra e Vida	128	1.811.201,00	18.297,00	1.829.498,00	02/01/2015
		Construção de 03 pontes no PA 19 de Junho, 03 pontes no PA Ilha das Flores e 04 pontes no PA Terra e Vida	128				
806558	Município de Congonhinhas /PR	Implantação de 4,0 km de estradas vicinais no PA Ho Chi Minh e 11,7 km no PA Rosa Luxemburgo	64	611.910,00	6.190,00	618.100,00	02/01/2015
806553	Município de Londrina/PR	Implantação de 100 km de estradas vicinais nos PAs Eli Vive I e Eli Vive II	500	3.306.600,00	33.066,00	3.339.666,00	02/01/2015
808497	Município de Rio Bonito do Iguçu/PR	Recuperação de 23,45 km de estradas vicinais	435	300.000,00	6.150,00	306.150,00	02/01/2015
814308	Município de Ortigueira/PR	Implantação de 4,3 km de estradas vicinais no PA Padre Josino, 7,0 km no PA Índio Galdino e 7,0 km no PA Iraci Salete Strozake II	38	571.200,00	23.800,00	595.000,00	06/01/2015
814317	Município da Lapa/PR	Reforma do Casarão da Cultura (01 un) e da Unidade de Saúde (01 un) do PA Contestado	108	250.000,00	2.530,00	252.530,00	06/01/2015
822243	Município de Jardim Alegre/PR	Implantação de 21,0 km de estradas vicinais no PA 08 de Abril	67	852.000,00	1.000,00	853.000,00	15/12/2015
Total			1.587	8.973.808,17	116.969,68	9.090.777,85	

Fonte: Infraestrutura – Divisão de Desenvolvimento

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Como responsável pelo gerenciamento dos projetos de assentamento, a Divisão de Desenvolvimento vinha ao longo dos anos, organizando e realizando ações de supervisão ocupacional, buscando identificar situações de irregularidade com vistas a retomada de lotes ou até mesmo de homologação de ocupantes irregulares, se atendidos os critérios legais estabelecidos.

O ano de 2016 foi um tanto atípico, considerando notadamente o Acórdão nº 775/2016 do Tribunal de Contas da União, que vedou o assentamento de novas famílias, considerando a suposição de que haviam irregularidades no processo de seleção em âmbito nacional.

Há que se registrar ainda que não houve a efetiva suspensão da decisão da Direção Nacional que vedava a supervisão ocupacional há quase dois anos.

Em 2016 repetiu-se, de forma mais intensa, a redução de recursos orçamentários para desenvolvimento de atividades essenciais nos assentamentos e desta forma, optou-se por atuar somente nos casos de demandas de órgãos de controle e judiciais.

Desta forma, para atender demanda do Ministério Público Federal de Paranaguá, foi realizado o levantamento da situação ocupacional do Projeto de Assentamento Nhundiaquara, no Município de Morretes, com um total de 142 lotes, sendo que em alguns deles residem mais de uma família. O relatório dessa atividade integra o processo administrativo nº 54200.002687/2015-68.

Além disso, considerando determinação judicial, com multa ao INCRA pelo não cumprimento, houve necessidade de identificar as situações no Projeto de Assentamento Mãe de Deus, em Jardim Olinda, em que várias famílias ingressaram com demanda judicial visando a expedição dos títulos definitivos de seus lotes. Ainda que nem todas as famílias tenham a intenção de receber referido documento, o trabalho foi realizado em todos os 53 lotes do PA.

Outra ação desenvolvida foi o levantamento das famílias que ocupam irregularmente a reserva legal do Projeto de Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, além da identificação de uma família irregular em um dos lotes desse mesmo PA.

Além disso, outras situações pontuais, para atender questionamentos apresentados notadamente pelo Ministério Público Federal em várias regiões, induziu ao trabalho de levantamento em lotes específicos nos Projetos de Assentamento Brizanta, em Nova Londrina; Vida Nova em Terra Rica: Cruz de Malta, em Tamarana; João Maria Agostinho em Teixeira Soares e Nossa Senhora Aparecida, em Tibagi.

Tem sido impossível atuar de forma qualitativa no levantamento de irregularidades nos projetos de assentamento, tanto pela dificuldade gerada pela redução do orçamento, quanto pela capacidade operacional desta Superintendência. Ainda que a Unidade Avançada Iguaçu, em Francisco Beltrão e a extinta Unidade Avançada Laranjeiras do Sul tenham atuação direta nessa atividade, há muito que a Superintendência tem manifestado preocupação com relação à atuação direta em campo.

O final da vigência dos contratos com as empresas prestadoras de assistência técnica ao final de 2015 e a impossibilidade de celebração de novos instrumentos no decorrer de 2016 agravaram ainda mais essa situação.

Com os técnicos contratados atuando em mais de duzentos assentamentos, havia um elo, uma troca de informações que nos apontavam as situações mais graves e podíamos atuar mais prontamente. Também fruto do corte orçamentário, a Diretoria de Desenvolvimento proibiu a celebração de qualquer novo contrato de assistência técnica, o que prejudicou, em muito, o desenvolvimento e planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento no Estado do Paraná.

Atualmente são 329 projetos de assentamento neste Estado, o que demandaria de uma equipe de mais de 30 profissionais para atuar somente na supervisão ocupacional e garantir um trabalho qualitativo e eficiente da função social.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

- a. reformulação, planejamento e concessão de créditos instalação e a cobrança desses créditos;

Já dito nos últimos Relatórios de Gestão, o crédito instalação sofreu significativas modificações nos últimos anos. A construção de moradias foi inserida no Programa Minha Casa Minha Vida, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural, deixando de ser atendida pelo INCRA. Foram praticamente três mil nomes de famílias que foram enviados às entidades organizadoras, a partir de demanda apresentada. No entanto, as dificuldades de operacionalização e de recursos, estão até agora retardando todo o processo de contratação.

Com relação ao crédito apoio, não foi possível viabilizar o atendimento a um número as famílias, tanto pelas restrições impostas pelo Decreto nº 8.256/2014, quanto **por medida cautelar** do TCU, ficando impedidos de receberem crédito até a suspensão temporária, emitido através do Acórdão TCU nº 2451, ocorrida em 21 de setembro de 2016.

Esta situação têm impossibilitado que todas as famílias da reforma agrária sejam beneficiadas com o crédito instalação e, por conseguinte, causando várias cobranças por parte dos representantes das famílias assentadas.

Além disso, o procedimento hoje, totalmente centralizado em Brasília, não possibilita a informação em tempo real, sobre a situação de determinadas demandas inseridas no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI). O sistema não possibilita a extração de relatórios com acompanhamento diário das tarefas, o que tem tornado difícil o trabalho das Regionais.

- b. planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2016-2019.

Com relação a cobrança dos créditos anteriores, as últimas informações dão conta de que o SNCCI ainda não está totalmente operacional, para possibilitar o início da emissão dos boletos, nos termos tratados pela Lei nº 13.001/2014.

A Divisão de Desenvolvimento e Unidades Avançadas vêm trabalhando, no limite de sua capacidade operacional, buscando inserir no SNCCI as informações dos beneficiários de forma individual, com vistas a possibilitar, quando for possível o avanço no Sistema, o início do processo do pagamento ou, como na maioria dos casos irá acontecer, a remissão das dívidas. (vide Nota Técnica da Diretoria de Desenvolvimento no item 7.3).

2. Agroindustrialização

Durante o ano de 2016, a Superintendência Regional do INCRA no Paraná, realizou o acompanhamento de 4 convênios e 01 Termo de Parceria objetos do Programa Terra Sol, conforme podemos verificar no Quadro 16: No decorrer do ano de 2016, não houve formalização de convênio.

Quadro 16 - Ação Terra Sol - Convênios vigentes

Nº PROCESSO	Convênio	PA's Beneficiados	Conveniente	Objeto do Convênio ou Termo de Parceria	Situação Atual
54200.0003672/2013-72	796153/2013	PA IRENO A. DOS SANTOS	Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu	Aquisição de equipamentos para industrialização de pães e frutas.	Convênio encerrado em 14/05/2016. Foi realizada fiscalização “in loco” sendo verificado que todos os equipamentos foram entregues de acordo com o proposto no plano de trabalho.
54200.003663/2012-09	778246/2012	JOÃO DE PAULA, JACIRETÃ, QUEBRA-BRAÇO, SANTA TEREZA, ANJO DA GUARDA, EDUARDO RADUAN, ANJO DA GUARDA I, VITÓRIA, SÃO JOÃO MARIA, BOM RETIRO, LAGOA, NOVA TERRA, S. CATARINA, ARAGUAÍ, ESTRELA DO OESTE, RECANTO FELIZ, N. ESPERANÇA, VALE DA SERRA, NOVO PARAÍSO, ACOPAM, NOVE DE JULHO, NOVA ITAÚNA, DEZENOVE DE JUNHO, TERRA E VIDA, VALE DA CONQUISTA, WALMIR MOTA DE OLIVEIRA, OLGA BENÁRIO, SEPÉ TIARAJU, CAPÃO VERDE, VITÓRIA, ANDER RODOLFO HENRIQUE, 16 DE MAIO, SANTA IZABEL, ANTÔNIO COMP. TAVARES, IRACI SALETE, FLORESTAN FERNANDES, DORCELINA FOLADOR, MARIA LARA, NOVO HORIZONTE, NORTE SUL, SALETE STROZAKE, CRICIÚMA, SANTA HELENA, RENASCENÇA, SINHÁ ANA, IMBAUZINHO, ESTRELA, GUANABARA, SANTA MARIA, MÃE DE DEUS, TAPERIVÁ, COMPANHEIRA ROSELI NUNES, MILTON SANTOS, SÉTIMO GARIBALDI, MASCOTE, UNIÃO SANTA ADÉLIA, CONTESTADO, 8 DE JUNHO, ETIENE, CRICIUMINHA, RONDON	Fundação Terra	Assessoramento técnico para as Cooperativas da reforma agrária do Paraná	Termo de parceria encerrado em 31/10/2016. Faltou a conveniente apresentar o banco de dados, tendo somente apresentado os relatórios das atividades relacionadas ao banco de dados. Devido a problemas no Siconv, a conveniente apresentou os relatórios das atividades em CD e via impressa. A conveniente informou que entrou em contato com a administradora do Siconv, não tendo sucesso na resolução das pendências. O termo de parceria está em prestação de contas.

		III, SANTA BÁRBARA, 12 DE ABRIL, SONHO DE ROSE, PONTAL DO TIGRE, ZUMBI DOS PALMARES, CHE GUEVARA, CHICO MENDES, IRMÃ DOROTHY, FAZENDA SANTANA, ANTÔNIO TAVARES PEREIRA, MARGARIDA ALVES, LUÍS CARLOS PRESTES, SEBASTIÃO DA MAIA, PARANÁ, 17 DE ABRIL, OZIEL ALVES PEREIRA, TEIXEIRINHA, PAULO FREIRE, DOM ELDER CÂMARA, PALMARES, ROSELI NUNES, ARIXIGUANA, CRETAN, SOL NASCENTE, JUCAPÉ, AMÉLIA E 8 DE ABRIL			
54200.001728/2012-73	778202/2012	Contestado	Prefeitura Municipal da Lapa	Aquisição de equipamentos para uma cozinha agroindustrial a ser implantada em cooperativa no PA Contestado	Convênio encerrado em 21/07/2016, Foi realizada fiscalização "in loco" sendo verificado que todos os equipamentos foram entregues de acordo com o proposto no plano de trabalho.
54200.003671/2013-28	796117/2013	PA PONTAL DO TIGRE, CHE GUEVARA e ZUMBI DOS PALMARES	SEAB	Aquisição de equipamentos para implementação e ampliação de agroindústria de arroz parboilizado	Realizado termo aditivo com publicação no DOU em 30/11/2015, com prazo de vigência até 18/03/2017. A liberação do recurso por parte do INCRA relativo à 1ª etapa no valor de R\$ 2.406.420,00 ocorreu em 26/08/2015. A SEAB já enviou em 05/12, pedido para dilação de prazo, devido à complexidade do processo licitatório.
54200.002366/2015-81	823852/2015	Iraci Salete, Florestan Fernandes, Barra Bonita, Dorcelina Folador, Tesouro, Serraria, União Camponesa, Libertação Camponesa, Novo Mundo, mandaçaia, Três Barras, Mundo Novo, maria Lqara, Oito de Abril, Eli Vive, novo horizonte, Norte Sul, iraci Salete, Nova itaúna, 19 de Junho, Terra e Vida, Vale da Conquista, Santa Rita, Marajó, nova Esperança, Vale da Serra, marreca, Araguaí, Recanto Feliz, Estrela do Oeste, Copan, Novo Paraíso, 9 de julho	Prefeitura Municipal de Arapongas	Aquisição de equipamentos para a agroindústria de leite, tendo como beneficiária a Cooperativa Copran	Convênio formalizado entre INCRA e Prefeitura de Arapongas em dezembro/2015. No entanto, a liberação dos recursos ocorreu em maio/2016. Até o momento, a conveniente não realizou a licitação dos itens constantes do plano de trabalho.

Fonte: Terra Sol.

O convênio 796153/2013 celebrado com a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, bem como o convênio 778202/2012 celebrado com a Prefeitura Municipal da Lapa foram concluídos com êxito, conforme proposto no plano de trabalho.

O convênio nº 796117/2013 formalizado com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – SEAB, para a aquisição de equipamentos tendo como beneficiária a Cooperativa Coana, foi prorrogado até 18/03/2017 devido ter ocorrido o repasse de recursos por parte do INCRA somente em agosto de 2015. A segunda parcela dos recursos não foi liberada até a presente data.

3. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Em relação ao Termo de Parceria TERRA SOL SICONV nº 778246/2012, celebrado em 31/12/2012 entre INCRA e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural - FUNDAÇÃO TERRA, cujo objetivo foi a prestação de serviços de assessoria, consultoria e capacitação técnica especializada junto aos gestores e operadores dos empreendimentos agroindustriais nos assentamentos, cuja vigência encerrou em 31 de outubro/2016, a conveniente não apresentou a prestação de contas até a presente data.

Pelas restrições orçamentárias e financeiras, causados pela crise econômica, não houve definição de meta para Assistência Técnica Especialista, em 2016, nem tampouco foi sinalizado pela Direção Central para 2017.

4. *Educação no campo*

O Serviço de Educação do Campo e Cidadania – SR09/D3, esteve sob a responsabilidade do servidor Cyro Fernandes Corrêa Júnior, também na qualidade de Fiscal Técnico, designado pela Ordem de Serviço 78, de 28 de setembro de 2015.

Em 2016 os Convênios ou Termos de Execução Descentralizada entre o INCRA/SR09/D3 e instituições parceiras no Paraná, passaram a experimentar um melhor desempenho a partir da superação de problemas que se arrastavam desde o exercício anterior.

Há muito que ser feito ainda pela promoção da educação do campo junto ao público beneficiário da Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA na jurisdição da SR09. Vale reforçar a compreensão de que o referido público é fortemente marcado pela exclusão social, que se reflete em exclusão escolar. Mas diante das condições dadas, é significativa a condução das ações de promoção da educação do campo.

Tabela 8 - Convênios e Termos de Execução Descentralizada – Educação no Campo

Ação	Instituição Executora	Instrumento N°	Processo Administrativo	Curso	Início e término	Meta alunos
210T – PO 01 – Educação de	UNIOESTE	Convênio 794799/2013	54200.003516/2013-10	EJA I – Anos Iniciais	12/2013	217

Jovens e Adultos no Campo (EJA) 4474					11/2016	
		Convênio	54200.003332/2012-61	EJA II – Anos Finais	12/2012	160
		777329/2012			01/2017	
210T – PO 02 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.	UNICENTRO	TED 08/2014	54000.000759/2014-25	Residência Jovem – capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora de jovens	11/2014 06/2017	50
210T – PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária – 8370	UNIOESTE	Convênio 788205/2013	54200.002852/2013-37	Especialização em Educação do Campo	12/2013 06/2016	40

		Convênio 777222/2012	54200.003300/2012-65	Pedagogia para Educadores do Campo	12/2012 01/2018	21
	UEM	Convênio 777030/2012	54200.002190/2012-14	Pedagogia para Educadores do Campo	12/2012 12/2017	27
	IFPR	TED 10/2014	54200.001128/2013-96	Técnico em Agroecologia	11/2014 04/2018	20
		TED 20/2015	54200.002045/2014-03	Tecnólogo em Agroecologia	12/2015 12/2018	40

	UFPR	TED	54200.001880/2012-56	Direito	04/2014	47
		02/2014			07/2019	

Fonte: Pronera – Divisão de Desenvolvimento

Análise:

Havia a expectativa de que cinco parcerias fossem concluídas em 2016, mas problemas comuns na gestão dessas parcerias, que se arrastavam desde 2015, relatados em cada um dos processos, impuseram atrasos na liberação de recursos e correspondentes atrasos nas execuções físicas e financeiras, com consequências negativas para os cursos, como evasão escolar e prorrogações de vigências, como nos cursos de EJA II e Pedagogia para Educadores do Campo em parceria com a UNIOESTE e Pedagogia para Educadores do Campo com a UEM.

Duas parcerias foram concluídas em 2016, ambas com a UNIOESTE. O curso de EJA I, que teve a sua Prestação de Contas final inserida no SICONV em 21/12/2016, ainda está análise do SR09/D3 O curso de Especialização em Educação do Campo por outro lado, teve resultados satisfatórios, dados os trabalhos de conclusão de curso.

Destacável a avaliação positiva do IFPR em relação ao curso de Tecnólogo em Agroecologia, que iniciou sua execução física no início de 2016 com o cumprimento do Cronograma de Desembolso por parte do INCRA, como nunca havia acontecido ao longo de anos de parcerias entre os dois institutos.

Está com ótimo andamento também, a parceria relativa à Chamada Pública MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014 - FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURAL, derivada do TED 08/2014 INCRA/CNPQ, prorrogada sua vigência até 30/06/2017. A parceria tem cumprido o objetivo de oferecer “capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens de 15 a 29 anos” no Paraná, através de projeto da UNICENTRO com grande efeito multiplicador, que leva o tema da agroecologia para dentro das Escolas Itinerantes, nos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Ao longo de 2016, apesar do quadro de instabilidade política e institucional o programa do PRONERA, continuou as tratativas para a implantação de novas parcerias, com o trabalho de orientação a instituições interessadas. Com base nessas tratativas é que a Superintendência-D3 levou para a reunião de asseguradores do PRONERA junto à Brasília, objetivando a “Definição de estratégia das equipes para 2017” o indicativo de celebração de parcerias para o oferecimento dos seguintes cursos: com a UNICENTRO, Licenciatura em Pedagogia – Docência na Educação Infantil; com a UFFS, Ciências Econômicas; com a UNIOESTE, Enfermagem; com a UNILA, Especialização em Língua Espanhola e Cultura Latino-Americana e Especialização em Questão Agrária Latino-Americana. Todos estes cursos já tiveram suas propostas pedagógicas aprovadas pela Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA – CPN.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do INCRA, notadamente pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, bem como, em consonância com estratégia da Superintendência Regional do Paraná a Divisão de Desenvolvimento procura manter e alimentar com as informações necessárias, todos os controles a ela determinados.

O controle das ações da Divisão ocorre tanto por meio de sistemas próprios – SIPRA, SNCCI, SICONV, SIATER, bem como, o Banco de informações, por ação que é alimentado mensalmente com vistas ao acompanhamento da execução das ações pelo setor de planejamento, que faz uso destas informações tanto para o Módulo Monitoramento quanto para postagem de informações do detalhamento das metas na wiki.incra, e ainda temos controle por meio de planilhas específicas para acompanhamento de cada uma das atividades inerentes ao desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Infelizmente, o SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, em 2016 ficou bloqueado em função do Acórdão TCU 775/16, causando um grande transtorno para a divisão, pois limitou a utilização em várias ações. A Sede, responsável pela manutenção do mesmo, não deu conta de coloca-lo em funcionamento total até 31/12/2016. O SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança de Crédito) os controles, informações e emissão dos Contratos de Crédito Instalação Apoio I, Apoio II, Fomento e Fomento Mulher em função dos problemas com o Sipra e o desenvolvimento do mesmo, também não se encontra em pleno funcionamento, limitando os trabalhos que teria ser desenvolvidos no mesmo. O sistema demanda ainda de alguns ajustes, mas tem sido utilizado para todas as operações do crédito instalação conforme descrito, tanto antigos, quanto dos novos.

Pelo SIPRA podem ainda ser acessadas informações sobre investimentos em infraestrutura nos projetos de assentamento promovidos pela Superintendência Regional em parceria com Municípios e Estado, dados de assistência técnica e outras informações relevantes dos assentamentos e das famílias que estejam efetivamente homologadas.

As atividades desenvolvidas pelas entidades prestadoras de assistência técnica são controladas por meio do SIATER e planilhas específicas elaboradas e alimentadas pelos gestores, asseguradores e fiscais dos contratos, porém em 2016 não tivemos contratos em andamento, logo não fizemos uso do sistema.

Para acompanhamento da construção das moradias que são promovidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, há um controle por meio de planilha disponibilizada pela Direção do INCRA, em que são agregadas todas as informações até a fase de emissão de ofício para as entidades organizadoras, com a relação dos beneficiários e o mapa do parcelamento do assentamento.

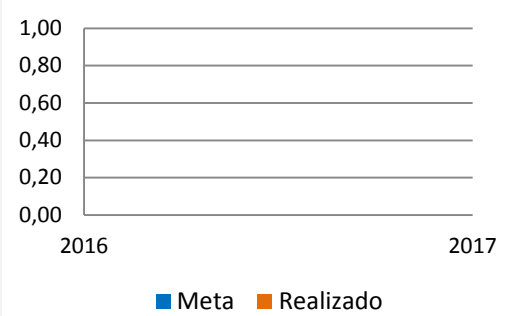
Ainda, a grande dificuldade tem sido o retorno de informações das entidades e agentes financeiros para que possamos efetivamente constatar o momento da aprovação dos projetos, início e construção das casas. Esta dificuldade tem se demonstrado em âmbito nacional porém, as tratativas entre INCRA Nacional e Ministério das Cidades vão no sentido de desenvolver um sistema próprio, que deverá ser alimentado por cada um dos envolvidos nas respectivas fases de atuação, a fim de que possa ser feito um monitoramento eficaz.

Quanto aos convênios de forma geral, tanto para implantação de obras de infraestrutura, quanto investimentos no âmbito do Programa Terra Sol e Pronera, além de estarem vinculados ao SICONV, são monitorados de forma sistemática pelos respectivos fiscais técnicos e, além disso, no âmbito da Divisão de Desenvolvimento, com servidor designado especificamente para atuar no controle e gestão dos processos por meio físico e pelo sistema, mantendo a Chefia atualizada semanalmente.

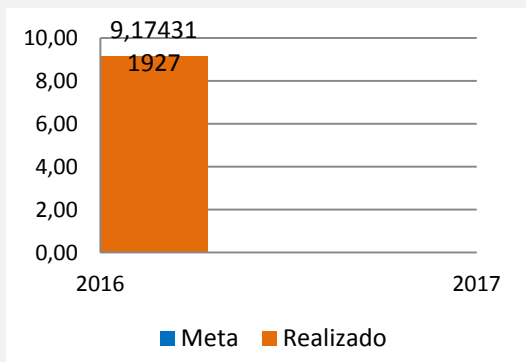
Lembra-se, que para cada sistema tem um gestor, e este controla todo o acesso que só são liberados aos servidores envolvidos na atividade.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de acesso à água para consumo doméstico

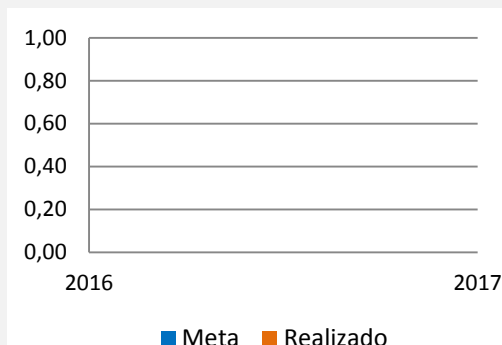
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Não há meta para este indicador nos últimos anos.

Índice de provimento de PDA/PRA

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Quanto ao indicador de PDA/PRA, neste exercício foram concluídos mais 30 PDA/PRA de convênios elaborados em anos anteriores. Por isso o indicador atual tem atingido o índice de 18,65% (61) - dos 327 PA's da SR.

Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

O resultado do indicador de moradia é baseado nos dados de casa construída, de processos que sofreram análise e encerramento no ano. Não significa que estas foram concluídas em 2016 e são oriundas do antigo crédito aplicado pelo INCRA. Vale destacar que o crédito instalação foi transferido para Minha casa Minha Vida Rural, tendo a CEF e o Banco do Brasil com agentes financeiros e executados por Entidades Organizadoras escolhidas pelos beneficiários. Foram concluídas 57 casas do saldo pendente de execução do sistema anterior e 144 casas reformadas, resultados gerados com a análise e o encerramento dos processos antigos.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico

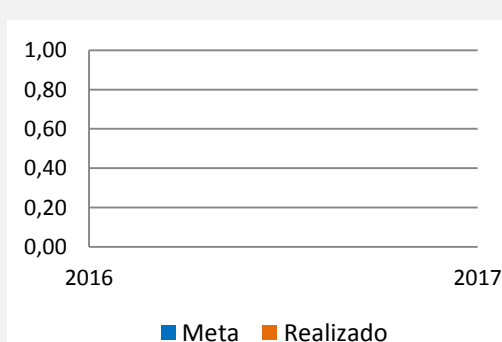


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não há indicador e ou coleta desta informação, pois o Banco Central não fornece estes dados separados, exclusivamente de Assentados da Reforma Agrária.

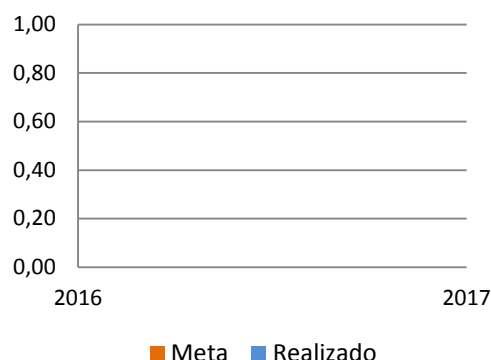
Índice de provimento de assistência Técnica

Gráfico

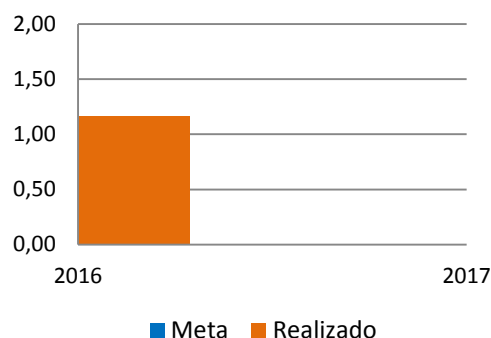


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

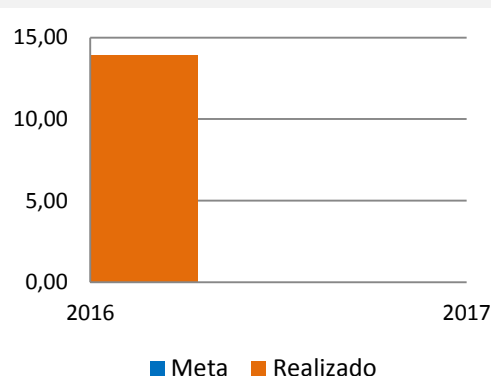
O resultado deste indicador reflete a determinação da diretoria de suspender a execução de ates na regional, não descentralizando recursos para formalização de contratos com as prestadoras em 2016.

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Não tivemos meta indicada para o abastecimento de água nem tivemos nos últimos anos, levantamento da renda das famílias, por isso o indicador ficou prejudicado, e não há previsão para 2017.

Índice de parcelas supervisionadas**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Foram supervisionadas 219 parcelas por ação solicitada pelo MPF e TCU. Não houve projetado meta, pois este serviço continuou suspenso pela Sede, logo não tem previsão para 2017.

Índice de consolidação de assentamentos**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Este indicador demonstra o número de famílias atingidas em PA's já consolidados (14,95%) no Sipra, que é calculado pelo: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (2622 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (18797 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

Não se aplica.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Ao final do ano de 2015, todos os contratos de Ater foram encerrados. Antes do encerramento destes, iniciamos a elaboração um novo edital para dar continuidade ao atendimento através das empresas selecionadas.

No entanto, foi determinado pela presidência do INCRA a suspensão de novas chamadas públicas de Ater e consequentemente a assinatura de novos contratos de Ater.

Apesar desta situação, no ano de 2016 foram disponibilizados recursos orçamentários de pouco mais de 4 milhões que não puderam ser usados devido ao impedimento a novas contratações.

Diante desta impossibilidade de contratação, o INCRA Paraná, solicitou que a entidade de Assistência Técnica Oficial do Paraná (Emater) fizesse o atendimento. Ela se dispôs a atender demandas pontuais e onde houvesse recursos financeiros e humanos disponíveis nos municípios onde há assentamentos.

Durante o ano de 2016 a equipe técnica do INCRA iniciou a execução de atividades correlatas como a elaboração de mapas temáticos dos assentamentos, que servirão de base para elaborações de PDA's no futuro.

Também foi implementado um plano de distribuição de aproximadamente 150 toneladas de sementes de milho crioulo doados pela Conab (PAA Sementes) a aproximadamente 3 mil famílias assentadas, acampadas, quilombolas e da agricultura familiar no Paraná.

Nestas ações foram gastos recursos financeiros com passagens, diárias e serviços de análise de solo.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica.

4- Governança Gestão de Riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atuação da auditoria interna no exercício. As inserções foram memorandos alertando a Superintendência sobre as deliberações do TCU.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Todas as informações apresentadas neste relatório de gestão tem base nos dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Em quase todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A Direção Central vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, destaque-se, o grupo de trabalho formalizado através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do INCRA, esta ainda não disseminada as Superintendências.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais.

Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores, obrigando as Superintendências, alimentarem planilhas com o detalhamento da execução de cada ação para posterior postagem na Wiki.incra.

Tal detalhamento deveria existir em um sistema de acumulação de informações, isto facilitaria o levantamento de demanda, por exemplo, que cada Projeto de Assentamento requeira.

Na Superintendência, foi criado um banco de dados com o detalhamento da execução das atividades de todas as ações, é este banco que vai alimentar o módulo monitoramento e a wiki.incra todos os meses.

Os principais sistemas de controle da Superintendência Regional do Paraná que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI, SIATER, SICONV, SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações suas respectivas metas.

Persistem as dificuldades para controlar o numero de atendimento feito, devido aos problemas com sistemas de protocolo e sala da cidadania, porém detém informações de:

- Nº de pessoas inscritas no PNRA, nº de pessoas acampadas no Estado do Paraná;
- Pessoas Acampadas no Estado;
- Crédito Instalação;
- Contratos de Ates;
- Execução de ações e Metas
- Termo de Cooperação com UMC's;
- Cadastro de Imóveis Rurais;
- Titulação, etc;

Destaque-se que o principal controle para assegurar a fidedignidade das informações sobre a nossa atuação, insertas nos diversos sistemas que usamos, é feito por meio da cadeia hierárquica que homologa/aprova o lançamento/alteração de tais informações nos sistemas, ou seja, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas que usamos (SIATER, SICONV, SIAFI, SIASG, SIPRA, SISAC, ComprasNET, SCDP, CGUPAD, SISPAD, SIAPE, SIR, SICAF), em algum momento dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados e que foram devidamente homologados seus lançamentos pela autoridade competente.

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores (CPL, contabilidade etc), a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

Há que se melhorarem muito os sistemas de controle interno e na segregação das atividades, através da melhoria no fluxo dos processos, o que, propusemos a Direção Central em 2015 e 2016, uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná para isso, porém, a falta de recurso não permitiu o andamento do projeto de implantação da Escola da Qualidade, onde estes quesitos todas estariam inseridos.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Como pode ser observado, em cada Macroprocesso os gestores das divisões apresentaram a situação dos controles nas áreas.

Como já dissemos, persistem os problemas com os sistemas de registros de atendimento a clientela, tais como SISPROT, SISDOC e Sala da Cidadania. Como pode ver, são três que ainda não dão conta de atender a necessidade das Superintendências, de controlar, prazos, número de atendimentos, etc.

Tal problema já foi encaminhado junto a direção do INCRA, que está providenciando um novo sistema a implantação de um novo sistema de documentos digitalizados, que deverá solucionar tal problema. Já foram feitos o levantamento dos processos, junto as SR's e aguardamos e torçemos seja implantado em 2017.

A SR(09)PR por iniciativa própria, tem, e é uma das pioneiras na rotina mensal de acompanhamento das ações, através do Banco de Dados criado pelo setor de Planejamento e Controle. Tem uma Ordem de Serviço designando cada assegurado das ações, e estes vem cumprindo o que determina esta OS – alimentando o banco até o 5º dia útil de cada mês. O acompanhamento mensal com o detalhamento da execução assegura a fidedignidade das informações das metas, pois possibilita a correção imediata de erros que por ventura aconteçam,

Também, melhorou vários processos que estavam na pauta da auditoria da CGU neste quesito, tais como: acompanhamento dos Convênios, cronogramas de fiscalização de contratos, CGU/PAD, etc.

Há ainda, sob a responsabilidade do Planejamento e Controle, uma planilha que faz o acompanhamento de todas as deliberações do TCU que é acompanhada diariamente, e faz com que, a SR trabalhe para atender no prazo qualquer recomendação.

A Superintendência Regional do Paraná trabalha sempre, em consonância com os vários sistemas implantados no Órgão e que estes são de responsabilidade da Sede.

A responsabilidade desta UJ é de alimentá-los de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal, tais como, indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade.

Ainda estamos aguardando uma providência da Direção Central, quanto a implantação da Política de Avaliação de Riscos, que com certeza trará melhorias com controles com qualidade a nível de outras Instituições.

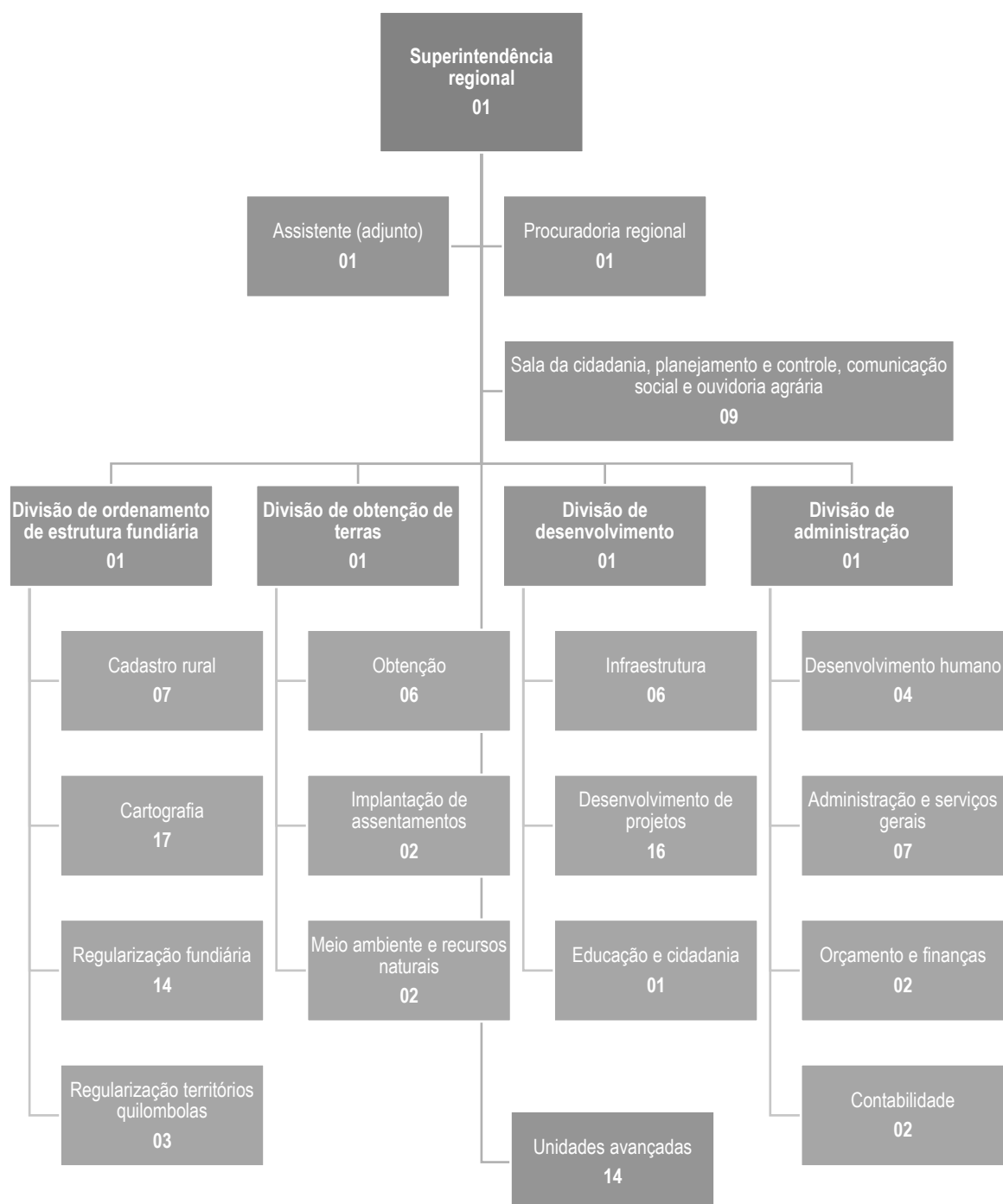
4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



O organograma hierárquico da Superintendência obedece ao regimento interno do Órgão e a distribuição da força de trabalho atual entre as áreas é realizada como estratégia de gestão levando-se em conta as especificidades dos cargos que compõem o quadro de servidores, como também as necessidades de cada Unidade/Divisão/Serviço, conforme Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 - Distribuição de Servidores - Quadro Atual X Quadro Ideal

SETOR	Quadro Atual	Quadro ideal
GABINETE:		
Superintendente	1	1
Sup. Adjunto	1	1
Comunicação Social	3	3
Gabinete e Planejamento	3	6
Sala da Cidadania	1	3
Ouvidoria Agrária	2	3
TOTAL:	11	17
DIVISÃO DE ORDENAMENTO FUNDIÁRIO		
Chefe	1	01
Serviço de Cartografia:	17	16
Serviço de Cadastro Rural:	7	14
Serviço de Regularização Fundiária:	12	39
Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas	4	18
TOTAL:	41	88
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS		
Chefe/substituto	1	2
Serviço de Obtenção de Terras	8	16
Serviço de Implantação Projetos de Assentamento	2	04
Serviço de Meio Ambiente Recursos Naturais	4	5
TOTAL:	15	27
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS		
Chefe da Divisão	1	1
Serviço de Infra Estrutura	5	14
Serviço Desenvolvimento de Assentamentos	14	22
Serviço Educação do Campo e Cidadania	1	2
TOTAL:	21	39
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Chefe :	2	1
Serviço de Desenvolvimento Humano	3	8
Serviço de Administração e Serviços Gerais	6	22
Serviço de Orçamento e Finanças	2	2
Serviço de Contabilidade	3	7
TOTAL:	16	40
UNIDADES AVANÇADAS		
UAI – IGUAÇU – FCO BELTRÃO	10	12

Fonte: Serviço de RH – SR(09)/PR

Análise da distribuição

Como é de conhecimento de todos e, conforme demonstrado no quadro acima, hoje há uma grande deficiência de servidores em seus quadros, que são distribuídos por divisões, tanto na área meio, quanto na área finalística. Isso tem afetado diretamente o resultado das metas intermediárias, devido o acúmulo de trabalho. A principal causa é a não reposição de pessoal por concurso público, devido, principalmente a aposentadorias que se deram nos últimos anos. Caso não seja realizado concurso no médio prazo, a situação tenderá a ficar cada vez mais precária.

Dentro da SR(09), hoje temos grande carência de servidores na área administrativa e no cadastro rural, causando entre outras coisas, atraso na entrega dos correios/documentos dentro da superintendência, atraso na elaboração dos processos de contratação, na emissão de CCIR, cancelamento e rememoração de imóveis rurais e emissão de certidão de aposentadoria.

No início do ano de 2016, contávamos com 120 servidores sendo, recebemos apenas 01 novo servidor, advindo de remoção de outras Superintendências Regionais. Todavia, tivemos uma baixa de 05 servidores em nosso quadro de lotação, sendo 04 por aposentadoria, 01 pediu

exoneração, sendo o quadro atual de 114 servidores efetivos e considerando o atual superintendente que não é servidor efetivo do INCRA, totalizamos 115 servidores.

O INCRA realizou o último concurso público no ano de 2012, sendo que o número de vagas ofertadas foi insuficiente para preencher a demanda por pessoal.

Vale destacar que a Direção Geral de Administração do INCRA, em Brasília, está ciente quanto a situação da força de trabalho que ocorre na Superintendência do INCRA do Paraná. Comunicada oficialmente quando do levantamento da força de trabalho atual x força de trabalho ideal.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Em 2016, apesar das dificuldades e falta de orçamento, conseguimos superar nossas metas e capacitar 82 servidores e que possamos repetir em 2017.

Quanto a disseminação do conhecimento pretendemos assegurar que os servidores sejam preparados e se mantenham atualizados na prática da transferência do conhecimento, podendo ser pela contratação de pessoas, pelas conversas informais e não programadas, ou por reuniões e através de parcerias que possibilitem o conhecimento.

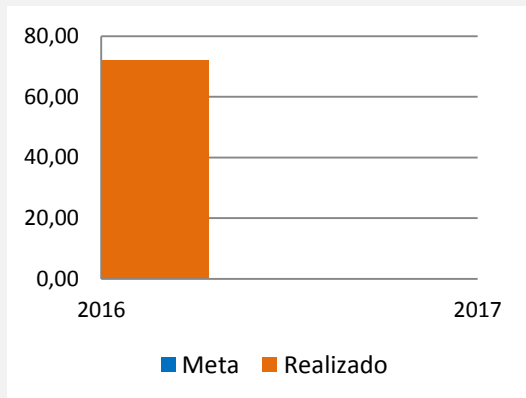
O profissional deve ter consciência de que seu sucesso ou fracasso depende apenas dele mesmo. Sem objetivos claros não existe ponto de chegada, e sem planejamento não é possível atingir um objetivo.

Vamos continuar a oferecer oportunidades de capacitação, tanto na área de atuação do servidor, quanto outras linhas de conhecimento para aperfeiçoar o atendimento, estimular o servidor e qualificar as nossas ações

Indicadores relacionados

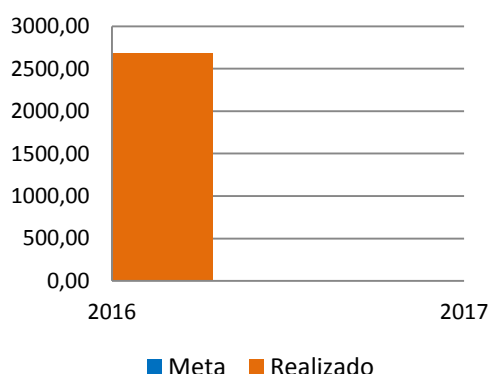
Índice de abrangência de capacitação

Gráfico



Análise

A meta era 26, através dos treinamentos *in company* foi possível atingir 82 servidores.

Índice de horas de capacitação**Gráfico****Análise**

Não foi previsto meta e de Índice 2016 foi calculado: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (3062 -

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6 - Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Quadro 17 - Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

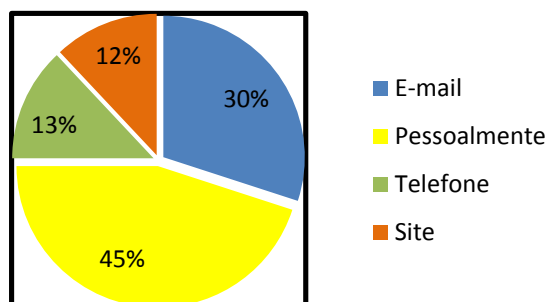
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia...	0	0	0
Reclamação...	0	0	0
Sugestão...	0	0	0
Pergunta...	2	2	2
Pedido	11	11	11

Fonte: Ouvidoria

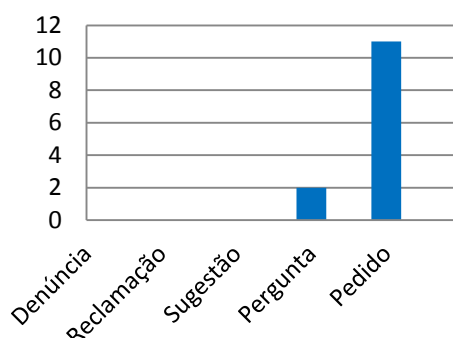
Essas solicitações não contêm prazo para resposta expressamente indicado, havendo a prestação de informações com prazo variável. A OAN, a partir das denúncias que recebe, costuma apresentar pedido de informações (pergunta) ou pedido de providências, de modo que as demandas foram todas classificadas apenas como perguntas e pedidos.

O registro das demandas a partir do cadastramento centralizado na OAN não compreende a maior parte dos atendimentos da OAR. Como exemplo, o que pode ser classificado como um dos maiores conflitos ocorridos no ano de 2016, que corresponde à morte de dois trabalhadores sem terra pela Polícia, no município de Quedas do Iguaçu, não resultou em nenhuma demanda da OAN formalizada à OAR, vez que a atuação se deu em conjunto, resultando em imediato compartilhamento de providências e informações, mas sem constar nos registros de atividades a partir da sistemática adotada, que busca as formalizações apresentadas sempre por e-mail pela OAN.

Canais de Acesso



Assuntos



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

As demandas apresentadas têm relação integral com conflitos agrários. Os pedidos de informação, considerando a quantidade de demandas, revelam que já existe um compartilhamento e de produção de informações eficiente, que pode ser aperfeiçoado.

Quanto aos conflitos em si, existe a necessidade de ampliação das ações voltadas ao esclarecimento dos movimentos sociais e das vítimas, em geral famílias acampadas, quanto às consequências decorrentes da violação de direitos e quanto às providências a serem adotadas para a proteção de direitos, bem como é possível observar a importância de estreitar relações e ampliar a comunicação com outras instituições que têm atribuições para atuação nos casos.

Tabela 10 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Atividade	Produto	Quantidade
Cestas de alimentos disponibilizadas	Família	4.749
	Unidade	12.398
Família acampada assistida com outras formas de atendimento	Família	692
Família assentadas assistida com outras formas de atendimento	Família	0
Áreas em conflito no Paraná	Acampamentos	122
Família acampadas no estado	Família	9.472
Cestas de alimentos disponibilizadas as famílias acampadas	Cestas	4.749
Cestas de alimentos disponibilizadas as famílias assentadas	Cestas	0
Cestas de alimentos disponibilizadas as famílias quilombolas	Cestas	0

Fonte: Módulo Monitoramento/16

Análise:

O atendimento às famílias acampadas requer mecanismos de cadastramento e acompanhamento das pessoas que se encontram nessa situação.

A quantidade de cestas de alimentos é insuficiente para atendimento das famílias acampadas. Ainda, mesmo as famílias beneficiárias não são suficientemente atendidas. Em 2016 houve três etapas de liberação de cestas, de 44 kg, 42kg e 18 kg em cada etapa. Se essa quantidade

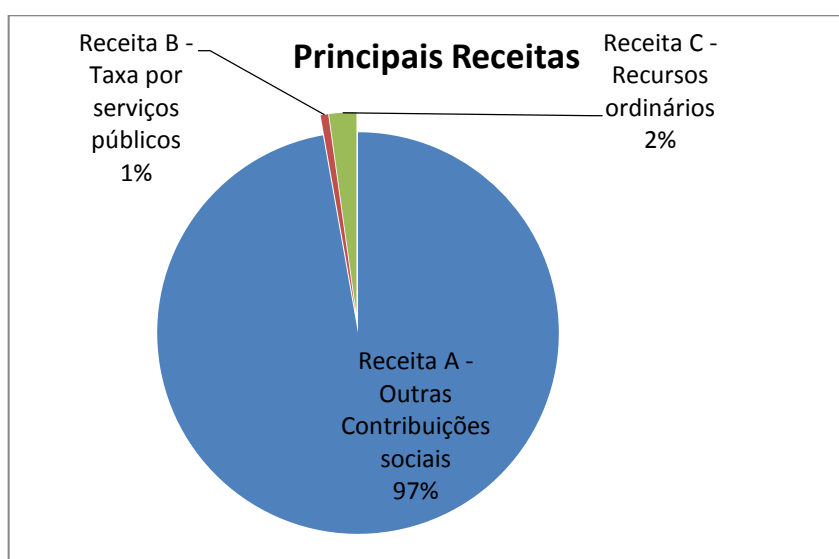
for dividida por 365 dias, em uma família de quatro pessoas, cada beneficiário receberia uma média de cerca de, 71 g/dia.

Outra forma de assistência se dá com o fornecimento de rolos de lona para a adequação de moradias precarizadas por intempéries. Encerremos o ano de 2016 com apenas seis rolos de lona, suficientes para o atendimento de somente 60 famílias. Conquanto tenhamos solicitado recursos para nova aquisição do material e tenhamos atendido ao pedido de redimensionamento da demanda para que a disponibilidade orçamentária fosse suficiente, não houve a descentralização necessária.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho financeiro do exercício

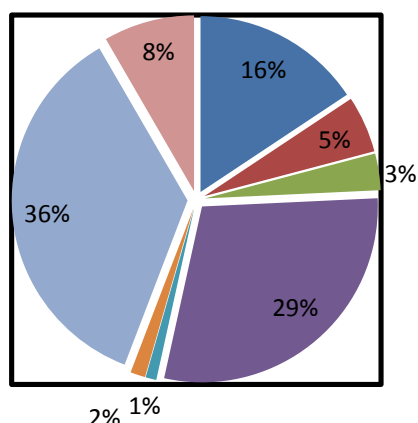


Receitas	2016
Receita A - Outras Contribuições sociais	10.396.475,70
Receita B - Taxa por serviços públicos	193.141,00
Receita C - Recursos ordinários	81.986,82
Total	10.671.603,52

Fonte: Siafi.

As Regionais são órgãos descentralizados as quais compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas e regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados, assim a tabela e gráfico demonstrará os valores por cada ação em que ocorreram (foram descentralizados).

Principais Despesas



Despesas	2015 - Vlr. Pago	2016 - Vlr. Pagos	2016 - Vlr. Liquidado
A - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.122.816,72	1.197.395,04	1.239.563,04
B - Diárias - pessoal civil	520.204,84	399.059,15	399.265,65
C - Passagens e despesas com locomoção	270.084,72	257.006,43	257.006,43
D - locação de mão-de-obra	2.220.872,07	2.231.996,79	2.231.996,79
E - Material de Consumo	74.690,34	75.915,27	75.915,27
F- Obrigações Tributárias e Contributivas	684.606,85	105.126,21	105.126,21
G - Aquisição de Imóveis	0,00	2.736.500,50	2.736.500,50
Outros	534.876,92	639.070,25	656.805,04
Total	6.428.152,46	7.642.069,64	7.702.178,93

Fonte: Siafi

Utilizamos a mesma metodologia dos últimos relatórios, incluindo os valores liquidados, ou seja, dos R\$10.671.603,52 descentralizados, empenhamos R\$9.737.080,17, e liquidamos somente R\$7.702.178,03. A diferença entre o empenhado e o liquidado, bem como entre o liquidado e o pago, ficou em Restos a pagar.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 18 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Orçamentário_2016	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2016/sr09/parana
Balanço Patrimonial_2016	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2016/sr09/parana
Balanço Financeiro_2016	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2016/sr09/parana
Fluxo de Caixa_2016	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2016/sr09/parana
Variações Patrimoniais_2016	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2016/sr09/parana

Fonte: Contabilidade

A SR(09)/PR não disponibiliza ao Público em Geral as Demonstrações Exigidas pela Lei 4.320/64. As Demonstrações referentes exercício de 2016 encontram-se publicadas no portal do INCRA conforme acima.

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos	2016	2015
	139.140.968,35	139.140.968,35

Fonte: SIAFI

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

Créditos a Receber	2016	2015
	703.347.115,47	703.347.115,47

Fonte: SIAFI

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades. **Como pode se notar, na SR(09)/PR, não houve alteração de valores, pois não houve nem cobrança, remissão ou pagamento de novos créditos.**

Em 2016 os beneficiários do Programa de Reforma Agrária foram atingidos por medida cautelar do TCU, ficando impedidos de receberem créditos, até a suspensão temporária, emitida através do Acórdão TCU nº 2451, ocorrida em 21 de setembro de 2016.

Em atendimento ao contido no Memo nº 277/2016/DD, foram feitas as exclusões dos créditos **solicitados** dos beneficiários bloqueados no INCRA, havendo a possibilidade de reativar tais créditos, se os impedimentos forem superados.

Quanto aos créditos **finalizados** e **em andamento**, foram tomadas as seguintes providências:

- Não vincular o beneficiário a nova modalidade, enquanto não houver o desbloqueio, para os casos de crédito finalizado: 284 assentados dos PA's 08 de Abril, Maria Lara, Valmir Mota de Oliveira, Companheiro Keno, Nango Vive, Eli Vive I, Eli Vive II, São João Maria, Esperança Viva, Anjo da Guarda I, Milton Santos, Sebastião da Maia, Egídio Brunetto e Nossa Senhora Aparecida foram atingidos por essa medida.

- Não lançar, em hipótese alguma, a data de assinatura do contrato no SNCCI, devendo sobrestar qualquer ação até o desbloqueio no SIPRA, para os casos de créditos em andamento: 21 assentados dos PA's Valmir Mota de Oliveira, Companheiro Keno, Nango Vive, Anjo da Guarda I e Egídio Brunetto foram atingidos por essa medida.

A planilha com a relação dos beneficiários bloqueados está disponível no final deste relatório nos ANEXOS (**ANEXO II.**)

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotos registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ 703.347.115,47.

NOTA DA DIRETORIA

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento, foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052, da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que receberam Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois apesar de alguns terem recebido o cartão em 2015, somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos do INCRA NACIONAL fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos

valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais inclusive foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo aos Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o Módulo Cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas Superintendências Regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A idéia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

- Estágio de implementação do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária (SNT)

- Programa: 2066 – Ação 211A – PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Contrato de doação, cessão e concessão de uso de áreas pertencentes ao INCRA:

Os pedidos de doação, cessão e concessão de uso de áreas em projetos de assentamento começaram a ser centralizados em meados de maio de 2009, onde até 31 de dezembro de 2016 já somavam 321 processos formalizados, e destes 04 (quatro) foram finalizados com o atendimento do pleito no exercício de 2016. Mas a demanda ainda é preocupante, uma vez que resta 188 processos em vias de atendimento e os pedidos continuam chegando rotineiramente.

Avaliamos positivamente a forma como os processos estão sendo conduzidos, uma vez que atualmente os encaminhamentos atendem às exigências legais e temos o controle de todos os

pedidos, permitindo assim estabelecer uma rotina em que a eficácia e a efetividade estejam sempre presentes.

Por outro lado, tendo em vista que a condução dos procedimentos está seguindo rigorosamente o que estabelece a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, para se concluir um processo administrativo é necessário pelo menos 06 (seis) meses de tramitação, uma vez que os processos transitam por várias divisões, tais como: Serviço de Cartografia, Divisão de Obtenção de Terras, Procuradoria Jurídica, Comitê de Decisão Regional, etc. Daí justifica-se a pouca quantidade de processos concluídos em 2016, uma vez que atualmente o quadro de servidores é insuficiente e é necessário visita a campo para demarcação topográfica e laudo de vistoria e avaliação das áreas a serem doadas.

Titulação Definitiva:

A Superintendência Regional do Paraná tem a demanda de atender às determinações do Tribunal de Contas da União exaradas no Acórdão nº 753/2008, bem como a legislação que embasa a consolidação dos assentamentos, porém no exercício de 2016 ainda não foi possível criar condições para executar tal ação.

Existe também uma demanda em retificar a situação de 60 projetos de assentamento consolidados, no qual parte dos assentados receberam os títulos de domínio, mas os pagamentos que deveriam ter sido efetivados ainda em 2004 não ocorreram. Como nenhuma ação foi executada e/ou concluída no exercício de 2016, tal ato administrativo ainda está pendente de êxito.

Está sendo aguardada para meados de 2017 instrução que normatiza os procedimentos para emissão de título definitivo, bem como disponibilização do sistema para emissão dos documentos, e a regulamentação da Medida Provisória nº 759 de 2016.

8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro 19 - Situação de atendimento das demandas do TCU

1	Processo	TC-032.567/2015-4	Acórdão	612/2016
	Responsável	SR09/PR	Item do Acórdão	1.7
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos: 1. Processo TC-032.567/2015-4 (APOSENTADORIA) 1.1. Interessado: Suzana Aparecida Pereira (470.847.239-00) 1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherrman Cavalcanti 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP). 1.6. Representação legal: não há. 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	Apenas registro nos controles da SR	nenhuma	arquivo
2	Processo	TC-034.352/2015-5	Acórdão	624/2016
	Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.6
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	Análise de APOSENTADORIA: Alvaro Brochado Fortes (302.348.249-72); Maria de Lourdes Lira Wanderley (041.104.712-49) 1.6. Representação legal: não há.	Apenas registro nos controles da SR	nenhuma	arquivo
3	Processo	TC-035.585/2015-3	Acórdão	866/2016
	Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.6
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	Análise de APOSENTADORIA: Josué Hidalgo (403.226.709-00) 1.6. Representação legal: não há.	Apenas registro nos controles da SR	nenhuma	arquivo
4	Processo	025.501/2013-5	Acórdão	902/2016

Responsável	Amélio Moyses, Odair José de França Mandzierochoa, Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos (Cacia) e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu)	Item do Acórdão	9.3
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
9.3. julgar irregulares as contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea “c”, 19, caput e 23, III, da Lei 8.443/1992, e no art. 71, inciso II, in fine, da Constituição Federal de 1988, dos responsáveis Amélio Moyses, Odair José de França Mandzierochoa, Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos (Cacia) e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu), condenando-os, solidariamente, conforme quadro a seguir, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas e acrescidas dos juros de mora devidos, a partir da data discriminada até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento dos valores aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra):	Apenas registro nos controles da SR, pois ao que cabia ao INCRA, foi feito por isso tribunal acolheu as justificativas do órgão "9.1. acolher as razões de justificativas, apresentadas nos autos do processo de representação (TC 025.204/2009-4), dos responsáveis Celso Lisboa de Lacerda, Cláudia Sonda e Nilton Bezerra Guedes, ex-superintendentes do Incra/PR, e de Amélio Moyses e Odair José de França Mandzierochoa, ex-dirigentes da Cacia quanto às irregularidades relativas a infrações a normas legais e regulamentares'	nenhuma	arquivo
5 Processo	TC-002.186/2016-0	Acórdão	1914/2016
Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.7
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Análise de APOSENTADORIA: Milton Padilha de Almeida (028.584.609-49) 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	conhecimento	Arquivo	-
6 Processo	TC-003.233/2016-2	Acórdão	1915/2016
Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.7
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Análise de APOSENTADORIA: Antonio Garibaldino Vieira do Amaral (006.324.069-68) 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	conhecimento	arquivo	-
7 Processo	TC-009.122/2016-8	Acórdão	2456/2016
Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.7
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
1. Análise de APOSENTADORIA: Paulo Cezar Donatti (220.781.009-78) 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.	conhecimento	arquivo	-

8 Processo	TC-025.501/2013-5	Acórdão	2922/2016
Responsável	Amélio Moyses, Odair José de França Mandzierochoa, Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos (Cacia) e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu)	Item do Acórdão	1.6
<p>Descrição sucinta do item da deliberação</p> <p>ACÓRDÃO Nº 2922/2016 - TCU - 1ª Câmara</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 902/2016-TCU-1ª Câmara (peça 109), de forma que, nos itens 3.2, 9.3 e 9.4, onde se lê “Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. – Cooperiguaçu”, leia-se: “Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços – Cooperiguaçu”, e, nos itens 9.3 e 9.4, onde se lê “CNPJ 05.000.209/0001-79”, leia-se “CNPJ 05.486.107/0001-05”, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1. Processo TC-025.501/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)</p> <p>1.1. Responsáveis: Amélio Moyses (827.907.879-72); Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos - Cacia (05.486.107/0001-05); Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. – Cooperiguaçu (81.188.724/0001-02); Odair José de França Mandzierochoa (016.945.249-22)</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná</p> <p>1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).</p> <p>1.6. Representação legal: Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Coopera</p>	<p>Ação implementada</p> <p>Retificação do Acórdão 902/2016 acima. Não há nada contra a Superintendência.</p>	<p>Ação a ser implementada</p> <p>arquivo</p>	<p>Prazo</p> <p>-</p>
9 Processo	TC-015.000/2016-8	Acórdão	3866/2016
Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.6
<p>Descrição sucinta do item da deliberação</p> <p>Análise de Aposentadoria de Vendelino Odir Antes (335.210.009-82)</p> <p>1.6. Representação legal: não há.</p>	<p>Ação implementada</p> <p>ciência</p>	<p>Ação a ser implementada</p> <p>arquivo</p>	<p>Prazo</p> <p>-</p>

10	Processo		Acórdão	6773/2016
	Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	1.6
	Descrição sucinta do item da deliberação Análise Pensão civil de: Euclides Straub Armstrong (110.460.669-00) 1.6. Representação legal: não há.	Ação implementada ciência	Ação a ser implementada arquivo	Prazo -
11	Processo	TC020.907/2013-3	Acórdão	1419/2016
	Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	9.3
	Descrição sucinta do item da deliberação VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento autuado por força do Acórdão 3.460/2013-TCU-Plenário que, no âmbito do TC 020.907/2013-3, determinou o exame da execução de certos convênios firmados com entidades privadas, no Estado do Paraná, para a gestão de recursos federais repassados principalmente pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná (Incra/PR), pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério da Cultura; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:[...] 9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e 9.3. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar à Secex/PR que analise a documentação a ser apresentada em resposta ao item 9.1 deste Acórdão, representando ao Tribunal, caso necessário.	Ação implementada Aguardando posição da Secex/pr	Ação a ser implementada arquivo	Prazo -

12	Processo	TC 015.563/2012-0.	Acórdão	2674/2016
	Responsável	SR(09)/PR	Item do Acórdão	9.2
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	<p>9. Acórdão: VISTO, relatado e discutido o presente pedido de reexame interposto pelo Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Paraná, Nilton Bezerra Guedes, contra o Acórdão 2.174/2014-TCU-Plenário, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em: 9.1. conhecer do presente recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para: 9.1.1. alterar o fundamento legal da multa aplicada pelo subitem 9.2 do acórdão recorrido para o inciso II do art. 58 da Lei 8.443/1992, e reduzir seu valor para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); 9.1.2. tornar insubsistente o subitem 9.5 do Acórdão 2.174/2014-TCU-Plenário; e 9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente, ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.</p>	Providências são particulares para o ex superintendente Nilton Bezerra Guedes.	arquivo	-
13	Processo	TC 000.952/2014-1	Acórdão	
	Responsável	Francisco Altari Fernandes da Coopeterra	9.3	1.6
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	<p>Acórdão referente TCE em desfavor do Sr. Francisco Altari Fernandes da Coopeterra que trata da construção de 517 casas no Pa Ireno Alves dos Santos no município de Rio Bonito do Iguaçu. 9.1 - Arquivar a TCE em razão da insubsistência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular deo processo, por descaracterização do débito, em conformidade com o disposto no art. 16, III, da IN-TCU 71/2012. 9.2 Encaminhar cópia a secex/pr; 9.3 dar ciência a Secretaria de controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - cuja clientela se encontra o INCRA, sobre a possibilidade de o Incra instarura novo processo de TCE sobre o mesmo assunto abordado nestes autos, tendo em vista que tais processos têm sido instaurados em todo o Brasil, demandando o tempo e o esforço da força de trabalho, tanto da fase interna no incra quanto do TCE. Aguardando manifestação da SECEX/PR.</p>	Aguardando manifestação secex/pr	arquivo	-

14	Processo	TC026.654/2015-	Acórdão	5517/2016
	Responsável	Edson Wagner de Sousa Barroso	Item do Acórdão	1.7.1.1 - 1.7.1.2
	Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
	Referente Prestação de Contas 2015 - dando ciência que: 1.7.1.1 Não restou demonstrado o devido registro da totalidade de seus imóveis desapropriados (modalidade Desapropriação) para fins de reforma agrária em contas específicas do ativo, em inobservância ao determinado pelo item 9.2.6 do acórdão 557/2004-TCU-Plenário; e 1.7.1.2 Somente devem constar no Rol de responsáveis o dirigente máximo da unidade jurisdicionada e o membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção quando imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo da unidade jurisdicionada, que tenham exercido a função por período relevante, conforme o disposto no art.10 I e II, da Instrução Normativa TCU 63/2010, conjugado com o disposto na DN TCU 140/2014. [...].	Quanto ao Acórdão 557/04 Considerando-se as informações prestadas pelo INCRA SEDE/ DAF, no sentido de que as medidas necessárias para a adoção dos procedimentos da regularização do controle patrimonial e registro dos imóveis no SIAFI depende do entendimento com os demais atores envolvidos (INCRA, CASA CIVIL, STN, SPU, CGU e TCU), cujas tratativas ainda estão em curso, estamos aguardando orientações para dar prosseguimento até o início do 2º semestre/17. Providencias junto a contabilidade da SR para que emita o Rol de Responsáveis, obedecendo IN/63/2010.	Aguardando orientação de Brasília para o cumprimento do acórdão 557/2004 e corrigido fluxo de elaboração rol de responsáveis junto a contabilidade.	jul/2017 e imediato

Fonte: Controle de Acórdãos – Planejamento e Controle SR(09)/PR

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

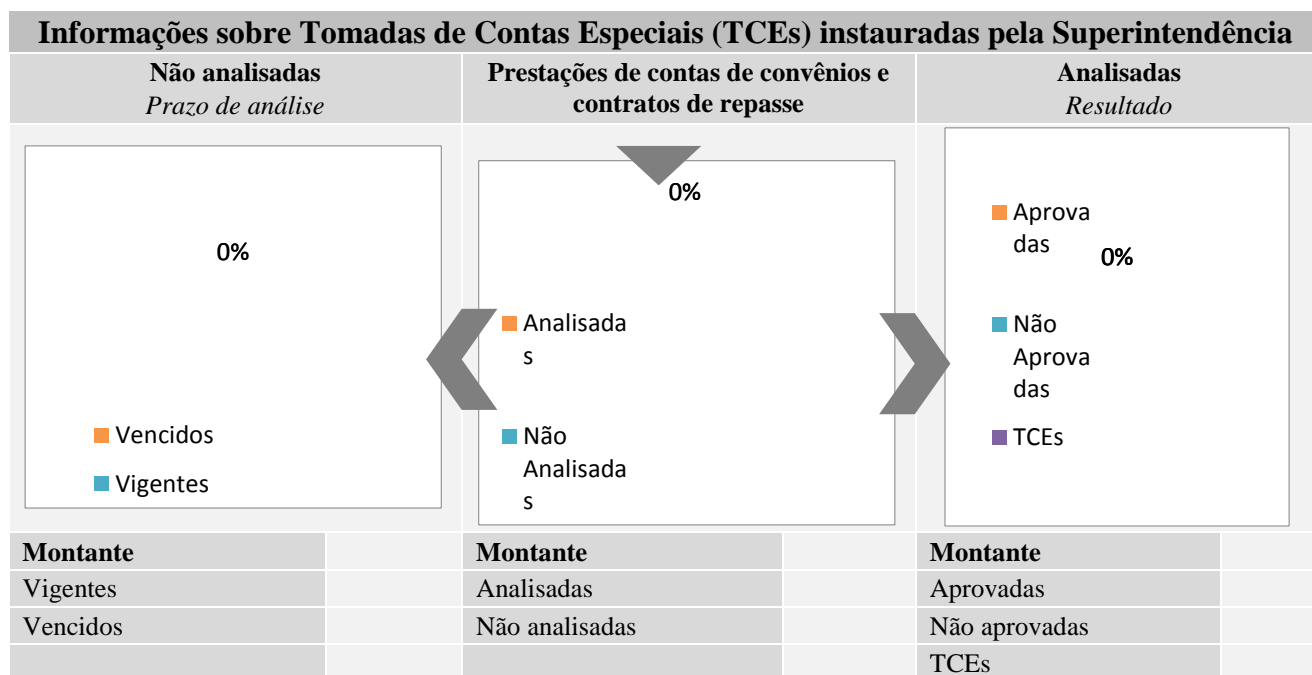
A CGU, manteve no Plano de Providencia Permanente – PPP as recomendações feitas em anos anteriores a 2016 - contidas no Quadro ,,, abaixo. Em 2016 não houve recomendações novas.

Quadro 20 - Recomendações da CGU

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201407462	68104	Recomenda-se ao Incra/PR estabelecer formalmente, no âmbito interno, os prazos e as responsabilidades pelo cumprimento do Acórdão 557/2004 - TCU/Plenário, fornecendo os meios necessários aos servidores para sua plena execução (treinamentos, orientações do INCRA/Sede, etc.).	A informação sobre o estágio atual e as providências que a SR tomou para atender o referido acórdão, são extensas e estão no item 3.3.2, subitem - vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados deste relatório. Mas vale destacar que o prazo para atendimento, até segunda ordem, continua em 31/12/18.
Relatório CGU 201411163	143377	Adotar controles internos (rotinas administrativas) para assegurar que as diretrizes de custo máximo por família sejam observadas nos procedimentos de obtenção, mediante a criação de formulário específico que evidencie o cálculo detalhado e os parâmetros utilizados, tais como dimensão dos lotes previsto por assentado deduzindo da área total as áreas reservadas para proteção ambiental ou de utilização coletiva, de forma a dar transparência ao processo de obtenção quanto à efetividade dos valores investidos	Estes controles estão sendo realizados e a normativa que determinava o limite de valores está revogada. A partir de 2016 está sendo utilizada a Planilha Referencial de Preço de Terras – que define o custo médio por família e por região – elaborada em 2016. Também já é feito o estudo para que seja determinada as áreas a serem parceladas (RL – APP, etc). Esta recomendação deverá ser fiscalizada pela CGU, nos processos internos quando ocorrerem, e o PPP – será atualizado conforme prazo estabelecido pela CGU em 08/07/17.
Relatório CGU 201411163	143378	Apresentar justificativas elaboradas por profissionais competentes com argumentos técnicos apropriados quando houver alteração no quantitativo de famílias assentadas nos PAs em relação às estimativas constantes do LVA e quando houver mudanças na destinação das áreas previstas como de proteção permanente e de reserva legal no LVA	Procedimento adotado. E isso será feito no momento da elaboração PDA, se for verificado a necessidade desta alteração. Esta recomendação deverá ser fiscalizada pela CGU, nos processos internos quando ocorrerem, e o PPP – será atualizado conforme prazo estabelecido pela CGU em 08/07/17 .
Relatório CGU 201411163	143379	Instruir os processos de aquisição com o comprovante do envio de correspondência, com aviso de recebimento - AR, que deve ser encaminhada ao proprietário sobre a situação cadastral do imóvel rural objeto de aquisição.	Foi um lapso em um dos processos analisados pela CGU. É rotina a instrução processual. Esta recomendação deverá ser fiscalizada pela CGU, nos processos internos quando ocorrerem, e o PPP – e foi atualizado conforme prazo estabelecido pela CGU em 06/03/17
Relatório CGU 201411163	143380	Implementar rotinas para os procedimentos de obtenção de imóveis, de forma a certificar-se que todas as fases estabelecidas no Manual para Obtenção de Terras e Perícia Judicial, Módulo II sejam formalizadas em documentos específicos, a exemplo do LAF, que deve ser elaborado com todos os itens previstos e para todos os processos, ainda que	Esta rotina foi implantada e procuramos seguir rigorosamente o que está definido na IN83/2015, isso está sendo conferido através de checklist. Esta recomendação deverá ser fiscalizada pela CGU, nos processos internos quando ocorrerem, e o PPP – e foi atualizado conforme prazo estabelecido pela CGU em 06/03/17.

		o imóvel for objeto de oferta de venda.	
Relatório CGU 201411163	143381	Instituir rotinas de controle relacionadas ao processo de obtenção (check lists, procedimentos, normativos internos, orientações), de forma que os processos de aquisição de imóveis para a reforma agrária sejam instruídos com a documentação que evidencie que a área objeto da aquisição/desapropriação está localizada em área prioritária. Ou, no caso de o imóvel não se situar em área prioritária, colacionar nos autos administrativos as devidas justificativas e autorizações das instâncias superiores.	Destacamos que o Diagnóstico é atualizado anualmente, porém devido o baixo índice de oferta de imóveis, qualquer oferta, em qualquer local do Estado pode ser objeto de vistoria/aquisição, desde que verificada eventual potencial do imóvel para fins de Reforma Agrária. Esta recomendação deverá ser fiscalizada pela CGU, nos processos internos quando ocorrerem, e o PPP – e foi atualizado conforme prazo estabelecido pela CGU em 06/03/17.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise.

Não foram abertas novas TCE's, em função de que não houve problemas que nos obrigasse a isso no exercício de 2016, como pode ser observado no item 3.2.

8.4- Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os recursos financeiros descentralizados por parte do Incra/Sede ocorreram com destinação definida, por exemplo, na nota de programação financeira, havia a informação se o financeiro repassado era para atender despesas administrativas, de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, transferência voluntária ou diárias e, se tratava de financeiro para atender despesas de exercício corrente ou de restos a pagar.

Conforme verificamos a seguir, o montante descentralizado em algumas fontes de recursos não foi suficiente para cumprimento das obrigações empenhadas e liquidadas durante o exercício 2015.

Na fonte 01000000000 e 0174000000, verificamos que 100,00 % das despesas liquidadas foram pagas em 2016, e na fonte 0176370002, 99,20%.

Tabela 11 - Despesas Fonte 0100

Despesas na fonte de recurso: 0100000000 (valores em R\$)	Despesa Empenhada (DE)	Despesa Liquidada (DL)	Despesa Paga (DP)	DP/DL (%)
Outros benefícios assist do servidor	55.164,67	55.164,67	55.164,67	100,00
Diárias – pessoal civil	2.682,12	2.682,12	2.682,12	100,00
Passagem/Locomoção	3.530,05	3.419,05	3.419,05	96,86
Material de Consumo	0	0	0	100,00
Subtotal	61.376,84	61.265,84	61.265,84	100,00

Fonte: Siai 2016

Tabela 12 - Despesas Fonte 0174

Despesas na fonte de recurso: 017400000 (valores em R\$)	Despesa Empenhada (DE)	Despesa Liquidada (DL)	Despesa Paga (DP)	DP/DL (%)
Diárias – pessoa civil	82.654,24	82.654,24	82.654,24	100,00
Material de consumo	1.116,00	1.116,00	1.116,00	100,00
Outros serviços terceiros – pessoa física	0	0	0	0
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	34.720,00	10.012,67	10.012,67	28,84
Passagem/Locomoção	15.532,56	8.823,71	8.823,71	56,81
Subtotal	134.022,80	102.606,62	102.606,22	100,00

Fonte: Siafi 2016

Tabela 13 - Despesas Fonte 0176

Despesas na fonte de recurso: 0176370002 (valores em R\$)	Despesa Empenhada (DE)	Despesa Liquidada (DL)	Despesa Paga (DP)	DP/DL (%)
Diárias – pessoa civil	313.929,29	313.929,29	313.715,79	99,93
Material de consumo	75.998,24	74.799,27	74.799,27	100,00
Passagem/Locomoção	281.611,28	244.763,67	244.763,67	100,00
Outros serviços Pessoa Física	377.417,96	367.283,32	349.548,53	95,17
Locação de mão de obra	2.352.627,80	2.231.996,79	2.231.996,79	100,00
Outros serviços Pessoa Jurídica	1.306.838,20	1.199.197,87	1.157.212,09	96,50
Outros serv.terceiros- pes.jurid-OP.Intra-orc.	57.077,98	30.352,50	30.170,28	99,40
Obrigações tributárias e contributivas	105.276,51	105.126,21	105.126,21	100,00
Despesas de exercícios anteriores	14.685,21	14.685,21	14.685,21	100,00
Indenizações e restituições	6.691,84	6.691,84	6.691,84	100,00
Equipamentos e Material permanente	9.380,00	9.380,00	9.380,00	100,00
Contribuições	1.203.600,00	203.600,00	203.600,00	100,00
Aquisição de imóveis	3.436.546,12	2.736.500,50	2.736.500,00	100,00
Subtotal	9.541.680,53	7.538.306,47	7.478.190,18	99,20

Fonte: Siafi 2016

Com relação às despesas na fonte 0176370002, o impacto da falta de recursos financeiros foi maior nesta fonte, principalmente para repasses para convênios e pagamentos de contratos administrativos de prestação de serviços de pessoa jurídica, sendo que do total, 99,20 % das despesas liquidadas foram pagas.

As despesas pagas do exercício corrente totalizaram R\$ 7.642.062,64 e as de restos a pagar pagas no exercício de 2016 totalizaram R\$ 13.832.069,95, totalizando R\$21.474.132,59 de financeiro recebido, isto é, 64,41 % de todo o recurso financeiro recebido foi destinada a pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.

Mesmo com a escassez de recursos financeiros para o exercício corrente, esta Regional buscou efetuar os pagamentos das obrigações liquidadas, de forma a cumprir o disposto no caput do art. 5º da Lei nº 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica das liquidações das notas fiscais/faturas, conforme o montante, a fonte de recursos disponibilizados e, se o financeiro descentralizado destinava-se a pagar despesas de restos a pagar ou do exercício corrente.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
4	Informação e comunicação					

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
	Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

Todos os anos é realizada reunião com os gestores, onde o quadro acima é respondido. Houve alterações quanto ao resultado do ano anterior porque aconteceram muitas mudanças na gestão que prejudicaram alguns indicadores, principalmente os que dependem de sistema e ações de responsabilidade da Sede. Citamos o caso do SIPRA, que em virtude do Acórdão TCU 775/16 e 2451/16, que bloqueou mais de 90% dos assentados, até final do exercício apresentava problemas. Também, a falta de um sistema único de informações na Instituição, gera a elaboração de muitas planilhas, lançamento de dados em muitos sistemas, facilitam equívocos, e dificulta a agregação de informações.

Quanto à avaliação de risco, ainda não está implantada, esperamos a orientação sobre a política de avaliação de risco que definida pela Sede. Porém, entendemos que essa avaliação, de alguma forma, mesmo não sistematizada é realizada.

Especificamente na SR, a área de planejamento desde 2013, implantou um banco de dados, o que facilitou e melhorou o monitoramento das ações e meta. É realizado acompanhamento mensal, com todo o detalhamento das ações, o que criou uma rotina que foi compreendida com êxito pelas áreas.

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Esse item continua na mesma situação dos anos anteriores. Esta informação resta prejudicada em virtude da fragilidade dos sistemas utilizados pelo Incra quando trata-se deste assunto, atendimento ao público externo.

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos.

Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), foram extraídas pela Diretoria de Gestão Estratégia as seguintes informações:

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
PR	25	5,19%	36

Fonte: e-SIC extraído em 30/01/2017 15:05:57

Temos iniciativas de anotação manual de atendimento, e um sistema na Unidade Avançada Iguaçu em Francisco Beltrão, mas que não respondem as exigências cobradas. Em março/17 está prevista a implantação a nível nacional do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.1

TABELAS E GRÁFICOS DO RG - INDICADORES		
Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
99,76	100,00	64,66
Memória de cálculo:		
Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (21.413.219,3591- Fonte: DF) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (21.413.219,3591- Fonte: DF) multiplicado por 100.		
Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		
Índice de Regularização Fundiária (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
19,00	5,26	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		
Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte:)		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		
Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: 0) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: 0) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2017 ainda não publicado		
Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	100,0	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (306 - Fonte: Módulo Monitoramento) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (306 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		
Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		

Índice 2016: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: módulo monitoramento) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (457 - Fonte: módulo monitoramento) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0	9,17	32,88

Memória de cálculo:

Índice 2016: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (16 - Fonte: Sipra) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (327 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0	0,00

Memória de cálculo:

Índice: 2016: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte:) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ²
0	0	0

Memória de cálculo:

Realizado 2016: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:). Meta 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte:) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: , dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado.

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
0,00	0,00	0,00

Fonte/Metodologia de amostragem:

A metodologia seria através de Pesquisa por amostragem realizada nos PAs, porém nos últimos anos não foram		
¹ Não existe parâmetro definido para as metas		
Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
1,43	1,16	0,00
Memória de cálculo:		
Realizado 2016: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Meta 2016: Meta Supervisão (0 - Fonte:) dividido pela Meta de famílias assentadas (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2017: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.		
Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	13,95	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (2622 - Fonte: PREVISÃO) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (18797 - Fonte: Plano de Ação fev/2016) multiplicado por 100. - Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		
Índice de abrangência de capacitação (%)		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ²
22,80	71,93	0,00
Memória de cálculo:		
Índice 2016: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (82 - Fonte: Módulo Monitoramento) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (114 - Fonte: Plano de Metas fev/16) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2016: Meta capacitação (26) Fonte: Plano de Metas fev/16, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (114) Fonte: Plano de Metas fev/2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (120) Fonte:		
Índice de horas de capacitação (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0	2.685,96	1544,73
Memória de cálculo:		
Índice 2016: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (3062 - Fonte: Módulo Monitoramento) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (115 - Fonte: Serviço de RH) - Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

Não Há



Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Diretoria de Gestão Administrativa

OFÍCIO/301/2016-(DA)

Brasília, 17 de outubro de 2016.

Ao Senhor

Junnius Marques Arifa

Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente
Tribunal de Contas da União – TCU

Assunto: **Acórdãos TCU - Plenário 557/2004, 578/2010 e 2.641/2015**
Referência: **Inclusão dos imóveis obtidos para fins de Reforma Agrária no SPIUNET**

Senhor Secretário,

Em 31/08/2016, na sala 351, Anexo 3, do Tribunal de Contas de União, foi realizada reunião a pedido do INCRA, para tratativas afetas dos Acórdãos supracitados, especificamente ao que tange ao item relativo ao registro dos imóveis adquiridos para fins de Reforma Agrária.

Na oportunidade, participaram da reunião o Coordenador-Geral de Contabilidade e o Auditor Chefe do INCRA, acompanhados de parte de sua equipe. Representando o TCU estiveram presentes os senhores Fernando Rodrigues Leite, Ricardo Augusto Capovilla e Aderbal Amaro de Souza. Participou também como convidada, a senhora Valéria Porfírio Gomes, Chefe de Divisão da CGDAG/CGU.

Durante a reunião, foi apresentada a situação atual da inclusão dos imóveis no Balanço Patrimonial da Autarquia, em cumprimento ao Acórdão TCU-Plenário 557/2004 (registro feito diretamente no SIAFI), bem assim os registros realizados por intermédio do SPIUnet, em atendimento à Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014, cuja utilização tem gerado uma série de controvérsias, seja pelo reflexo contábil equivocado no SIAFI pelo programa da Secretaria de Patrimônio da União, como também pelo fato do sistema não contemplar todas as funcionalidades inerentes às especificidades dos imóveis da Reforma Agrária, desde sua obtenção e até a sua efetiva destinação, após titulados.

Chaga Lima/DAC

ANEXO II – RELATÓRIO CONFERÊNCIA BENEFICIARIOS BLOQUEADOS

Em atendimento ao disposto no Memo nº 277/2016/DD, segue a relação dos beneficiários que estão bloqueado no SIPRA, para atendimento das providências, conforme situação dos créditos

Situação: Finalizado. Não vincular o beneficiário a nova modalidade, enquanto não houver o desbloqueio.																			
Projeto de Assentamento	Cód. Beneficiário	CPF			Beneficiário	Proc. Individual	CPF/CNPJ Associação / Representação	Banco	Agência	Conta	Processo de Concessão	Valor	Valor Efetivamente Utilizado	Somatório dos contratos ativos	Nº contratos complementares ativos			Data de Assinatura do contrato	Data do Termo de Receb
PA 08 de Outubro	PR032800000019	956.718.549-20			MARIA DE FATIMA FREITAS DA SILVA	54200.002145/2012-60	956.718.549-20	001	40959		54200.002145/2012-60	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			27/08/2015	09/11/2015
PA Maria Lara	PR031800000078	081.730.219-02			ANDREIA DE CAMPOS RIBEIRO	54200.001045/2013-05	081.730.219-02	001	17655		54200.001045/2013-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000048	029.852.399-07			APARECIDA PANIZA CARNELOS	54200.001224/2011-72	029.852.399-07	001	17655		54200.001224/2011-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000075	037.427.039-27			BERENICE ANTUNES DOS SANTOS	54200.001042/2013-63	037.427.039-27	001	17655		54200.001042/2013-63	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000085	819.675.009-91			CELIO ALONSO SALES	54200.001041/2013-19	819.675.009-91	001	17655		54200.001041/2013-19	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000083	050.036.719-11			CERES LUISA ANTUNES HADICH	54200.001044/2013-52	050.036.719-11	001	17655		54200.001044/2013-52	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000081	062.284.159-99			CLECI DANNACENA	54200.001043/2013-16	062.284.159-99	001	17655		54200.001043/2013-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000082	849.282.559-68			ELISABETE APARECIDA MARTINS BELLANÇON	54200.001036/2013-14	849.282.559-68	001	17655		54200.001036/2013-14	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000086	080.948.719-54			FABIANA CHALEGRE	54200.003197/2013-34	080.948.719-54	001	17655		54200.003197/2013-34	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000039	035.787.939-22			FATIMA ALVES DE AZEVEDO CANUTO	54200.001217/2011-71	035.787.939-22	001	17655		54200.001217/2011-71	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000067	569.957.849-87			GERALDO RODRIGUES MENDES	54200.001218/2011-15	569.957.849-87	001	17655		54200.001218/2011-15	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000035	015.839.269-84			IVANILDE DEZINGRINI	54200.001221/2011-39	015.839.269-84	001	17655		54200.001221/2011-39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000060	042.095.279-98			JOELMA CRISTINA CAETANO LOPES	54200.001223/2011-28	042.095.279-98	001	17655		54200.001223/2011-28	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000065	045.584.929-36			JORACI MARTINS VALERIANO MACHADO	54200.001209/2011-24	045.584.929-36	001	17655		54200.001209/2011-24	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000041	043.391.099-			KACIA REGINA	54200.001212/2011-	043.391.099-24	001	17655		54200.001212/2011-	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015

		24	TOMAZELI DE SOUZA	48				48								
	PR031800000056	054.786.489-22	LUZENILDA SATIRO FURTUOSO DA SILVA	54200.001204/2011-00	054.786.489-22	001	17655	54200.001204/2011-00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000047	030.934.309-76	MARIA CORREIA DE SOUZA	54200.001206/2011-91	030.934.309-76	001	17655	54200.001206/2011-91	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000079	577.050.389-00	MARIA ROSA DE ARAUJO	54200.001050/2013-18	577.050.389-00	001	17655	54200.001050/2013-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000043	869.184.609-78	MARIA VALMIDA SILVA ROCHA	54200.001208/2011-80	869.184.609-78	001	17655	54200.001208/2011-80	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000064	187.907.989-53	NILSON FRANCISCO	54200.001192/2011-13	187.907.989-53	001	17655	54200.001192/2011-13	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
	PR031800000061	722.714.859-91	ZILDA LOPES DA SILVA	54200.001201/2011-68	722.714.859-91	001	17655	54200.001201/2011-68	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			03/10/2015	07/12/2015
PA Valmir Mota de Oliveira	PR031500000128	050.512.859-45	ADELAIDE MULLER BUENO	54200.000624/2012-41	050.512.859-45	001	53120	54200.000624/2012-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000043	049.409.539-39	ANA TORMES HARTMANN	54200.000623/2012-05	049.409.539-39	001	53120	54200.000623/2012-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000122	041.125.939-37	ANGELICA DA SILVA PORTO CRISTANI	54200.000622/2012-52	041.125.939-37	001	53120	54200.000622/2012-52	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000104	939.945.919-53	ANTONIA ADILES LAVANDOSKI ALTISSIMO	54200.000621/2012-16	939.945.919-53	001	53120	54200.000621/2012-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000133	063.966.949-21	CARMELINDA ANTUNES DOS SANTOS BARBOSA	54200.000598/2012-51	063.966.949-21	001	53120	54200.000598/2012-51	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000034	051.696.189-64	CELIA APARECIDA LOURENÇO	54200.000616/2012-03	051.696.189-64	001	53120	54200.000616/2012-03	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000130	771.082.219-34	CLECI DE FATIMA CAMARGO MOSER	54200.000638/2012-65	771.082.219-34	001	53120	54200.000638/2012-65	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000007	043.945.139-60	CLEIDE APARECIDA FERREIRA	54200.000637/2012-11	043.945.139-60	001	53120	54200.000637/2012-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000016	027.703.339-09	CLEONICE VITOR FERREIRA	54200.000636/2012-76	027.703.339-09	001	53120	54200.000636/2012-76	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000112	023.564.169-35	EDIANE MARCIA RIBEIRO DA SILVA	54200.000635/2012-21	023.564.169-35	001	53120	54200.000635/2012-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000051	600.977.600-72	ELAINE JUSSARA MARCHIRO	54200.000634/2012-87	600.977.600-72	001	53120	54200.000634/2012-87	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000087	048.900.319-28	ELZA RIBEIRO DA CRUZ	54200.000633/2012-32	048.900.319-28	001	53120	54200.000633/2012-32	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000040	055.538.749-63	EMIDIA CORDEIRO	54200.000632/2012-98	055.538.749-63	001	53120	54200.000632/2012-98	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015

	PR031500000115	033.833.329-00	EVA SOLANGE DA ROSA MORAES	54200.000631/2012-43	033.833.329-00	001	53120	54200.000631/2012-43	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000146	708.386.909-04	FRANCISCO ALCEU GABRIEL DOS SANTOS	54200.001597/2013-13	708.386.909-04	001	53120	54200.001597/2013-13	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000113	019.279.019-60	HAYDI FROHLICH	54200.000628/2012-20	019.279.019-60	001	53120	54200.000628/2012-20	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000020	306.243.578-05	IZABEL SANTOS DA ROSA DE OLIVEIRA	54200.000601/2012-17	306.243.578-05	001	53120	54200.000612/2012-17	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000106	021.054.669-74	JANDIRA OLIVEIRA ABREU	54200.000645/2012-67	021.054.669-74	001	53120	54200.000645/2012-67	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000099	048.133.729-61	JANI JUSTEN BERRES	54200.000643/2012-78	048.133.729-61	001	53120	54200.000643/2012-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000126	059.573.359-08	JULIANE APARECIDA MINUSSI	54200.000642/2012-23	059.573.359-08	001	53120	54200.000642/2012-23	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000091	030.992.749-84	LEONI BOELHOUWER MAINARD	54200.000639/2012-18	030.992.749-84	001	53120	54200.000639/2012-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000129	530.895.709-63	LORILDO ANTUNES DOS SANTOS	54200.000620/2012-63	530.895.709-63	001	53120	54200.000620/2012-63	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000125	046.751.549-21	LUCIMAR RAMIRES CALAÇA ASSUNÇÃO	54200.000584/2012-38	046.751.549-21	001	53120	54200.000584/2012-38	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000092	059.572.479-52	MARIA CENIRA FERRAIS	54200.000583/2012-93	059.572.479-52	001	53120	54200.000583/2012-93	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000083	054.262.919-42	MARIA HELENA HIPOLITO	54200.000603/2012-26	054.262.919-42	001	53120	54200.000603/2012-26	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000118	031.975.159-78	MARIA MADALENA MOREIRA	54200.000609/2012-01	031.975.159-78	001	53120	54200.000609/2012-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000089	029.922.979-33	NEIDE RIBEIRO MAYER	54200.000580/2012-50	029.922.979-33	001	53120	54200.000580/2012-50	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000044	010.210.560-06	NEUZA MARIA BECKER	54200.000576/2012-91	010.210.560-06	001	53120	54200.000576/2012-91	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000108	031.909.599-19	ODETE RAMOS DE SOUZA	54200.000575/2012-47	031.909.599-19	001	53120	54200.000575/2012-47	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000149	044.248.959-55	OSVALDO HORBACH	54200.001596/2013-61	044.248.959-55	001	53120	54200.001596/2013-61	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000144	031.915.749-05	ROZELY DOS SANTOS MAIA	54200.001598/2013-50	031.915.749-05	001	53120	54200.001598/2013-50	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000132	460.293.549-49	RUI GOMES	54200.000593/2012-29	460.293.549-49	001	53120	54200.000593/2012-29	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000119	980.020.749-04	SALETE SPESSOTTO	54200.000592/2012-84	980.020.749-04	001	53120	54200.000592/2012-84	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000030	794.786.899-91	SEBASTIANA DOMENIS DUARTE	54200.000592/2012-95	794.786.899-91	001	53120	54200.000590/2012-95	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000139	011.494.649-33	TEREZA DE LARA	54200.001219/2012-41	011.494.649-33	001	53120	54200.001219/2012-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR031500000148	923.302.409-	VERA LUCIA	54200.001592/2013-	923.302.409-10	001	53120	54200.001592/2013-	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015

		10	MARCONDES	82				82								
PA Companheiro Keno	PR032000000056	039.413.569-50	ADÃO VILMAR FERREIRA	54200.001390/2011-79	039.413.569-50	001	10073	54200.001390/2011-79	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000037	056.608.739-10	AGENOR MASSANEIRO ALEXANDRE	54200.001265/2011-69	056.608.739-10	001	10073	54200.001265/2011-69	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000068	065.789.549-02	AGNALDO ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	54200.001393/2011-11	065.789.549-02	001	10073	54200.001393/2011-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000038	000.891.299-89	APARECIDA MAGALHÃES DE SOUZA	54200.001238/2011-96	000.891.299-89	001	10073	54200.001238/2011-96	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000067	041.340.809-40	CASSIANO RODRIGO KAPPES	54200.001395/2011-00	041.340.809-40	001	10073	54200.001395/2011-00	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000052	026.846.929-63	CLEIDE GIMENES VIEIRA	54200.001236/2011-05	026.846.929-63	001	10073	54200.001236/2011-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000005	058.728.879-57	ELIANE RODRIGUES DOS SANTOS	54200.001252/2011-90	058.728.879-57	001	10073	54200.001252/2011-90	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000080	057.236.139-44	IZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA URIBE	54200.002022/2013-18	057.236.139-44	001	10073	54200.002022/2013-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000088	010.910.389-02	JOÃO BATISTA SILVA	54200.002893/2013-23	010.910.389-02	001	10073	54200.002893/2013-23	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000058	060.788.089-90	JOCENI MARTINS	54200.001399/2011-80	060.788.089-90	001	10073	54200.001399/2011-80	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000084	078.111.129-30	JOELMO ROQUE MACHIO	54200.002064/2013-41	078.111.129-30	001	10073	54200.002064/2013-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000086	061.891.558-39	JORGE RODRIGUES FERREIRA	54200.002017/2013-05	061.891.558-39	001	10073	54200.002017/2013-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000079	041.246.469-17	JOSEFA APARECIDA BIQUES DOS SANTOS	54200.002019/2013-96	041.246.469-17	001	10073	54200.002019/2013-96	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000029	227.473.358-95	MARIA APARECIDA DA SILVA	54200.001242/2011-54	227.473.358-95	001	10073	54200.001242/2011-54	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000006	036.934.859-17	MARIA DE FATIMA MARTENS	54200.001244/2011-43	036.934.859-17	001	10073	54200.001244/2011-43	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000026	759.963.759-15	MARIA IZABEL DA SILVA DE SOUZA	54200.001245/2011-98	759.963.759-15	001	10073	54200.001245/2011-98	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000078	043.176.679-75	MARILEI DE SOUZA VICENTE	54200.002020/2013-11	043.176.679-75	001	10073	54200.002020/2013-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000025	029.496.599-85	MARLENE ARAUJO	54200.001248/2011-21	029.496.599-85	001	10073	54200.001248/2011-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000077	030.448.169-63	MARLENE FERREIRA	54200.002025/2013-43	030.448.169-63	001	10073	54200.002025/2013-43	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR032000000047	082.568.499-40	VANESSA GOMES DANIEL	54200.001240/2011-65	082.568.499-40	001	10073	54200.001240/2011-65	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
PA Nango	PR030900000035	061.235.229-	ALTAIR RAMOS	54200.002658/2012-	061.235.229-30	001	06521	54200.002658/2012-	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	19/02/2015

Vive		30	DA SILVA	71				71							
	PR030900000050	043.032.059-07	ANA IZIDORO LEITE DE ARAUJO	54200.002689/2012-21	043.032.059-07	001	65218	54200.002689/2012-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000014	063.513.159-56	ANA ROSA PEREIRA	54200.002680/2012-11	063.513.159-56	001	65218	54200.002680/2012-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000026	011.160.229-74	ANGELITA AZEVEDO DOS SANTOS	54200.002676/2012-52	011.160.229-74	001	65218	54200.002676/2012-52	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000041	314.146.139-20	ANTONIO APARECIDO DE OLIVEIRA	54200.002657/2012-26	314.146.139-20	001	65218	54200.002657/2012-26	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000029	154.725.188-30	ANTONIO JARDIM DE ALMEIDA	54200.002677/2012-05	154.725.188-30	001	65218	54200.002677/2012-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000044	828.002.609-63	ARILDO MOISES	54200.002708/2012-10	828.002.609-63	001	65218	54200.002708/2012-10	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000021	836.868.869-87	CLARICE APARECIDA RESENDE	54200.002687/2012-32	836.868.869-87	001	65218	54200.002687/2012-32	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000023	061.068.129-00	IVANIA NALIA LOCH	54200.002660/2012-40	061.068.129-00	001	65218	54200.002660/2012-40	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000052	484.215.299-00	JOÃO APARECIDO DA SILVA	54200.002700/2012-53	484.215.299-00	001	65218	54200.002700/2012-53	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000055	105.496.428-97	JOÃO HENRIQUE CARDOSO	54200.002707/2012-75	105.496.428-97	001	65218	54200.002707/2012-75	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000034	017.652.129-10	JORGE DE MELO	54200.002699/2012-67	017.652.129-10	001	65218	54200.002699/2012-67	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000012	037.117.178-45	JORGINA PEREIRA COELHO	54200.002662/2012-39	037.117.178-45	001	65218	54200.002662/2012-39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000036	565.880.549-04	JURACI GONÇALVES	54200.002705/2012-86	565.880.549-04	001	65218	54200.002705/2012-86	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000046	918.256.289-04	JUSUISA DA SILVA	54200.002675/2012-16	918.256.289-04	001	65218	54200.002675/2012-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000057	897.542.719-68	LENI LOURENÇO RODRIGUES	54200.002655/2012-37	897.542.719-68	001	65218	54200.002655/2012-37	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000019	062.379.499-33	LUZIA LUIZ DA SILVA CAMILO	54200.002690/2012-56	062.379.499-33	001	65218	54200.002690/2012-56	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000006	053.851.229-63	MARCELO RODRIGUES	54200.002703/2012-97	053.851.229-63	001	65218	54200.002703/2012-97	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000049	017.361.209-13	MARIA APARECIDA ALBANO	54200.002665/2012-72	017.361.209-13	001	65218	54200.002665/2012-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000051	253.644.338-89	MARIA DE FATIMA SILVA DA COSTA	54200.002697/2012-78	253.644.338-89	001	65218	54200.002697/2012-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000030	054.884.329-57	MARIA DE LURDES VIANA EDVARDE	54200.002652/2012-01	054.884.329-57	001	65218	54200.002652/2012-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000038	051.517.799-74	MARIA FERREIRA DE ARAUJO	54200.002667/2012-61	051.517.799-74	001	65218	54200.002667/2012-61	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000040	007.099.629-67	MERCEDES GATI SANTIAGO	54200.002663/2012-83	007.099.629-67	001	65218	54200.002663/2012-83	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	04/05/2015

	PR030900000007	039.549.179-71	NAIR SCHALM	54200.002678/2012-41	039.549.179-71	001	65218	54200.002678/2012-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000032	038.780.549-47	ONIVALDO ALVES DE OLIVEIRA	54200.002701/2012-06	038.780.549-47	001	65218	54200.002701/2012-06	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000053	040.602.849-47	ROSA RAMOS PEDROSO	54200.002669/2012-51	040.602.849-47	001	65218	54200.002669/2012-51	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000015	046.400.069-69	ROSICLEIA NOGUEIRA DA CRUZ SILVA	54200.002686/2012-98	046.400.069-69	001	65218	54200.002686/2012-98	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000058	016.984.159-66	SEBASTIAO FRANCISCO DA SILVA	54200.002651/2012-59	016.984.159-66	001	65218	54200.002651/2012-59	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000022	509.029.549-20	SIDNEY REMIGIO CONDE	54200.002679/2012-96	509.029.549-20	001	65218	54200.002679/2012-96	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
	PR030900000008	160.168.628-51	SONIA LUIZA TEIXEIRA MACHADO	54200.002684/2012-07	160.168.628-51	001	65218	54200.002684/2012-07	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	04/05/2015
PA Eli Vive I	PR032600000425	082.746.379-09	ALEXANDRA BURIM WESTPHAL	54200.002548/2011-28	082.746.379-09	001	47856	54200.002548/2011-28	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000439	664.260.496-20	ANTONIO APARECIDO VIVO	54200.000117/2012-16	664.260.496-20	001	47856	54200.000117/2012-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000037	030.257.109-42	CESAR DA SILVA DOS REIS	54200.002570/2011-78	030.257.109-42	001	47856	54200.002570/2011-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000540	074.105.729-81	DALVA GUSMÃO	54200.001290/2012-23	074.105.729-81	001	47856	54200.001290/2012-23	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000559	091.359.489-06	DANIELI BERNARDINI MEIRELES	54200.001674/2013-27	091.359.489-06	001	47856	54200.001674/2013-27	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000551	084.803.059-16	ELIRES DA CONCEIÇÃO FERREIRA	54200.002212/2012-46	084.803.059-16	001	47856	54200.002212/2012-46	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000547	070.015.189-30	ELIZETE DE ALMEIDA	54200.002213/2012-91	070.015.189-30	001	47856	54200.002213/2012-91	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000539	954.961.309-72	EVA ROSA	54200.001289/2012-07	954.961.309-72	001	47856	54200.001289/2012-07	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000558	954.824.749-68	GILDA MARIA FERNANDES PASQUAL	54200.001288/2012-54	954.824.749-68	001	47856	54200.001288/2012-54	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000553	012.246.789-23	JOCIANE SOARES RAMOS	54200.001287/2012-18	012.246.789-23	001	47856	54200.001287/2012-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000555	485.787.119-04	JOSÉ HONORIO FILHO	54200.001278/2012-19	485.787.119-04	001	47856	54200.001278/2012-19	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000400	011.440.629-42	JOSEMAR RAUBE MACHADO	54200.001545/2013-39	011.440.629-42	001	47856	54200.001545/2013-39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000526	082.233.489-50	LEILIANE SOUZA	54200.000139/2012-78	082.233.489-50	001	47856	54200.000139/2012-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000530	033.273.569-98	LUIZ BIANA RIBEIRO	54200.000122/2012-11	033.273.569-98	001	47856	54200.000122/2012-11	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000548	048.465.219-23	MARIA APARECIDA RAMOS	54200.002219/2012-68	048.465.219-23	001	47856	54200.002219/2012-68	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000538	079.738.159-	MARIA DA	54200.001281/2012-	079.738.159-70	001	47856	54200.001281/2012-	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	06/05/2015

		70	PENHA DE PAULA	32				32							
	PR032600000514	074.152.959-94	MARLENE DA SILVA	54200.000155/2012-61	074.152.959-94	001	47856	54200.000155/2012-61	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000516	046.751.399-65	NEUSA ODETE ALBENTINA FIALHO	54200.000161/2012-18	046.751.399-65	001	47856	54200.000161/2012-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000550	077.025.549-32	ROQUE CARLOS GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO	54200.002215/2012-80	077.025.549-32	001	47856	54200.002215/2012-80	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000552	044.693.769-06	SANDRA GUNKEL SCHEEREN	54200.001675/2013-71	044.693.769-06	001	47856	54200.001675/2013-71	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032600000417	057.584.299-70	WELLINGTON JUNIOR CAMARGO VICENTINI	54200.002889/2011-01	057.584.299-70	001	47856	54200.002889/2011-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
PA Eli Vive II	PR032700000126	050.209.169-00	ALICE DESEFANI BELO	54200.000128/2012-98	050.209.169-00	001	47856	54200.000128/2012-98	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000124	705.944.659-15	ANESIA PLACIDINO ROSIGNOL	54200.003502/2011-26	705.944.659-15	001	47856	54200.003502/2011-26	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000127	545.556.479-04	ANTONIO DONATO	05.420.000/0153-20	545.556.479-04	001	47856	54200.000153/2012-71	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	10/08/2015
	PR032700000138	010.780.139-69	GERALDO RODRIGUES PEREIRA	54200.001283/2012-21	010.780.139-69	001	47856	54200.001283/2012-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000076	085.044.619-80	IVANETE GALVAO ADAMS	54200.001546/2013-83	085.044.619-80	001	47856	54200.001546/2013-83	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000125	027.529.779-99	JAIR APARECIDO RAMOS	54200.003510/2011-72	027.529.779-99	001	47856	54200.003510/2011-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000022	040.400.139-48	MARIA DE JESUS TEXEIRA LEITE	54200.001549/2013-17	040.400.139-48	001	47856	54200.001549/2013-17	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000123	020.318.619-21	MARIA JOSE ROSIGNOL	54200.003518/2011-39	020.318.619-21	001	47856	54200.003518/2011-39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000129	054.286.769-90	NADIA TEREZINHA PORTELLES	54200.000158/2012-02	054.286.769-90	001	47856	54200.000158/2012-02	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000104	008.664.418-16	OSVALDO DOS SANTOS GONÇALVES	54200.001548/2013-72	008.664.418-16	001	47856	54200.001548/2013-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000132	078.031.859-59	ROSELI ALVES FORTES	54200.000148/2012-69	078.031.859-59	001	47856	54200.000148/2012-69	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
	PR032700000134	740.829.819-34	VILMAR GOMES DA SILVA	54200.000120/2012-21	740.829.819-34	001	47856	54200.000120/2012-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		04/11/2014	06/05/2015
PA São João Maria	PR030800000002	031.148.179-55	EVANDRO PARZIANELLO	54200.002175/2008-90	000.525.889-80	001	22675	199230 54200.002754/2008-32	3.200,00	3.200,00	3.200,00	0,00		19/05/2010	21/06/2010
	PR030800000012	018.753.529-96	ROMILDA DE FATIMA PRADO	54200.002168/2008-98	000.525.889-80	001	22675	199230 54200.002754/2008-32	3.200,00	3.200,00	3.200,00	0,00		15/09/2009	18/12/2009
	PR030800000002	031.148.179-55	EVANDRO PARZIANELLO	54200.002175/2008-90	021.064.389-74	001	2267-5	21497-3 54200.002771/2010-94	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00		17/01/2012	16/07/2012
	PR030800000012	018.753.529-96	ROMILDA DE FATIMA PRADO	54200.002168/2008-98	021.064.389-74	001	2267-5	21497-3 54200.002771/2010-94	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00		17/11/2010	27/03/2012
	PR030800000002	031.148.179-	EVANDRO	54200.002175/2008-	032.478.129-62	001	2267-5	222615 54200.000956/2011-	3.200,00	3.200,00	3.200,00	0,00		06/06/2012	19/09/2012

		55	PARZIANELLO	90					45							
	PR030800000012	018.753.529-96	ROMILDA DE FATIMA PRADO	54200.002168/2008-98	032.478.129-62	001	2267-5	222615	54200.000956/2011-45	3.200,00	3.200,00	3.200,00	0,00		06/06/2012	23/10/2012
PA Esperança Viva	PR032900000006	058.026.859-48	MARIA SANT"ANA DOS SANTOS	54200.002157/2013-75	058.026.859-48	001	22675		54200.002157/2013-75	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		12/09/2014	14/10/2014
	PR032900000011	934.445.679-87	SOELI FERREIRA DOS SANTOS	54200.002180/2013-60	934.445.679-87	001	22675		54200.002180/2013-60	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		12/09/2014	14/10/2014
PA Anjo da Guarda I	PR033000000018	057.205.859-40	ALICE SANGALLI	54200.002187/2013-81	057.205.859-40	001	22675		54200.002187/2013-81	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000008	065.993.819-79	CLAITON SOUZA DE PAULA	54200.002192/2013-94	065.993.819-79	001	22675		54200.002192/2013-94	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000030	000.526.189-94	ELENA DA APARECIDA SANTOS	54200.002194/2013-83	000.526.189-94	001	22675		54200.002194/2013-83	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000004	077.243.769-64	ELZA DE QUADROS DE PAULA	54200.002196/2013-72	077.243.769-64	001	22675		54200.002196/2013-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000036	699.893.629-04	IVONE FERNANDES FEROLDI	54200.002147/2013-30	699.893.629-04	001	22675		54200.002147/2013-30	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000013	038.657.969-58	JOISSE MARTINS MOREIRA RIBEIRO	54200.002150/2013-53	038.657.969-58	001	22675		54200.002150/2013-53	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000021	073.682.209-70	MARCIANA ALVES DE OLIVEIRA	54200.002155/2013-86	073.682.209-70	001	22675		54200.002155/2013-86	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000025	030.805.469-54	MARILENE DE FATIMA DA SILVA DE SOUZA	54200.002159/2013-64	030.805.469-54	001	22675		54200.002159/2013-64	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000016	062.242.569-26	MARLENE BEIRA CAMARGO DE QUADROS	54200.002161/2013-33	062.242.569-26	001	22675		54200.002161/2013-33	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000020	024.806.669-21	NEIVA MAGNANTI DE RAMOS	54200.002165/2013-11	024.806.669-21	001	22675		54200.002165/2013-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
	PR033000000042	053.170.989-20	ROSIELI DE FATIMA PEPPE TESORI	54200.002169/2013-08	053.170.989-20	001	22675		54200.002169/2013-08	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		15/09/2014	14/10/2014
PA Milton Santos	PR030500000098	025.497.779-05	ELEONICE PEREIRA DOURADO MACHADO	54200.000674/2012-29	025.497.779-05	001	09784		54200.000674/2012-29	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000124	061.290.289-70	GILSON GILMAR SCHNEIDER	54200.000671/2012-95	061.290.289-70	001	09784		54200.000671/2012-95	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000101	011.476.559-60	IRENE ROJAS ROQUE	54200.000670/2012-41	011.476.559-60	001	09784		54200.000670/2012-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000117	043.448.429-60	LUCIANO LEMES	54200.000663/2012-49	043.448.429-60	001	09784		54200.000663/2012-49	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000143	046.610.809-55	MARLI ZILLI	54202.000002/2013-84	046.610.809-55	001	09784		54202.000002/2013-84	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000132	057.712.409-90	ROSANA FERNANDES DE AQUINO	54202.000010/2013-21	057.712.409-90	001	09784		54202.000010/2013-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000139	052.980.999-04	ROSINEI RAMOS DO SANTOS	54202.000376/2012-19	052.980.999-04	001	09784		54202.000376/2012-19	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00		05/10/2015	07/12/2015

	PR030500000135	055.738.169-00	SERGIO MESSIAS RAMOS	54202.000009/2013-04	055.738.169-00	001	09784	54202.000009/2013-04	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000133	067.848.579-84	SIMONE BISPO DA SILVA	54202.000016/2013-06	067.848.579-84	001	09784	54202.000016/2013-06	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			05/10/2015	07/12/2015
	PR030500000096	705.323.200-00	VERA LUCIA GIROTO	54200.000649/2012-45	705.323.200-00	001	09784	54200.000649/2012-45	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			05/10/2015	07/12/2015
PA Sebastião da Maia	PR031700000072	994.863.181-15	ADRIANO JUNIOR DE JESUS	54200.000774/2012-55	994.863.181-15	001	25100	54200.000774/2012-55	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000013	763.501.939-20	CONCEIÇÃO APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA	54200.000783/2012-46	763.501.939-20	001	25100	54200.000783/2012-46	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000056	091.977.648-50	ESTER RAMIRES	54200.000793/2012-81	091.977.648-50	001	25100	54200.000793/2012-81	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000071	053.379.809-47	LEANDRO DE LAZE PINHEIRO	54200.000807/2012-67	053.379.809-47	001	25100	54200.000807/2012-67	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000021	587.716.629-87	MARIA APARECIDA MORAIS MENDONÇA	54200.000809/2012-56	587.716.629-87	001	25100	54200.000809/2012-56	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000029	773.065.389-34	MARIA DA SILVA BRITO	54200.000810/2012-81	773.065.389-34	001	25100	54200.000810/2012-81	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000006	535.440.801-68	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	54200.000811/2012-25	535.440.801-68	001	25100	54200.000811/2012-25	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000024	020.184.569-54	MARIA DO CARMO DA SILVA	54200.000813/2012-14	020.184.569-54	001	25100	54200.000813/2012-14	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000067	021.970.809-62	ROSANGELA SOARES DA SILVA	54200.000829/2012-27	021.970.809-62	001	25100	54200.000829/2012-27	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000059	735.272.709-49	SOLANGE APARECIDA FERNANDES DE AQUINO	54200.000832/2012-41	735.272.709-49	001	25100	54200.000832/2012-41	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
	PR031700000076	029.751.189-02	VALDIR BRAUN	54200.000834/2012-30	029.751.189-02	001	25100	54200.000834/2012-30	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	
PA Egidio Brunetto	PR033200000153	097.257.719-07	ADILSON PROENÇA DA SILVA	54200.000336/2014-59	097.257.719-07	001	41084	54200.000336/2014-59	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000063	060.223.279-11	ADRIANA DO NASCIMENTO PEREIRA	54200.000337/2014-01	060.223.279-11	001	41084	54200.000337/2014-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000136	060.240.499-19	ADRIEL APARECIDO MACHADO	54200.000329/2014-57	060.240.499-19	001	41084	54200.000329/2014-57	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000046	011.762.979-02	ALINE LEMES MENDES	54200.000313/2014-44	011.762.979-02	001	41084	54200.000313/2014-44	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000079	067.179.789-10	ANA LUIZA DA CONCEIÇÃO SOARES	54200.000311/2014-55	067.179.789-10	001	41084	54200.000311/2014-55	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000055	068.894.139-70	ANDREIA MOREIRA ANTUNES PAULINO	54200.000314/2014-99	068.894.139-70	001	41084	54200.000314/2014-99	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015

	PR033200000025	039.532.539-05	ANTONIA SOUZA DE LIMA DA CRUZ	54200.000309/2014-86	039.532.539-05	001	41084	54200.000309/2014-86	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000122	411.152.019-72	ANTONIO TAVARES DOS SANTOS	54200.000308/2014-31	411.152.019-72	001	41084	54200.000308/2014-31	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000004	017.971.019-27	APARECIDA ROSA	54200.000283/2014-76	017.971.019-27	001	41084	54200.000283/2014-76	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	19/02/2015
	PR033200000044	098.165.029-50	APARECIDA DA CONCEIÇÃO SOARES	54200.000327/2014-68	098.165.029-50	001	41084	54200.000327/2014-68	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000032	465.564.789-20	CECILIA GONÇALVES FARIA	54200.000310/2014-19	465.564.789-20	001	41084	54200.000310/2014-19	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000103	076.113.878-12	CLEONICE BISSOLOTI BARBOSA	54200.000332/2014-71	076.113.878-12	001	41084	54200.000332/2014-71	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000039	032.159.199-23	CLEONIR RIBEIRO DOS SANTOS	.	032.159.199-23	001	41084	54200.000290/2014-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000040	050.720.619-30	CLERIA DORNELLES DE OLIVEIRA DE CASTRO	54200.000281/2014-87	050.720.619-30	001	41084	54200.000281/2014-87	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000042	031.663.759-96	CLEUZA ANTUNES DE OLIVEIRA	54200.000335/2014-12	031.663.759-96	001	41084	54200.000335/2014-12	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000064	025.901.819-81	CREUZA TEIXEIRA DE SOUZA FERREIRA	54200.000328/2014-11	025.901.819-81	001	41084	54200.000328/2014-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000067	042.374.779-75	DALVINA RODRIGUES DE OLIVEIRA MACIEL	54200.000286/2014-18	042.374.779-75	001	41084	54200.000286/2014-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000127	074.099.136-14	DIOMERCILIO JOSÉ PEREIRA	54200.000284/2014-11	074.099.136-14	001	41084	54200.000284/2014-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000065	249.457.418-83	ELIZABETE DA SILVA MARQUES	54200.000295/2014-09	249.457.418-83	001	41084	54200.000295/2014-09	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000168	063.600.049-41	ERICA GABRIELA LINO	54200.000301/2014-10	063.600.049-41	001	41084	54200.000301/2014-10	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000147	077.446.309-04	EVERTON DE LIMA SANTOS	54200.000294/2014-56	077.446.309-04	001	41084	54200.000294/2014-56	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000088	059.926.869-75	FERNANDA SENETRA DE ASSIS	54200.000306/2014-42	059.926.869-75	001	41084	54200.000306/2014-42	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000006	058.665.389-97	GISELE STAATS GOMES DE ALMEIDA	54200.000304/2014-53	058.665.389-97	001	41084	54200.000304/2014-53	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000070	291.603.518-45	IARA DE PAULA SANTOS RIBEIRO	54200.000297/2014-90	291.603.518-45	001	41084	54200.000297/2014-90	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000073	809.340.139-34	ILMA APARECIDA DA SILVA	54200.000285/2014-65	809.340.139-34	001	41084	54200.000285/2014-65	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000082	050.535.159-56	IRACEMA XAVIER	54200.000298/2014-34	050.535.159-56	001	41084	54200.000298/2014-34	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015

			GUIMARÃES													
	PR033200000121	859.493.299-53	ISAIAS NETO ROSA	54200.000324/2014-24	859.493.299-53	001	41084	54200.000324/2014-24	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000034	085.039.699-98	IVANETE MARIA WANSCHER	54200.000321/2014-91	085.039.699-98	001	41084	54200.000321/2014-91	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000091	077.619.859-95	IVONETE GARCIA DOS SANTOS	54200.000323/2014-80	077.619.859-95	001	41084	54200.000323/2014-80	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000078	057.924.009-62	IZABEL BATISTA DE MOURA	54200.000322/2014-35	057.924.009-62	001	41084	54200.000322/2014-35	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000041	000.009.379-32	JACI LURDES ROZEK COSTA	54200.000442/2014-32	000.009.379-32	001	41084	54200.000442/2014-32	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000053	041.173.759-70	JANAINA MOREIRA DOS SANTOS PIRES	54200.000443/2014-87	041.173.759-70	001	41084	54200.000443/2014-87	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000124	699.868.519-04	JOAO IZAIAS	54200.000444/2014-21	699.868.519-04	001	41084	54200.000444/2014-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000117	083.914.959-06	JOAO MARIA FARIA DE LIMA	54200.000445/2014-76	083.914.959-06	001	41084	54200.000445/2014-76	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000141	008.974.169-29	JOÃO NOGUEIRA	54200.000446/2014-11	008.974.169-29	001	41084	54200.000446/2014-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000092	060.785.619-01	JOCELIA FARIAS DOS SANTOS	54200.000447/2014-65	060.785.619-01	001	41084	54200.000447/2014-65	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000099	023.200.899-00	JOCIMARA KRAEMER KURILO	.	023.200.899-00	001	41084	54200.000448/2014-18	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000132	063.751.219-73	JOSE CARLOS ALENSKI	54200.000450/2014-89	063.751.219-73	001	41084	54200.000450/2014-89	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000115	025.396.339-78	JOSE MARIA VALENTIM	54200.000452/2014-78	025.396.339-78	001	41084	54200.000452/2014-78	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000116	027.277.389-19	JOSÉ VIEPRZ	54200.000453/2014-12	027.277.389-19	001	41084	54200.000453/2014-12	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000156	092.248.049-42	JULIANO CESAR ALENSKI	54200.000419/2014-48	092.248.049-42	001	41084	54200.000419/2014-48	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000100	079.968.279-90	KARINA ANDRESSA COLLETI	54200.000420/2014-72	079.968.279-90	001	41084	54200.000420/2014-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000008	093.300.829-55	KELLY GONÇALVES PEREIRA	54200.000421/2014-17	093.300.829-55	001	41084	54200.000421/2014-17	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000165	093.810.819-05	LAZARO HENRIQUE SANTOS	54200.000423/2014-14	093.810.819-05	001	41084	54200.000423/2014-14	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000166	087.936.289-86	LEANDRO BISSOLOTI BARBOSA	54200.000424/2014-51	087.936.289-86	001	41084	54200.000424/2014-51	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000160	108.527.379-20	LEANDRO JOSÉ MAGNAGNO	54200.000425/2014-03	108.527.379-20	001	41084	54200.000425/2014-03	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000093	061.766.789-60	LENI DO BELEM MAGAREFO	54200.000426/2014-40	061.766.789-60	001	41084	54200.000426/2014-40	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000021	053.950.909-40	LILIAN CLARA DE SOUZA	54200.000429/2014-83	053.950.909-40	001	41084	54200.000429/2014-83	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000146	077.625.099-09	LOILSON BENETTE LEAL	54200.000430/2014-16	077.625.099-09	001	41084	54200.000430/2014-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000005	043.958.619-46	LORENA BARBOSA	54200.000431/2014-52	043.958.619-46	001	41084	54200.000431/2014-52	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015

	PR033200000084	012.193.139-04	LUCIANE BASTIAN HORBACH	54200.000434/2014-96	012.193.139-04	001	41084	54200.000434/2014-96	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000013	061.330.419-51	LUCIMAR GZYK	.	061.330.419-51	001	41084	54200.000455/2014-10	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000140	073.124.349-83	LUCINEIA DELA JUSTINO	54200.000456/2014-56	073.124.349-83	001	41084	54200.000456/2014-56	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000048	071.666.859-99	LUCINEIA FARIA	54200.000458/2014-45	071.666.859-99	001	41084	54200.000458/2014-45	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000007	046.338.429-60	LURDES PADILHA	54200.000544/2014-58	046.338.429-60	001	41084	54200.000544/2014-58	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000142	538.939.139-04	MARCILIO DE OLIVEIRA	54200.000460/2014-14	538.939.139-04	001	41084	54200.000460/2014-14	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000072	017.211.919-76	MARIA APARECIDA FERREIRA SANTOS	54200.000461/2014-69	017.211.919-76	001	41084	54200.000461/2014-69	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000068	058.066.418-05	MARIA BARRETO ALVES	54200.000463/2014-58	058.066.418-05	001	41084	54200.000463/2014-58	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000037	072.478.639-27	MARIA CASTURINA DOS SANTOS	54200.000464/2014-01	072.478.639-27	001	41084	54200.000464/2014-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000020	039.689.979-05	MARIA ROSA WILHERME HENKE	54200.000468/2014-81	039.689.979-05	001	41084	54200.000468/2014-81	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000038	785.572.400-15	MARIA SIRLEI PIRES DA SILVA	54200.000469/2014-25	785.572.400-15	001	41084	54200.000469/2014-25	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000126	046.988.558-02	MARIO DONIZETTI FORNER	54200.000471/2014-02	046.988.558-02	001	41084	54200.000471/2014-02	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000071	008.746.419-50	MARISA APARECIDA DA CRUZ LEMES	54200.000472/2014-49	008.746.419-50	001	41084	54200.000472/2014-49	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000002	041.097.999-61	MARLENE DE OLIVEIRA LINHARES	54200.000474/2014-38	041.097.999-61	001	41084	54200.000474/2014-38	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000074	059.047.999-77	MARLETE DE SOUZA DOS ANJOS	54200.000475/2014-82	059.047.999-77	001	41084	54200.000475/2014-82	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000024	701.790.699-34	NEIDE BATISTA MOREIRA	54200.000478/2014-16	701.790.699-34	001	41084	54200.000478/2014-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000033	083.757.149-92	NEILI GONÇALVES	54200.000531/2014-89	083.757.149-92	001	41084	54200.000531/2014-89	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000043	057.572.599-06	NILDA DO NASCIMENTO DE PAULA	54200.000528/2014-65	057.572.599-06	001	41084	54200.000528/2014-65	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000130	056.629.019-70	NIZAEI APARECIDO JULIO	54200.000527/2014-11	056.629.019-70	001	41084	54200.000527/2014-11	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000114	045.090.859-31	ODAIR RIBEIRO DOS SANTOS	54200.999525/2014-21	045.090.859-31	001	41084	54200.000525/2014-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000003	049.472.989-95	ORILDE COLPANI	54200.000523/2014-32	049.472.989-95	001	41084	54200.000523/2014-32	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000143	835.086.439-72	PEDRO ANTONIO FILHO	54200.000522/2014-98	835.086.439-72	001	41084	54200.000522/2014-98	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015

	PR033200000051	087.530.119-37	PERLA ALICE RIBEIRO	54200.000521/2014-43	087.530.119-37	001	41084	54200.000521/2014-43	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000118	033.043.494-21	RAIMUNDO FERNANDES DE MEDEIROS	54200.000520/2014-07	033.043.494-21	001	41084	54200.000520/2014-07	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000157	061.332.279-74	RICARDO ZAVACKI	54200.000519/2014-74	061.332.279-74	001	41084	54200.000519/2014-74	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000080	835.887.019-15	ROMILDO RAUSKI	54200.000518/2014-20	835.887.019-15	001	41084	54200.000518/2014-20	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000062	065.602.579-40	ROSANGELA PADILHA	54200.000515/2014-96	065.602.579-40	001	41084	54200.000515/2014-96	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000026	061.847.519-21	ROSELI DE OLIVEIRA MIRANDA	54200.000514/2014-41	061.847.519-21	001	41084	54200.000514/2014-41	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000030	020.338.459-82	ROSELI MALTZ DOS ANJOS	54200.000513/2014-05	020.338.459-82	001	41084	54200.000513/2014-05	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000027	063.471.899-17	ROSILDA APARECIDA DE PAULA LINO	54200.000512/2014-52	063.471.899-17	001	41084	54200.000512/2014-52	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000052	061.330.059-98	ROSILENE MARCONDES FERREIRA	54200.000511/2014-16	061.330.059-98	001	41084	54200.000511/2014-16	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000011	050.174.199-26	ROZANA GONÇALVES FARIA DOS SANTOS	54200.000509/2014-39	050.174.199-26	001	41084	54200.000509/2014-39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000095	076.986.969-60	ROZENILDA ZACARIA DE GODOI MARQUES	54200.000508/2014-94	076.986.969-60	001	41084	54200.000508/2014-94	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000058	674.084.359-72	SEBASTIANA DOS SANTOS LIMA	54200.000507/2014-40	674.084.359-72	001	41084	54200.000507/2014-40	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000125	742.031.349-00	SEBASTIÃO ALVES	54200.000506/2014-03	742.031.349-00	001	41084	54200.000506/2014-03	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000009	082.845.379-90	SIMONE INGUEBLOD DE SOUZA ZAMPIVA	54200.000504/2014-14	082.845.379-90	001	41084	54200.000504/2014-14	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000077	072.752.799-16	SIRLENE APARECIDA MULLER	54200.000502/2014-17	072.752.799-16	001	41084	54200.000502/2014-17	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000106	086.058.629-47	SIRLENE DE OLIVEIRA	54200.000501/2014-72	086.058.629-47	001	41084	54200.000501/2014-72	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000035	077.968.409-50	SOELI DE FATIMA PADILHA	54200.000500/2014-28	077.968.409-50	001	41084	54200.000500/2014-28	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000054	085.032.039-95	SOLANGE MARTINS DE OLIVEIRA	54200.000498/2014-97	085.032.039-95	001	41084	54200.000498/2014-97	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000110	080.874.499-24	SUDILAINE DA SILVA SANTOS	54200.000497/2014-42	080.874.499-24	001	41084	54200.000497/2014-42	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000083	080.284.569-01	THAIS MENDES QUEIROZ	54200.000491/2014-75	080.284.569-01	001	41084	54200.000491/2014-75	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000164	102.013.969-20	THAIS TAMIRES PROENÇA DA SILVA	54200.000490/2014-21	102.013.969-20	001	41084	54200.000490/2014-21	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015

	PR033200000154	071.217.809-09	VALDINEI RODRIGUES	54200.000487/2014-15	071.217.809-09	001	41084	54200.000487/2014-15	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000081	031.646.399-02	VALMIR GONCALVES FARIA	54200.000486/2014-62	031.646.399-02	001	41084	54200.000486/2014-62	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000139	046.070.389-70	VALMIR SCHMULLER	54200.000484/2014-73	046.070.389-70	001	41084	54200.000484/2014-73	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000085	089.461.489-42	VANESSA APARECIDA GOLEMBA	54200.000483/2014-29	089.461.489-42	001	41084	54200.000483/2014-29	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000047	074.402.659-80	VANILDA APARECIDA SANTOS	54200.000482/2014-84	074.402.659-80	001	41084	54200.000482/2014-84	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000149	086.198.989-90	WILLIAN CARLOS DE SOUZA FERREIRA	54200.000481/2014-30	086.198.989-90	001	41084	54200.000481/2014-30	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
	PR033200000069	055.759.179-16	ZULEIDE DE LIMA SANTOS	54200.000479/2014-61	055.759.179-16	001	41084	54200.000479/2014-61	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	04/05/2015
PA Nossa Senhora Aparecida	PR033100000004	060.275.969-29	EVANIA DE FÁTIMA NEVES	54200.000106/2014-90	060.275.969-29	001	27227	54200.000106/2014-90	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	19/02/2015
	PR033100000010	054.863.979-50	MARILDA DE FATIMA ROCHA	54200.000108/2014-89	054.863.979-50	001	27227	54200.000108/2014-89	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	19/02/2015
	PR033100000007	035.131.869-08	SILVANA ANTUNES BATISTA	54200.000111/2014-01	035.131.869-08	001	27227	54200.000111/2014-01	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	19/02/2015
	PR033100000002	034.361.889-30	TEREZA APARECIDA AVILA BUENO	54200.000112/2014-47	034.361.889-30	001	27227	54200.000112/2014-47	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	19/02/2015
								Sub Total:	0,00	0,00					Registros:	

Situação: Em andamento. Não deverá, em hipótese alguma, lançar a data de assinatura do contrato no SNCCI, devendo sobrestar qualquer ação até o desbloqueio no SIPRA.

Projeto de Assentamento	Cód. Beneficiário	CPF		Beneficiário	Proc. Individual	CPF/CNPJ Associação / Representação	Banco	Agência	Conta	Processo de Concessão	Valor	Valor Efetivamente Utilizado	Somatório dos contratos ativos	Nº contratos complementares ativos	Data de Assinatura do contrato	Data do Termo de Receb
PA Valmir Mota de Oliveira	PR031500000084	036.367.959-61		JOCELIA RIBEIRO PALAORO	54200.000641/2012-89	036.367.959-61	001	05312		54200.000641/2012-89	2.400,00		2.400,00	0,00		04/11/2014
	PR031500000123	046.867.889-19		LEYDIANE DE ALMEIDA DOS SANTOS CRUZ	54200.000626/2012-31	046.867.889-19	001	05312		54200.000626/2012-31	2.400,00		2.400,00	0,00		04/11/2014
	PR031500000114	784.073.899-00		MARIA DE LURDES DA SILVA BONI	54200.000605/2012-15	784.073.899-00	001	05312		54200.000605/2012-15	2.400,00		2.400,00	0,00		04/11/2014
	PR031500000100	035.698.699-38		MARILEI APARECIDA WEIRICH STEINMETZ	54200.000611/2012-72	035.698.699-38	001	05312		54200.000611/2012-72	2.400,00		2.400,00	0,00		04/11/2014
PA Companheiro Keno	PR032000000060	029.375.569-81		ADELIR JUNIOR BATISTA	54200.001391/2011-13	029.375.569-81	001	01007		54200.001391/2011-13	2.400,00		2.400,00	0,00	12/09/2014	13/11/2014
	PR032000000064	465.554.209-		ADMAR HERDT	54200.001392/2011-	465.554.209-87	001	01007		54200.001392/2011-	2.400,00		2.400,00	0,00	12/09/2014	13/11/2014

		87		68				68								
	PR032000000012	047.194.719-94	INES SWIATOSKI OLIVEIRA	54200.001254/2011-89	047.194.719-94	001	01007	54200.001254/2011-89	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	13/11/2014	
	PR032000000072	066.839.469-22	REGIANE GOGINSKI	54200.003012/2011-20	066.839.469-22	001	01007	54200.003012/2011-20	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014	13/11/2014	
PA Nango Vive	PR030900000013	075.462.429-32	MARCIA EVANGELISTA DO AMARAL VENÂNCIO	54200.002674/2012-63	075.462.429-32	001	06521	54200.002674/2012-63	2.400,00	2.400,00	0,00			04/11/2014	13/11/2014	
PA Anjo da Guarda I	PR033000000033	589.026.279-34	ROGERIO LAUMANN	54200.002185/2013-92	056.538.469-45	001	22675	54200.002185/2013-92	2.400,00	2.400,00	0,00			15/09/2014	14/10/2014	
PA Egidio Brunetto	PR033200000001	068.405.609-70	ANDREIA LETICIA SANTOS	54200.000288/2014-07	068.405.609-70	001	41084	54200.000288/2014-07	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000104	465.936.409-72	BASILIO DE FRANÇA	54200.000316/2014-88	465.936.409-72	001	41084	54200.000316/2014-88	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000023	018.417.959-92	CACILDA APARECIDA DE LARA CHEVÔNICA	54200.000315/2014-33	018.417.959-92	001	41084	54200.000315/2014-33	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000097	073.462.119-10	JOSIANE FATIMA DE PAULA	54200.000417/2014-59	073.462.119-10	001	41084	54200.000417/2014-59	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000031	046.839.969-01	LEONILDA DE FATIMA RIBEIRO	54200.000427/2014-94	046.839.969-01	001	41084	54200.000427/2014-94	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000162	046.069.979-23	LEURI FREITAS DA ROSA	54200.000428/2014-39	046.069.979-23	001	41084	54200.000428/2014-39	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000135	411.144.349-49	MIROSLAU BOICO SOBRINHO	54200.000477/2014-71	411.144.349-49	001	41084	54200.000477/2014-71	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000112	075.184.629-58	ODILA WIEPRZ	54200.000524/2014-87	075.184.629-58	001	41084	54200.000524/2014-87	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000012	050.129.289-62	ROSA PIMENTEL DA SILVA	54200.000517/2014-85	050.129.289-62	001	41084	54200.000517/2014-85	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000151	094.613.824-99	THIAGO FERNANDES PICCINI	54200.000489/2014-04	094.613.824-99	001	41084	54200.000489/2014-04	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
	PR033200000161	099.627.249-61	VALDERI SOU'ZA DA CRUZ	54200.000488/2014-51	099.627.249-61	001	41084	54200.000488/2014-51	2.400,00	2.400,00	0,00			12/09/2014		
		Sub Total:								0			Registros:		2	
		Total Geral:											Registros:			